



VILONGAR

circuito da cultura preta na zona portuária do rio de janeiro

UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CLA CENTRO DE LETRAS E ARTES
FAU FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PGPP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

**VALONGAR:
CIRCUITO DA CULTURA PRETA NA
ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

MATHEUS RIBEIRO CUNHA

UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CLA CENTRO DE LETRAS E ARTES
FAU FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PGPP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

**VALONGAR:
CIRCUITO DA CULTURA PRETA NA
ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

MATHEUS RIBEIRO CUNHA

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

ORIENTADORA: ANDREA QUEIROZ REGO

COORIENTADORA: JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO

12 de dezembro de 2023

UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CLA CENTRO DE LETRAS E ARTES
FAU FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PGPP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

**VALONGAR:
CIRCUITO DA CULTURA PRETA NA
ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

MATHEUS RIBEIRO CUNHA

ORIENTADORA: ANDREA QUEIROZ REGO

COORIENTADORA: JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego, Presidente, PGPP – UFRJ

Prof. Dra. Juliana Simili de Oliveira - UFJF

Prof. Dra. Margaret Lica Chokyu Renteria, PGPP - UFRJ

Prof. Dra. Maria da Conceição Alves de Guimaraens, PROARQ – UFRJ

Prof. Dra. Priscilla Alves Peixoto, PROARQ – UFRJ

RIO DE JANEIRO

12 de dezembro de 2023

CIP - Catalogação na Publicação

C972v Cunha, Matheus Ribeiro
Valongar: circuito da cultura preta na Zona
Portuária do Rio de Janeiro / Matheus Ribeiro
Cunha. -- Rio de Janeiro, 2023.
159 f.

Orientadora: Andrea Queiroz Rego.
Coorientadora: Juliana Simili De Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2023.

1. Memória Preta. 2. Apagamento. 3. Identidade.
4. Circuito urbano. I. Rego, Andrea Queiroz ,
orient. II. De Oliveira, Juliana Simili, coorient.
III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a
responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AGRADECIMENTOS

Pesquisar sobre direito à memória preta me atinge em um lugar muito pessoal. Descobrir histórias que poderiam ter sido contadas desde mais novo, como a memória do meu avô Manoelito, artista e folião de reis em sua cidade no interior de Campos dos Goytacazes. Ou da relação com a terra que minha Bisavó construiu e passou de geração em geração. O quanto isso impactaria na minha vida? Quantas histórias poderiam ter sido ditas? Quantas memórias não foram reveladas? E até que ponto isso é comum nas famílias pretas?

Este título é além de uma reafirmação pessoal, é a voz de muitos que vieram antes e que não puderam falar, se reconhecer e viver em sua completude.

Por isso, agradeço a Deus e ao universo pelo privilégio de ser direcionado a esse trajeto. O caminho para conquistar esse título sem dúvida não foi fácil. Foi uma trajetória que desde o início da minha formação intelectual vem sendo traçado com muito esforço e suor, e claro, com a dedicação das minhas maiores inspirações: minha mãe Benedita Ribeiro, meu pai Eloizio Cunha e meu irmão Lucas Ribeiro.

Mesmo com todas as suas limitações sempre buscaram me proporcionar o melhor na minha formação, mesmo quando não tinham sequer a dimensão do que se tratava, como o mestrado. São as primeiras pessoas a quem eu dedico este trabalho. Agradeço o apoio imensurável e tamanho orgulho transmitido, sem isso seria muito difícil estar aqui.

Se tratando de apoio, dedico também este título ao meu noivo, Mike Cavalcante. Sem seu suporte eu não teria embarcado nessa missão, por achar que conciliar rotina profissional, finalização do curso de especialização e o mestrado seria uma tarefa muito difícil, e de fato foi. Mas, valeu a pena, e só valeu porque ele esteve e está sempre ao meu lado, me encorajando e me mostrando que as conquistas são possíveis. Ao Mike, o meu amor e a minha imensa gratidão.

Agradeço também à minha sogra Miriam Cavalcante, aos meus sogros Jorge Barbosa e Davilson Oliveira, por ser preocuparem e cuidarem de mim com tanto zelo.

Aos meus tios e primos, agradeço o cuidado e amizade, no qual em muitos momentos foram mais que pais e irmãos para mim.

Aos meus amigos, dos primeiros até aqui, agradeço a contribuição significativa em minha formação como profissional, acadêmico e pessoa. Muitos estiveram presente nesse processo, outros sonharam junto muito antes de acontecer. Alguns não fazem mais parte do meu convívio, outros de profissão que sempre me inspiraram e inspiram a cada dia. A vocês, minha gratidão.

Agradeço também aos meus mestres, professores que desde o ensino regular foram peças fundamentais em minha vida, em especial nesse último momento a minha orientadora Andrea Queiroz Rego e a minha coorientadora Juliana Simili, auxiliando na elaboração deste trabalho que me transborda de felicidade e satisfação.

Muito obrigado!

Ubuntu.

“Eu sou o sonho dos meus pais, que eram sonhos dos avós
Que eram sonhos dos meus ancestrais
Vitória é sonho dos olhares, que nos aguardam nos lares
Crendo que na volta somos mais”
Emicida.

RESUMO

VALONGAR: CIRCUITO DA CULTURA PRETA NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MATHEUS RIBEIRO CUNHA

ORIENTADORA: ANDREA QUEIROZ REGO

COORIENTADORA: JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA

Resumo da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Pensar a salvaguarda do patrimônio urbano, sobretudo em lugares em que o poder do apagamento se estruturou por meio de ações urbanas e políticas higienistas, é uma prática cada vez mais debatida no pensamento das cidades contemporâneas, e esta dissertação se direciona a esta discussão. A proposta deste trabalho traz a reflexão do esvaziamento da memória preta na Zona Portuária do Rio de Janeiro e como este fato atinge diretamente a relação indivíduo, espaço e identidade. Além disso, essa discussão se materializa em uma proposição prática de um projeto de um circuito urbano, no entendimento do caminhar como um dos formatos da museografia no fomento do fortalecimento identitário das cidades. O objetivo deste projeto é a criação de um circuito urbano e paisagístico como equipamento de cultura e lazer na cidade e como extensão das ações que existem hoje de salvaguardar do patrimônio cultural preto da Zona Portuária, trazendo, sobretudo, a protagonização da perspectiva cultural da região.

Palavras-chave: Memória Preta; Apagamento; Cultura; Identidade; Circuito urbano; Sensorial;

RIO DE JANEIRO

12 de dezembro de 2023

ABSTRACT

**VALONGAR:
CIRCUITO DA CULTURA PRETA NA
ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

MATHEUS RIBEIRO CUNHA

ORIENTADORA: ANDREA QUEIROZ REGO

COORIENTADORA: JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA

Abstract da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Thinking about safeguarding urban heritage, especially in places where the power of erasure has been structured through urban actions and hygienist policies, is a practice that is increasingly debated in the thinking of contemporary cities, and this dissertation addresses this discussion. The proposal of this work reflects on the emptying of black memory in the Port Zone of Rio de Janeiro and how this fact directly affects the relationship between the individual, space and identity. Furthermore, this discussion materializes in a practical proposal for an urban circuit project, in the understanding of walking as one of the formats of museography in promoting the strengthening of identity in cities. The objective of this project is to create an urban and landscape circuit as a cultural and leisure facility in the city and as an extension of the actions that exist today to safeguard the black cultural heritage of the Port Zone, bringing, above all, the prominence of the cultural perspective of the region .

Keywords: Black Memory; Erasure; Culture; Identity; Urban circuit; Sensory;

RIO DE JANEIRO

12 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA	27
2.2 CIRCUITOS MUSEOGRÁFICOS E A TECNOLOGIA	34
3 MÉTODOS E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	48
3.1 RECORTE TEMPORAL: DO MAR AO MAR	49
3.2 RECORTE DOCUMENTAL: AS COLEÇÕES	63
3.3 RECORTE ESPACIAL: A MORFOLOGIA	77
3.3.1 CARTOGRAFIA	77
3.3.2 IDENTIFICAÇÃO DE CAMPO	88
4 O CIRCUITO	94
4.1 O CONCEITO	96
4.2 AS ESTRATÉGIAS	97
4.3 OS SUPORTES ARQUITETÔNICOS	99
4.4 O DESENHO URBANO	116
4.5 A GESTÃO	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

Lista de Figuras

Figura 1 - Porto Maravilha - Circuito histórico e arqueológico da Celebração da Herança Africana. Acesso: 27/01/2022 - https://portomaravilha.com.br/circuito	17
Figura 2- Circuito Histórico de Herança Africana do Instituto Pretos Novos. Acesso 27/01/2022 - https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/	18
Figura 3 Circuito Pequena África, Passados Presentes. Acesso 27/01/2022 - http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php#prettyPhoto	18
Figura 4 - Portal do Não Retorno, voltado para o oceano, a última parada dos escravos, Benin. Autor desconhecido.	23
Figura 5- Rapoport (1978, p. 53; Adaptado) apud. Milena Kanashiro	24
Figura 6- Ilustração De Augustus Earle, Capoeira, C. 1820 (Biblioteca Nacional De Canberra). O pintor retrata a capoeira e em segundo plano a figura policial reprimindo a manifestação cultural. Fonte: BNC.	29
Figura 7- Jardim Suspenso do Valongo. S/D. Foto: Augusto Malta. Fonte: Biblioteca Nacional.	30
Figura 8- Heritage Walk of Ahmedabad. Fonte: Amdavad Municipal Corporation. Disponível em: https://ahmedabadcity.gov.in/portal/jsp/Static_pages/heritage_walk.jsp	38
Figura 9- Percurso até o Memorial da abolição da escravatura. Foto: Philippe Ruault / Julian Bonder. Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-65801/memorial-da-abolicao-da-escravatura-bonder-mais-wodiczko	40
Figura 10- Análise de percurso. Produção do autor.....	40
Figura 11- Planta nível do circuito. Fonte: Bonder + Wodiczko	41
Figura 12- Planta nível do memorial. Fonte: Bonder + Wodiczko.....	41
Figura 13- Corte transversal. Fonte: Bonder + Wodiczko	41
Figura 14- Vista aérea Vila de Mértola. Foto: Pedro Domingues. Fonte: Impulsive Addiction. Disponível em: https://www.impulsiveaddiction.com/mertola-o-que-visitar/	42
Figura 15- Epicentro do sítio é o núcleo dos monumentos nacionais. Produção do autor, 2023	43
Figura 16- Cais da Imperatriz e o Bairro da Saúde. Gravura de Friedrich Pustkow, circa 1843. Fonte: Biblioteca Nacional.	50
Figura 17 - Cais Pharoux e Mercado da Praia do Peixe- 1886. Foto: Ferrez, Marc. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles.....	51
Figura 18 - Panorama do Rio de Janeiro em 1873. “Vôo do pássaro” do centro da cidade, a área da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo com seus trapiches, pequenos morros e ilhas; ao fundo, a Tijuca e São Cristóvão. Bauch, E. Fonte: Livro História dos Bairros, 1987.....	51
Figura 19 - Porto do Rio de Janeiro desde a Praça Mauá até próximo ao Canal do Manguê. Foto: Kfuri, Jorge, 1893-1965. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/3941	53
Figura 20 - Largo da Imperatriz. Em destaque à direita, o lado ímpar da praça. Foto: Augusto Malta, s/d. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.	54
Figura 21- Praça Municipal. Em destaque, trecho do lado par da praça. Foto: Augusto Malta, 1911. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	55
Figura 22 - Caricatura de Oswaldo Cruz limpando a imundice do Morro da Favela. No alto se lê: “Uma limpeza indispensável. A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”. Fonte	57
Figura 23 - Charge sobre a Revolta da Vacina. O Malho, 1904. Fonte: Biblioteca Nacional.....	58

Figura 24 - Elevado da Perimetral. S/D. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	59
Figura 25 - Mercado Municipal. S/D. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	60
Figura 26 - 'Dança do Batuque': um retrato dos primórdios do samba no século XIX. 1835. Autor: Ruendas, Johann Moritz. Fonte: Biblioteca Nacional.	64
Figura 27 - Preto de máscara. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS64	
Figura 28 - Quitadeiras. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS	65
Figura 29 - Cenário de venda - Quitadeiras. 1846. Autor: Eduard Hildebrandt. Fonte: IMS	65
Figura 30 - Pedindo para o Espírito Santo. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS	66
Figura 31 - Chafariz do Lagarto. 1851. Autor: José dos Reis Carvalho. Fonte: Biblioteca Nacional	66
Figura 32 - Músicos pretos no cortejo de São Jorge. 1851. Autor: José dos Reis Carvalho. Fonte: Biblioteca Nacional.....	67
Figura 33 - Rancho Filhas das Jardineiras, grupo carnavalesco onde tocaram Irineu de Almeida (o primeiro à esquerda, na fila de trás, com o oficleide) e Pixinguinha (o sexto da esquerda para a direita, na fila de trás, de chapéu, com a flauta). Rio de Janeiro, fevereiro de 1911. Fonte: Acervo Tinhorão / IMS)	68
Figura 34- Grupo Caxangá no carnaval de 1914. Fonte: IMS.....	68
Figura 35 - Rancho succco. 1929. Fonte: Biblioteca Nacional.....	69
Figura 36 - Descrição do "mulato" do morro. Fonte: O Malho, 1933	69
Figura 37 - O Malho informando que a Saúde já havia sido quarte-general dos malandros, bambas e valentes da cidade. Ilustração Di Cavalcanti, 1928. Fonte: O Malho.	70
Figura 38 - Oito Batutas, 1919. Da esquerda para a direita: Jacob Palmieri, Donga, José Alves, Nelson Alves, Raul Palmieri, Luís de Oliveira, China e Pixinguinha. Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Acervo IMS	71
Figura 39- Caricatura de Lan e texto de Luis Sérgio Bilheri Nogueira por ocasião dos 5 anos do Projeto Pixinguinha. 1981. Autor: Lan. Fonte: Acervo Pixinguinha/IMS.....	72
Figura 40 - João da Bahiana, filho de Tia Perciliana e pioneiro da inserção do pandeiro no samba. 1969. Autor: Mauro Ivan. Fonte: Acervo José Ramos Tinhorão/IMS	72
Figura 41 - Capa da partitura de "Pelo Telefone". Primeiro samba gravado, registrado por Donga e Mauro de Almeida. Composto na roda de Terreiro de Tia Ciata. Fonte: Acervo Tinhorão / IMS.....	73
Figura 42- Donga, Pixinguinha e João da Bahiana. s/d. Fonte: MIS-RJ	74
Figura 43 - Rótulo do disco de 78 rotações RCA Victor 34181-A com a gravação de "Carinhoso" (Pixinguinha e João de Barro) feita por Orlando Silva em 28/05/1937 e lançada em julho daquele ano. No lado B está a valsa "Rosa", de Pixinguinha. Fonte: Acervo Tinhorão	74
Figura 44 - Em pé, da esquerda para a direita: Pixinguinha, José Alves de Lima; José Monteiro; Sizenando Santos "Feniano" e o Duque. Sentados: China, Nelson dos Santos Alves e Donga /A Noite, 14 de agosto de 1922. Fonte: Acervo IMS.	75
Figura 45 - Eduardo das Neves, o palhaço negro que se torna um dos primeiros a ganhar popularidade nos espetáculos-negócios no Rio. O malho. 1917. Fonte: BN	75
Figura 46- Mapas históricos região portuária. Fonte: Livro História dos bairros.....	78
Figura 47 - Mapa de contextualização. Produção do autor (2023).....	79
Figura 48- Delimitação dos bairros. Produção do autor (2023).....	80

Figura 49 - Mapa dos aterros. Produção do autor (2023).....	81
Figura 50 - Identificação morfológica - Usos de força – Produção do autor (2023)	82
Figura 51 - Mapeamento da presença preta. Fonte: Memória do Invisível, Stéfany Silva (2018). Produção do autor (2023)	83
Figura 52 - Mapa de proteção. Bens tombados, preservados e APAC SAGAS. Produção do Autor (2023)	84
Figura 53 - Mapa de uso do solo. Produção do autor (2023).....	85
Figura 54 - Mapa dos espaços livres e de permanência. Produção do Autor (2023).....	86
Figura 55 - Delimitação da poligonal de estudo. Produção do autor (2023)	87
Figura 56 - Mapa síntese. Produção do autor (2023)	87
Figura 57 - Visita de campo gravada pelo aplicativo Gaia – Produção do autor (2023)	88
Figura 58 - Trecho de análise 01 - Produção do autor (2023).....	89
Figura 59- Trecho de análise 02 - Produção do autor (2023).....	90
Figura 60 - Trecho de análise 03 - Produção do autor (2023).....	91
Figura 61 - Trecho de análise 04 - Produção do autor (2023).....	92
Figura 62 - Trecho de análise 05 - Produção do autor (2023).....	93
Figura 63 – Pontos de interesse do percurso – Produção do autor (2023)	95
Figura 64 - Saída de barco de Iemanjá. Autor desconhecido.....	96
Figura 65 - O circuito. Produção do autor (2023).....	99
Figura 66 - MUHCAB. Foto do autor (2023)	100
Figura 67 - Instituto Pretos Novos, IPN - Foto do autor (2023)	101
Figura 68 - Retrato de Prata Preta. Fonte: A Avenida. s/d.....	102
Figura 69 - Praça da Harmonia - Foto do autor (2023)	102
Figura 70 - Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café junto à Evaristo de Moraes", Gazeta de Notícias – 14/10/1906.....	103
Figura 71- Local que sediou a Sociedade e Resistência quando ainda havia o letreiro – Foto Guilherme Hoffman.....	103
Figura 72 - Local aproximado da residência de Machado de Assis - Foto Marcelo Piu - O Globo	104
Figura 73 - Cais do Valongo - Foto do autor (2023)	105
Figura 74 - André Rebouças. Fonte: André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social, de Alexandre Trindade.....	106
Figura 75 - Docas Pedro II -Foto do autor (2023).....	106
Figura 76 - Rua que sediava o mercado dos escravizados. Foto do autor (2023).....	107
Figura 77 - Casa africano da Mina - Foto do autor (2023)	108
Figura 78 - Jardim Suspenso do Valongo. Foto do Autor (2022).....	109
Figura 79 – Lugar aproximado da Associação Chora na Macumba. Foto do autor (2023)	109
Figura 80 - Praça dos Estivadores. Foto do autor (2022)	110
Figura 81 - Afomé Filhos de Gandhi. Foto do autor (2023)	111
Figura 82 - Rua Senador Pompeu- Foto do autor (2023)	111
Figura 83 - Lugar aproximado da residência de Tia Amélia – Imagem: Google	112
Figura 84 – Cortiço da Senador Pompeu, 34. Foto do autor (2023)	112
Figura 85- Lugar aproximado de uma das casas de Zungus da região. Foto do autor (2023) ..	113
Figura 86 - Pedra do Sal. Imagem: Rio Turismo	114
Figura 87 - Museu de Arte do Rio, MAR - Foto de Mwaldeck.....	115
Figura 88- Intervenção. Produção do autor (2023).....	117
Figura 89- Travessias elevadas, alargamento de Passeio e Ciclovia. Produção do autor (2023)	118

Figura 90 - Janelas de ampliação. Produção do autor (2023)	123
Figura 91 - Planta Ampliação 01. Produção do autor (2023)	124
Figura 92 - Planta Ampliação 02. Produção do autor (2023)	125
Figura 93 - Planta Ampliação 03. Produção do autor (2023)	126
Figura 94 - Planta Ampliação 04. Produção do autor (2023)	127
Figura 95 - Planta Ampliação 05. Produção do autor (2023)	128
Figura 96 - Isométrica de exemplificação. Produção do autor (2023)	129
Figura 97 - Detalhe Totem 01 - Produção do autor (2023)	130
Figura 98 - Detalhe Totem 02 - Produção do autor (2023)	131
Figura 99 - Amostra Casa Lusso – Pietra Fino	132
Figura 100 - Plantio: Plantas medicinais - Produção do autor (2023).....	133
Figura 101 - Plantio: Ornamentais e simbólicas - Produção do autor (2023)	133
Figura 102 - Plantio: Árvores - Produção do autor (2023)	134
Figura 103 - Perspectiva Cais do Valongo. Produção do autor (2023).....	135
Figura 104 - Perspectiva Cais do Valongo para Morro da Providência. Produção do autor (2023)	135
Figura 105 - Perspectiva Sacadura Cabral. Produção do autor (2023)	136
Figura 106 - Perspectiva Praça dos Estivadores enquadrando o Jardim Suspenso do Valongo. Produção do autor (2023)	137
Figura 107- Matéria O Globo, 01/04/2022. Fonte: O Globo	138
Figura 108 - Cais do Valongo inundado por falta de manutenção. Foto: Cleber Mendes / Agência O Dia	138
Figura 109- Estrutura do Comitê Gestor. Produção do autor (2023).....	140

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Potencialidades das instituições.....	20
Tabela 2 – Recursos. Produção do autor (2023)	142
Tabela 3 - Categorização e recursos. Produção do autor (2023)	143

Lista de Anexos

ANEXO I - DECRETO Nº 34.803 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011	153
ANEXO II - Samba enredo do Salgueiro 1976	156
ANEXO III - História e Dores do Cais do Valongo – Edu Chagas.....	158
ANEXO IV - Depoimento Hilário Jovino sobre a criação dos Ranchos.....	160

1 INTRODUÇÃO

Questionar a nossa própria história é a chance de termos reflexões profundas sobre quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. A pesquisa desta dissertação se debruça no reconhecimento, pertencimento e identidade, relacionando com o patrimônio material, imaterial e os debates da salvaguarda do patrimônio urbano.

Na contramão das ações hegemônicas que protagonizaram o cenário da Cidade do Rio de Janeiro no século XIX e XX, o trabalho vem expor narrativas urbanísticas, a fim de valorizar a memória preta da região portuária a partir de uma perspectiva cultural, tendo em vista que o legado da herança cultural de diáspora são marcos na construção do país que conhecemos hoje, mesmo com as diversas tentativas de esvaziamento por parte de ações e planos hegemônicos.

Este trabalho não busca resolver os problemas do esvaziamento da memória preta nas cidades, pois estas são questões que atravessam séculos e o que vemos hoje é um reflexo de uma estruturação indireta e direta de uma consolidação de símbolos e representações eugenistas.

Esta pesquisa busca trazer a consciência de como este fato influencia as questões sociais e identitárias no século XXI, e quais são as possíveis e existentes estratégias que buscam mitigar os danos às narrativas que foram construídas durante todo o processo de colonização e pós-colonização.

Pensar a decolonialidade dentro de uma estrutura acadêmica-política “reside na capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo” (COSTA; TORRES; GROSFUGUEL, 2020), é trazer a reflexão crítica dos acontecimentos históricos e a estrutura de poder da criação da “Modernidade Civilizatória”, traçando caminhos que se distanciam, de uma forma eficaz, de um discurso acadêmico para a prática cotidiana.

Nesse sentido, percorrer um caminho já desbravado por Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento, Frantz Fanon, Césaire e entre muitos outros, é trazer a possibilidade de desdobrar, com toda uma prévia bagagem, outras possibilidades práticas que nascem da refutação de uma realidade ainda distante do que entendemos como o ideal social.

Eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, de culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas. Falo de milhares de homens sacrificados na Congo-Océan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, suas terras, sua vida, a vida, a dança, a sabedoria. Estou falando de milhões de homens que foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo. Falo de economias naturais, economias harmoniosas e viáveis, economias na medida do homem indígena que foram desorganizadas, culturas alimentares destruídas, subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrópoles, roubo de produtos, roubo de matérias-primas (CÉSAIRE, 1978, p. 25-26).

Como parear as questões decoloniais na discussão da salvaguarda patrimonial? A discussão da salvaguarda patrimonial e a preservação de bens edificados e bens imateriais, é um diálogo pautado na defesa e conservação da história, memória e o reconhecimento da relevância cultural desses. No entanto, ao olhar para a cidade, por muito tempo a valorização dos bens edificados necessariamente eram de caráter eurocêntrico, seja pelo seu estilo arquitetônico ou por sua relevância histórica. Isso se dá pela grande influência colonizadora no modo de construir e na interpretação importada do senso de valor, o que é bom ou não.

No Rio de Janeiro, a cultura preta hoje é valorizada por diversas iniciativas, dentre as quais, as obras de revitalização da zona portuária, o Porto Maravilha (2012 e 2014), foi redescoberto o principal ponto de partida da nobilitação dessa memória.

A partir das escavações arqueológicas impulsionadas pelas obras de drenagem da Rua Barão de Tefé, foi reconhecido um marco para a história preta da região, causando um impacto tanto político como cultural. Trata-se do Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz, ambos do século XIX.

A descoberta empolgou o prefeito Eduardo Paes, que, no último sábado, foi acompanhar as obras de drenagem e se deparou com a novidade.

-- Fui lá no sábado vistoriar as obras, e, quando vi aquilo, fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas ruínas romanas. (O Globo, 2/3/2011)

Ao retirar uma parte da camada da cidade do século anterior, é redescoberto um pouco da memória que foi esquecida, mas qual será de fato a atribuição de valor depositada para esse lugar?

As políticas de salvaguarda por vezes priorizam questões econômicas em detrimento de questões mais subjetivas da valorização do patrimônio cultural. No entanto, é importante salientar que o fomento monetário, na maioria das vezes, viabiliza ações afirmativas de valorização da memória. A questão aqui colocada é a dissonância dessa relação no que tange o esvaziamento de narrativas. Como, por exemplo, a associação das ruínas romanas na fortalecimento do discurso vendível, no qual o real valor estético e histórico está distante da narrativa construída, um discurso eurocentrado.

Choay em Alegoria do Patrimônio relaciona esses valores pessoais eclipsados pelos valores econômicos, quando o bem se torna indústria.

[...] difusão da “cultura” precipita uma mudança semântica: esta perde seu caráter de realização pessoal e torna-se indústria. Os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função: obras que propiciam saber e prazer, à disposição de todos, mas também produtos culturais, prontos

para serem consumidos. Metamorfose do valor de uso em valor econômico. (CHOAY, 2001, p. 211)

O Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana foi o legado desse descobrimento, instituído pelo Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011. A partir disso, houve outros desdobramentos de circuitos que se relacionavam com a região da denominada Pequena África¹: Circuito de Herança Africana do Instituto Pretos Novos; Circuito Pequena África do Passados Presentes; entre outras iniciativas privadas do mercado do turismo.



Figura 1 - Porto Maravilha - Circuito histórico e arqueológico da Celebração da Herança Africana. Acesso: 27/01/2022 - <https://portomaravilha.com.br/circuito>

¹ Termo designado por Heitor dos prazeres à região que tinha a maior concentração de escravos negros africanos e seus descendentes entre 1850 e 1920. Ele foi um pintor, cantor e compositor - um dos pioneiros do samba, fez parte da fundação das primeiras escolas de samba do Brasil.

Os circuitos que existem hoje de forma institucionalizada tornam o lugar inacessível para boa parte dos moradores do território - o principal público-alvo desta pesquisa. Há uma divulgação em meios digitais e acadêmicos, com distribuições de senhas e até a cobranças de ingressos - o que é plausível tendo em vista a necessidade de percorrer os circuitos com auxílio de um profissional do turismo.

Contudo, essa dinâmica distancia as pessoas do acesso à memória do lugar, sobretudo dos residentes da região. Ainda assim, são ferramentas que buscam valorizar a memória preta da região portuária do Rio de Janeiro.

Além dos circuitos, há três instituições museais e de pesquisa que atuam no território e que abordam em suas ações e planos museológicos atividades que se voltam para o entorno e as questões raciais da região. São eles: [1] MUHCAB – Museu da História e da Cultura Afro-brasileira; [2] IPN – Instituto Pretos Novos; e [3] MAR – Museu de Arte do Rio.

O MUHCAB tem a sua denominação híbrida, se definindo como “museu território, museu a céu aberto, de responsabilidade social e museu histórico”, é um equipamento que está estritamente conectado com o seu entorno. A instituição, situada na antiga Escola José Bonifácio, busca trazer uma consciência afro-centrada da região, trazendo seus aspectos culturais e históricos para dentro do equipamento.

O IPN é o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, criado em 13 de maio de 2005. O Instituto é criado a partir da motivação da descoberta do terreno como um Sítio Arqueológico. Após a compra da casa, no processo de reforma, foram descobertos pelos proprietários vestígios arqueológicos, para assim depois identificá-los como restos mortais. O lugar se tratava de um cemitério de escravizados, que morriam no trajeto ou assim que chegavam ao Brasil. A missão do IPN é pesquisar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, sobretudo na valorização da memória preta em diáspora.

Já o MAR, Museu de Arte do Rio, foi inaugurado em 1º de março de 2013. Situado na Praça Mauá, o equipamento é composto por duas edificações interligados por uma ponte e unidas por uma cobertura. A primeira edificação é originalmente um terminal rodoviário, modernista, e a outra o antigo palacete de Dom João IV, sendo este de estilo

eclético. A concepção do equipamento é de autoria Bernardes + Jacobsen Arquitetura, sendo um projeto de grande relevância para a caracterização do Porto Maravilha como um marco turístico na cidade do Rio de Janeiro.

O museu busca trazer a história da cidade, desde suas atividades às exposições. Atualmente, é uma das maiores instituições museais do Rio de Janeiro, tornando-o um símbolo para o turismo e jovens artistas em ascensão.

Abaixo, listamos as principais abordagens das instituições que se relacionam com o território da região portuária e sua comunidade, a partir das pesquisas e planos museológicos.

ABORDAGENS	MUHCAB	IPN	MAR
Educação Patrimonial			
Circuitos Urbanos			
Abordagem artística			
Ensino e Pesquisa			
Preservação Material			
Participação da comunidade			
TOTAL	4	4	3

Tabela 1 - Potencialidades das instituições.

Essa categorização considera o que é mais atrativo ao olhar e os pontos fortes de cada instituição em determinado assunto. Isso não quer isentar os equipamentos das ações não assinaladas, mas busca compreender as potencialidades de cada uma.

Nesse sentido, podemos atribuir ao MUHCAB uma característica que prioriza as relações do território com a instituição, sendo um equipamento que traz um olhar para a comunidade, se diferenciando das demais instituições. Este fato está explicitado não só em seu Plano Museológico, mas se rebate com a realidade das atividades que acontece cotidianamente no Museu.

Seu público primário se concentra na comunidade de todo o complexo da Pequena África, além do público afro-carioca. Este fato reflete nas exposições e artistas do museu, no fomento do empreendedorismo de mulheres pretas que tem um espaço físico reservado para esta atividade, nos projetos educativos como o “Territórios Negros” que trazem a importância do debate da patrimonialização dos espaços da Pequena África.

São algumas das evidências da efetividade desse olhar institucional voltado para a comunidade.

Quando se trata do IPN, a instituição é o próprio sítio arqueológico. Devido a isso, suas funções se voltam com mais força para o ensino e a pesquisa. Embora tenha a função de abrigar exposições artísticas, com ótimas curadorias relacionadas com a cultura afro-brasileira, a instituição traz seu viés científico com uma maior potencialidade.

O IPN se define em 4 núcleos de atuação: o educativo, o de pesquisa, o de arte contemporânea e sustentabilidade. Esses segmentos vêm propor reflexões a partir da memória do cemitério dos pretos novos, executando projetos educacionais e culturais, realização e fomento das pesquisas que se voltam para a questão da escravidão e seus temas relacionados.

A instituição oferece oficinas, cursos e uma Pós-graduação em nível de especialização *Latu Sensu*. Além disso, atualmente o IPN promove circuitos urbanos na região da Pequena África, como mencionado acima. Com suporte de guias, o circuito se volta para o público do turismo e pesquisadores em geral.

O MAR tem características diferentes das outras instituições mencionadas, tanto pela sua estrutura quanto para sua configuração programática. Embora seu público não seja prioritariamente a comunidade do entorno, o museu aborda as temáticas que estão relacionadas ao território e a consciência racial de uma forma segura e frequente.

Em seu plano museológico é trazido nos objetivos estratégicos as questões de fortalecimento do território, a fim de tornar o equipamento acessível e contribuir na sustentabilidade da região. Nesse sentido, o museu busca essa contextualização com o lugar em que ele está inserido, através das diversas exposições artísticas, como: A Pequena África e o MAR de Tia Lúcia; O Rio de samba: resistência e reinvenção; O Rio dos navegantes; Pixinguinha: um maestro batuta; entre outros.

É notória a força do território da Pequena África em todos os sentidos. Sua relevância atravessa questões sociais, subjetivas, materiais, imateriais e históricas. Isso justifica todas as ações de salvaguarda e implementação dos equipamentos mencionados acima. Pensar os transbordamentos destas instituições na atual proposta de projeto é trazer

uma articulação prática e espacial do que há de mais forte em cada instituição: uma extensão das atividades existentes.

O objetivo geral deste trabalho é a criação de um circuito urbano e paisagístico como equipamento de cultura e lazer na cidade, além de ser extensão das ações que existem hoje de salvaguarda do patrimônio cultural preto da Zona Portuária. Trazendo, sobretudo, a protagonização da perspectiva cultural da região.

Os objetivos específicos são:

[1] Identificar ações já realizadas pelas instituições museológicas da região e propor um projeto que abrace as atividades e fomente novas possibilidades;

[2] Criar um circuito cultural, em que o público-alvo é a população local, relacionado à cultura preta da região portuária, por meio de imagens, músicas, narrativas e da etnobotânica;

[3] Elaborar um projeto urbano paisagístico que suporte com acessibilidade o circuito cultural;

[4] Promover a imersão do usuário por meio da tecnologia digital;

[5] Desenvolver um modelo de gestão participativa.

Abarcando as questões práticas deste trabalho, o conceito surge na busca de amarrar ludicamente as questões de diáspora e problemáticas do projeto. Nesse sentido, a conceituação desta dissertação nasce da palavra título da pesquisa: Valongar, que vem de Valongo, no verbo da primeira conjunção. A palavra, trazida conceitualmente neste trabalho, torna a possibilidade poética de quem vem do mar e que traz consigo grandes riquezas imateriais e materiais para esse território da denominada Pequena África. Valongar é trazer a oportunidade de um retorno, se voltar para a ancestralidade para além da musealização da escravidão.

O voltar-se para o passado é a possibilidade de um retorno ao pertencimento. E um dos maiores símbolos dessa relação de apagamento da memória na dominação dos corpos

pretos (NACIMENTO 1980) é o monumento em Benin, o Portal do Não Retorno². Este trabalho ousa trazer essa referência no símbolo do retorno a uma memória que foi apagada, trazendo de forma prática e projetual essa representação no mobiliário, associando às características do monumento de Benin e no elemento da água.

A água neste projeto tem diversos desdobramentos de símbolos: o mar da partida e da chegada dos africanos escravizados; o símbolo do nascer; a importância deste elemento para as religiões de matriz africana; e o manifesto dos diversos aterros que foram feitos na região, promovendo o afastamento da água do mar do cotidiano das pessoas e contribuindo para o apagamento da memória da região portuária do Rio de Janeiro.



Figura 4 - Portal do Não Retorno, voltado para o oceano, a última parada dos escravos, Benin. Autor desconhecido.

A materialização deste circuito é a reformulação do caminhar, trazendo ao usuário uma independência no conhecimento da memória do lugar, dando suporte interpretativo do território através da imersão. Nesse sentido, a independência do usuário nasce da não necessidade de um narrador, ou seja, a comunidade não precisará de um guia para

² O Portal do Não Retorno, também conhecido como a Porta do Não Retorno, é um local histórico localizado na cidade de Ouidah, em Benin, na África Ocidental. O lugar foi o ponto de partida significativo para os africanos escravizados durante o período do comércio transatlântico de escravos. O nome simboliza a realidade daqueles que atravessavam embarcando em uma viagem sem retorno, separados de sua terra natal e enfrentando uma vida de escravidão. O portal, uma estrutura de pedra maciça com uma abertura em forma de arco, representava a passagem da liberdade para a escravidão.

contar a história do lugar. E como resposta projetual para essa problemática foram definidas duas estratégias:

[1] Tecnologia digital - usando o apoio tecnológico, é proposto mobiliários/totens interativos os quais permitirão o acesso do usuário a conteúdos de determinado bem e mídias que remontam o cenário cultural preto do Rio de Janeiro do Séc. XIX e XX por meio dos documentos de áudio e iconográficos. [2] Representação etnobotânica - o estudo das interações entre as plantas e as culturas humanas na preservação dos conhecimentos tradicionais, culturais e religiosos relacionados às plantas.

A partir dessas duas estratégias é possível construir uma atmosfera através dos sentidos, fazendo a inserção do usuário na participação direta do circuito.

No entendimento da percepção holística do usuário no circuito, Segundo Oliveira apud Del Rio (1990), a construção dos sentidos se dá através de um processo cognitivo, o qual possuiria as fases distintas de percepção (campo sensorial), seleção (campo da memória) e atribuição de significados (campos de raciocínio).

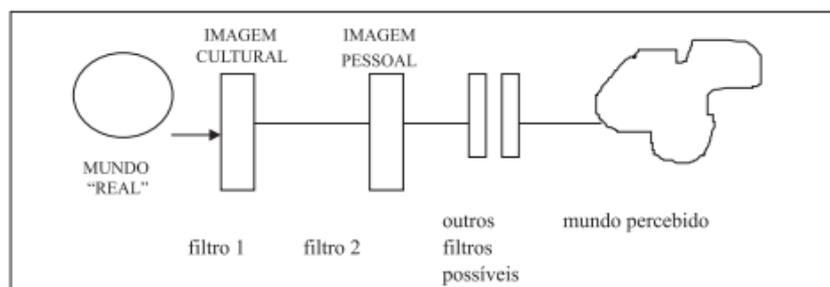


Figura 5- Rapoport (1978, p. 53; Adaptado) apud. Milena Kanashiro

A proposta do circuito é trazer os sentidos na possibilidade da construção da própria narrativa através de suas vivências, as percepções individuais do território e o apoio lúdico do projeto. É o reconhecimento e valorização individual e coletiva em um distanciamento de uma historiografia.

Neste trabalho, entendemos a importância dos profissionais e guias de turismo, no entanto, para especificidade desse território, a construção do pertencimento está muito atrelada ao reconhecimento palpável do que de uma história narrada – construção dos lugares de memórias na fuga dos lugares de história.

Pierre Nora (1993) traz essa percepção prática dos lugares de memória, em que pese essas definições sejam construídas em um contexto europeu, a partir de uma reflexão identitária francesa da década 1980, conseguimos parer as relações de “construção de lugares de memória” na aplicabilidade brasileira.

Nora define os Lugares de Memória a partir de 3 pilares: a vontade de memória, vontade do homem e vontade do tempo (NORA 1993), propondo uma fuga da historiografia e na construção da adaptação do presente na efetivação de valor do lugar. É o distanciamento dos “lugares de história” para a aproximação dos lugares de memória.

A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória. (NORA, 1993, pag. 21 apud GONÇALVES)

Nesse sentido, a proposta desta dissertação traz as perspectivas decoloniais dos lugares de memória através da aplicação prática em projeto, explorando os sentidos e expondo os vieses historiográficos na construção das narrativas do presente.

Foi exposto nesta abordagem inicial as reflexões que mobilizam o direito à memória, a cidade e como esse esvaziamento cultural influencia, não só as ações de salvaguarda do patrimônio, mas, sobretudo, na influência da relação indivíduo, espaço e identidade.

Na mesma etapa introdutória expusemos as problemáticas das ações que visam valorizar a herança cultural preta e os objetivos desta dissertação, não como solução, mas em uma tentativa de construir uma pesquisa que dialogue com as questões profundas e estruturais de esvaziamento da memória preta nas cidades, especificamente na zona portuária do Rio de Janeiro.

No próximo capítulo, “Fundamentação Teórica”, iremos abordar questões que ajudam no entendimento conceitual da problemática, mobilizando autores que tangenciam os temas de Memória e Identidade, aprofundando na relação do indivíduo e

pertencimento associados à cidade, numa escala de aproximação e da coletividade. Neste capítulo buscamos centralizar as discussões a partir da perspectiva da diáspora afro-brasileira, mas, por se tratar de uma pesquisa em um contexto ocidental, foi necessário passar por autores que, mesmo em diferentes contextos, são teóricos relevantes para determinadas definições.

Por seguinte, no mesmo capítulo, buscamos trazer um olhar para os circuitos urbanos como um dos formatos da museografia e como uma das estratégias de preservação do patrimônio urbano. Trazendo, ainda, estudos de casos de projetos e outras possibilidades do uso da tecnologia digital aplicada ao patrimônio urbano.

No capítulo 3, “Métodos e delimitação do estudo de caso”, será exposto os materiais e os ferramentas de aproximação do lugar da pesquisa, auxiliando no entendimento desse território e suas problemáticas. A primeira diretriz foi a definição do recorte temporal de abordagem, se delimitando em um período de 1811 até 2016, definindo seus principais acontecimentos e atos de apagamento histórico. A segunda diretriz foi a definição dos limites geográficos na definição espacial da pesquisa e por fim os documentos que dão suporte na elucidação desse território.

No capítulo 4, “Projeto”, teremos a proposta prática do resultado projetual da intervenção, que nasce da busca da rememoração da cultura preta do lugar através de um circuito urbano, dando suporte imagético e interpretativo para a construção de novas narrativas que visam ressignificar o território da então denominada Pequena África.

Ainda na etapa projetual, é exposto um plano gestor de viabilidade e sustentabilidade do projeto e das ações de fomento de valorização da memória preta da região. Mobilizando instituições e sistematizando os mecanismos de preservação e da criação dos comitês de gestão. Este tópico surge quando, na elaboração dessa dissertação, o sítio arqueológico do Valongo estava na eminência de perder seu título de patrimônio da humanidade por uma ausência de gestão.

Por fim, nas “Considerações Finais”, encontraremos os conceitos e ideias discutidas, os desafios da construção desse trabalho e as prospecções para novos e futuros debates para quem vem depois.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA

Falar de memória nos possibilita abordar diversos assuntos nas áreas das ciências. Entendendo o termo polissêmico que é, nos delimitaremos ao entendimento de uma complexidade que se refere às ciências humanas e sociais, fazendo um paralelo com as questões de identidade dentro de uma perspectiva coletiva, racial e social.

E memória, em um primeiro momento, nos remete a questões psíquicas que estão relacionadas ao armazenamento de informações e ideias. Contudo, quando destrinchamos esse tema, percebemos as diferentes funções que se rebatem diretamente no modo que nos conduzimos e enxergamos o mundo.

Em uma discussão epistemológica e em um contexto ocidental, Paul Ricoeur em “Memória, História e Esquecimento”, traz a *memória* dentro de uma perspectiva fenomenológica relacionada com os aspectos da vida cotidiana.

Por outro lado, quando analisamos as relações de memória a partir de uma perspectiva de matriz africana, percebemos que este fato está diretamente relacionado ao corpo. Seja por suas expressões estéticas, corporais, os rituais e a oralidade. A ancestralidade nasce de diversas formas e em determinado grau podemos comparar com o que entendemos por memória.

No entendimento das relações de esvaziamento de uma memória, debate central a ser abordado nesse trabalho, podemos fazer críticas mais profundas relacionadas ao apagamento intencional de uma memória, e que em sua maioria, são induzidos a partir de ambições institucionalizadas - políticas que visam defender uma ideologia atravessada por uma visão parcial e individual. Essa centralização ideológica, além de viabilizar narrativas convenientes, proporciona consequências que atravessam séculos. Se na escravidão as pessoas eram arrancadas brutalmente de suas memórias e heranças a partir de rituais, catequização, novo nome, o esquecimento era como a própria morte (FANON, 1952).

Trazendo para a especificidade deste trabalho, podemos comparar claramente com o contexto do Brasil no século XX em paralelo com os dias atuais. Como essa busca de um novo Brasil, com suas reformas e procura de uma construção de identidade nacional, influenciou no Brasil que temos hoje? E como essa construção de nova nação está atrelada ao apagamento de narrativas não convenientes?

Nesse entendimento, e partir da omissão das narrativas não convenientes, compreendemos que “o que justifica a preferência pela memória “certa” é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência do passado[...]” (RICŒUR,2007, p. 40)

Nessa conjuntura Abdias Nascimento relaciona o processo de dominação e escravização dos corpos pretos com o apagamento da sua ancestralidade e memória como principal diretriz. Se no período escravocrata a ruptura das relações de mulheres e homens negros com sua terra, seu povo e seus deuses foi fundamental para o controle deste grupo, no pós-abolição essa prática é mantida através da queima de documento referentes ao tráfico e a escravidão, e da destruição de instrumentos de tortura (NASCIMENTO, 1980).

Ações de obliteração da memória individual e coletiva refletem para além das políticas sociais, são questões que se materializam nas dinâmicas espaciais e urbanas que estão diretamente associadas à memória afetiva e simbólica, caracterizando as relações de pertencimento e a apropriação de uma territorialidade como morada.

A hierarquização da memória, do que deve ser preservado ou apagado, está diretamente relacionado à uma relação de poder de classes dominantes em detrimento de comunidades já marginalizadas. E a construção dessa narrativa se consolida desde ações mais incisivas de repressão cultural- como a Lei da Vadiagem, levando até condutas mais passivas, de construção de novas representações dessa nova memória, como o Jardim Suspenso do Valongo³.

³ O Jardim Suspenso do Valongo foi erguido nas reformas urbanas de Pereira Passos. Construído na região portuária, seu objetivo era representar uma nova imagem para aquele território. De estilo romântico inglês, o Jardim era comumente chamado de “o passeio das princesas”, com referências greco-romanas em suas esculturas e um caminhar por entre o cenário bucólico e paisagens construídas através da técnica dos *rocailles*.



Figura 6- Ilustração De Augustus Earle, Capoeira, C. 1820 (Biblioteca Nacional De Canberra). O pintor retrata a capoeira e em segundo plano a figura policial reprimindo a manifestação cultural. Fonte: BNC.

Ricœur define o caráter objetal da memória como o: “lembramo-nos de alguma coisa”, ou seja, é comum associarmos a memória com a lembrança. No entanto, Ricœur diferencia essas duas instâncias: memória como visada e a lembrança como coisa visada (RICŒUR 1913). Essa relação perpassa pelo significado profundo do que é memória, entendendo que a lembrança está associada a uma multiplicidade, uma capacidade de diversas associações, com a aptidão de construir uma composição de uma narrativa- de uma memória. Essas lembranças estão em comum alinhamento às representações, é o que exemplificamos anteriormente ao se tratar do estímulo de uma referência como o Jardim Suspenso do Valongo.

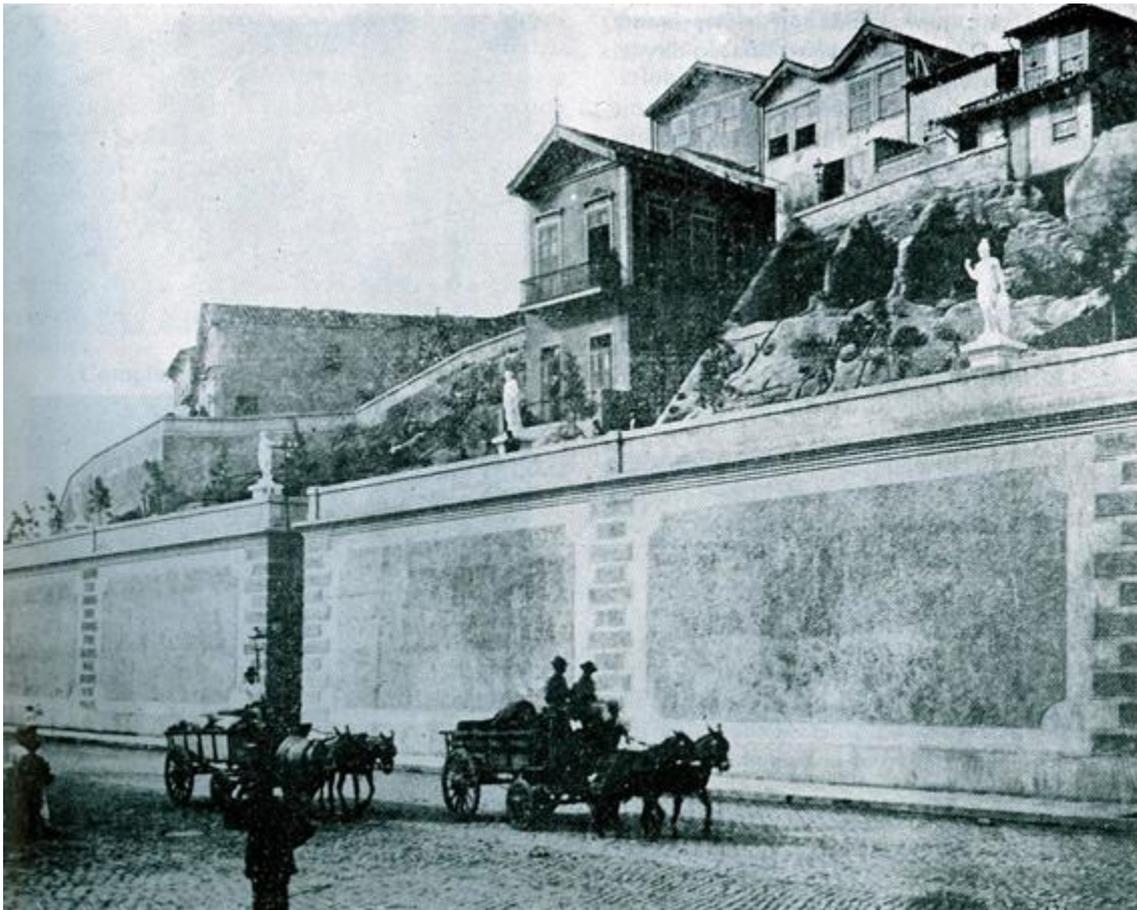


Figura 7- Jardim Suspense do Valongo. S/D. Foto: Augusto Malta. Fonte: Biblioteca Nacional.

Esse conflito de representações está intimamente conectado às questões de diáspora, quando entendemos as relações de estética, territorialidade, cultura associados à construção ou reavaliação de uma identidade, pois “a identidade está profundamente envolvida no processo de representação” (HALL, 1992, p. 71).

Stuart Hall questiona o impacto das relações de diáspora dentro do que se entende como identidade cultural, já que essa “identidade” carrega muitos traços de unidade e particularidade (HALL, 2003, p. 30).

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com o núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo o teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consistente diante de si mesma, sua “autenticidade”. (HALL, 2003, p. 31)

A autêntica identidade, na especificidade das pessoas que vivem na Região Portuária do Rio de Janeiro no século XIX e XX, é algo muito relativo e quase inimaginável nesse período. Se tentarmos traçar o caráter desse território, podemos observar muitas influências trazidas de África, dos imigrantes baianos e árabes: uma efervescência de identidades, que a primeira instância, “genuíno” - primário. Contudo, ao se adequar ao contexto do novo lugar, há uma transformação social e cultural, uma adequação na forma de viver. Esse “choque cultural” resultou em outras formas de expressão, como bem definido por Hall como Nova Identidade.

No contexto dos imigrantes afro-caribenhos e indianos na Grã-Bretanha, Hall descreve:

Pessoas afro-caribenhas e indianas continuam a manter diferentes tradições culturais. O *black* é, assim, um exemplo não apenas do caráter posicional e conjuntural (sua formação em e para tempos e lugares específicos) mas também do modo como a identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando a outra. (HALL, 1992, p. 86-87)

Para além da conceituação da Nova Identidade, de um outro lado é possível coexistir um fortalecimento das identidades locais, motivados por uma reação defensiva de grupos dominantes que se sentem ameaçados por uma nova experiência, essa ação é definida por Hall de racismo cultural. Além disso, há políticas nacionalistas que busca um referencial na construção de uma nação, geralmente é o que acontece em um cenário de pós independência. A problemática é, apesar dessa busca de uma reestruturação de um ideal nacional, quais são esses referenciais e a motivação do preterimento com as ações de obliteração da cultura preta?

No Rio de Janeiro do século XX ocorreu essa busca, contudo, as referências que conduziam essa “nova cara da capital do Brasil”, envolveu diretamente a população preta dentro de uma política eugenista. Essas ações nacionalistas objetivavam a construção de um “padrão social”, seja na forma de se vestir, nos costumes, e até na forma de pensar. E para consolidação da nova “forma de viver” era necessário tempo até essas representações serem comuns à vida cotidiana.

Paul Ricœur define *hábito e memória* como um par de oposições, termos que entram em uma de suas categorias fenomenológicas de memória. Resumidamente, a habitualidade está envolvida, para além da relação temporal, está associada à uma considerável constância. O ser e suas atitudes, a “classificar as experiências relativas à profundidade temporal, desde aquelas em que, de algum modo, o passado adere ao presente, até aquelas em que o passado é reconhecido em sua preteridade passada”. (RICŒUR,2007, p. 43)

É possível exemplificarmos como: fazer parte do presente, como andar ou escrever; e em oposição ao lembrar de uma receita de um bolo- é o esforço da lembrança em determinada representação.

Sendo assim, o entendimento da construção de uma habitualidade está diretamente relacionado, no nosso caso, às questões de esvaziamento. Ou seja, no momento que novos padrões são estabelecidos e reforçados, outros naturalmente são apagados. Essa é a lógica das políticas hegemônicas.

No entanto, Hall (1992) entende que essas limitações impostas pelas referências nacionais são um terreno fértil para as trocas culturais em um contexto diaspórico. O resultado é o fomento de ações subversivas da comunidade preta que, de alguma forma, tenta combater a formação cultural que se impõe, considerando elementos em ascendência como: traços brancos, referências europeias e ocidentais, em detrimento aos aspectos negroides e africanos –colocados como não aceitáveis e subalternos.

Essa subversão está atrelada ao não reconhecimento, dentro de uma estrutura social não representativa. Essas iniciativas de lutas são responsáveis pela reversão desse papel e estão sempre amparadas pela memória do passado, é o que fortalece e justifica.

Buscamos aquilo que tememos ter esquecido, provisoriamente ou para sempre, com base na experiência ordinária da recordação, sem que possamos decidir entre duas hipóteses a respeito da origem do esquecimento: trata-se de um apagamento definitivo dos rastros que foram aprendidos anteriormente, ou de um impedimento provisório este mesmo eventualmente superável [...] (RICŒUR,2007, p. 46)

A recordação, segundo Ricœur, é a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento”. Buscar a lembrança é a prova de que entendemos a existência da ausência da memória, e a partir disso, prever mecanismos para combater este apagamento.

É comum, no Brasil, ouvirmos o discurso da baixa desigualdade racial justificado pelo argumento da miscigenação da população. No entanto, essa narrativa só reforça o racismo que inviabiliza boa parte da população preta. A problemática da ausência de referências leva essas pessoas à conflitos profundos sobre suas identidades. O resgate da história, o direito à memória, está vinculado diretamente na subversão e no combate do racismo estrutural, como forma de romper com o colonialismo na construção de novas referências, pois, “memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais” (POLLAK, 1992, p. 5).

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. (MARICATO, 2001, p. 51)

O racismo estrutural, segundo Fanon (1952), é identificado quando os sistemas responsáveis pelas dinâmicas sociais reproduzem as condições de desigualdade da população preta, impedindo o acesso a direitos essenciais a todo ser humano.

Além disso, a perspectiva da cidade formada por um processo colonizador e de escravização, é necessariamente pautada na utilização da eugenia na legitimação da dominação e opressão do povo preto, como falamos anteriormente. À medida que a cidade se transforma, os mecanismos de defesa de uma política supremacista precisa acompanhar esse processo. Argumentos científicos que afirmam a inferioridade do preto através da biologia, acabam por dar lugar a outros relacionados a cultura, o que podemos definir como racismo institucional.

Quando observamos o atual cenário do século XXI, levando em consideração o passado escravocrata e o sistema capitalista, fica clara a primordialidade do fomento dessas desigualdades. É uma resultante da necessidade hierárquica de poder, no qual a

legitimação do privilégio de determinados grupos precisa ser naturalizada a partir das opressões sofridas por outros grupos. E a raiz da questão está na construção dessa eugenia, que coloca o outro lado num lugar de “não reconhecimento” ou da não compreensão da própria história, tornando-os “frágeis” e suscetíveis a ações de dominação a partir da obliteração da memória.

As identidades demarcam fronteiras na cidade. Os espaços se configuram pelas relações econômicas, sociais e também identitárias. As identidades se firmam também, em relação às diferenças. Essas diferenças se estabelecem de acordo com relações de classe, de sexo, de consumo e de poder. Uma das formas de se negar o espaço do outro é negando sua existência, anulando sua identidade e, portanto, tornando-o invisível frente ao outro. (RIBEIRO, 2009, p. 188)

A busca da rememoração desse passado tem sido uma das maiores ferramentas na luta de ressignificação e empoderamento de uma comunidade. E na colisão dessas relações de poder, as lutas culturais, reapropriação e reidentificação são armas dessa “reestruturação social” que leva de “volta ao lugar onde estávamos antes” (HALL, 2003, p.38), mas isso nos faz pensar o meio e o processo, a partir disso, temos as perspectivas decoloniais: a emancipação dos “sujeitos que habitam a zona do não ser”. (FANON, 1952)

2.2 CIRCUITOS MUSEOGRÁFICOS E A TECNOLOGIA

A etimologia do termo, “museu” tem suas origens ligadas à antiguidade clássica, onde os "*museion*" ou "*mouseion*" eram templos dedicados às Musas, divindades da mitologia grega que inspiravam a arte e o conhecimento. O primeiro museu que se tem registro é o *Mouseion* e a Biblioteca de Alexandria, no qual já havia a função de sediar reuniões de estudiosos, além de abrigar objetos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros e materiais minerais.

No Brasil oitocentista, a exemplo de muitos países europeus, principalmente as potências coloniais da época, os museus privilegiaram coleções aristocráticas e antigas estantes de curiosidades, fruto de expedições e coletas em diferentes regiões do

mundo. Contudo, independentemente do princípio exploratório, cumpriram a função primordial de ampliar o conhecimento e permitir o acesso à informação por outra parcela da população, a partir da exposição de objetos dantes ignorados, principalmente os exóticos.

Hoje, verifica-se a ruptura dos conceitos originais de museu que passam a abarcar novos acervos, a partir da própria ressignificação do patrimônio cultural em resposta às novas demandas da contemporaneidade. Assim, no cumprimento do seu papel social, as novas representações museográficas ampliam suas abordagens de salvaguarda, exposição e fruição do patrimônio, valendo-se de novos recursos e ferramentas, muitas dos quais digitais.

Os museus e a Museologia não estão alheios às disputas de poderes entre memórias, e isto inclui contendas sobre conceitos, referencial teórico, caminhos metodológicos, público a quem nos destinamos etc. (CÂNDIDO e BOITA, 2019, p.23)

Verifica-se, assim, que os conceitos da museografia tem se transformado, e essa mudança reside na diversidade de abordagens da preservação, apresentação e valorização do patrimônio cultural. Está cada vez mais comum a concepção das novas representações expográficas na museografia.

A preservação do patrimônio urbano desempenha um papel importante na construção da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que nela coabitam. Sítios históricos são, em si, representações culturais de diferentes tempos do passado.

Na escala urbana podemos ter diversas dimensões do patrimônio, e um olhar que prioriza a cultura abordará as relações de memória, do patrimônio arquitetônico e artístico tangível e do patrimônio imaterial, intangível. É através dessa relação que teremos a representação que constrói o pertencimento e fortalece as questões identitárias em um território. Para Arantes (2006) o fortalecimento das relações de preservação e cidade é pautado através do “reconhecimento da singularidade das áreas preservadas [...] no contexto mais amplo da cidade” (ARANTES, 2006, p. 433 apud. ABRANTES).

[...] A demolição de monumentos antigos e a sua substituição por novos resulta uma falha na salvaguarda da essência social e cultural de certas regiões e, conseqüentemente, no sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao lugar - a identidade estará severamente afetada. (SAID, 2013, p. 571. *apud*. Nazki, Khan, tradução nossa).

Nesta perspectiva, nascem diversas questões sobre as estratégias do fortalecimento das cidades através da preservação do patrimônio urbano, e uma delas são os circuitos históricos. Para Nazki e Mehruq (2013) existem diversas características que potencializam as cidades através da *heritage walk*, são eles: o conhecimento; a promoção; a sustentabilidade; a preservação; e as oportunidades empreendedoras. Isso forma um sistema de fortalecimento das cidades, no qual o desenvolvimento de cada característica gera uma cadeia de outras possibilidades.

O conhecimento está diretamente relacionado com as ações de educação patrimonial, e esse conceito pode estar explícito ou não dentro da estrutura dos circuitos. Como, por exemplo, as visitas guiadas, exposições temáticas, eventos culturais e programas de envolvimento da comunidade. Essas iniciativas visam aumentar a conscientização, engajamento e participação ativa do público na preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade. Além disso, os programas de promoção da memória, traz o turismo cultural como vetor de fomento do desenvolvimento sustentável, tomando partido dos recursos existentes, e como consequência, o fortalecimento da economia local.

Neste sentido, a Carta de Washington, de 1987, lista como princípio para a salvaguarda patrimonial das cidades “uma política coerente de desenvolvimento econômico e social”, além de preservar valores associados ao “caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem” (ICOMOS, 1987, p. 2)

Os sítios urbanos são, de forma especial, objetos culturais históricos e socialmente construídos. Acumulam vestígios e trazem as marcas do processo de sua construção, das transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo, expressando, em sua conformação, as representações das relações que ali se sucederam.

Também sua “construção ou invenção” como patrimônio, pelo poder público, é uma das formas possíveis de apropriação dos sítios, uma forma de apropriação que lhes atribui significados e valores especiais, distinguindo-os como representações simbólicas, como monumentos e como documentos. Incidem sobre o material do passado, utilizando-o como matéria-prima para a construção de um patrimônio oficialmente consagrado. Seleccionam-se áreas e prédios que devem ser tratados de maneira especial, que devem ganhar novo significado, que devem representar ou simbolizar o ponto de vista e os interesses de um determinado governo. (MOTTA, 2000, p. 260).

Para Choay (2006, p.12), as edificações têm uma relação direta com a vida das pessoas, visto que os edifícios são testemunhos e continuam como prova viva de um passado. São, além de monumentos, documentos. E esses documentos revelam não só um fato, uma memória relativa à época de sua construção, mas sim a relação do indivíduo com o lugar. A vida pessoal está interligada ao objeto, pela rotina ou pelos acontecimentos individuais que estão atrelados ao cenário daquele bem.

Pensar a cidade como um objeto a ser vivenciado, para além do deslocamento por ele mesmo, é um exercício da construção da percepção do espaço através da experiência do caminhar. Careri (2013) em Walkscapes traz a historiografia do caminhar em paralelo à relação da arte, no qual aponta essa dinâmica nômade do desvendar as novas possibilidades da cidade, na construção de uma prática estética.

Essa análise nos traz diversas reflexões quando olhamos para a necessidade de pensar a preservação do espaço urbano. Como pensar a construção da memória urbana através do caminhar? O andar está atrelado à independência do conhecer, do vivenciar, e quando nos referimos à memória das cidades, são diversas camadas e referências que estruturam as percepções de cada indivíduo na construção do senso de lugar.

Existem diversos projetos que constroem, por meio das relações estabelecidas entre o patrimônio tangível e o intangível presentes em um determinado lugar, a consolidação de um percurso mnemônico, que pode incluir inúmeras representações, em função das especificidades.

Como exemplo, a cidade de Ahmedabad tem uma rica herança arquitetônica que é essencial para a identidade local, sendo a primeira cidade na Índia a receber o título de patrimônio da humanidade pela UNESCO em 2017. Os bens culturais mais importantes são seus monumentos indo-islâmicos do século XVII e século XV. Uma cidade murada que preserva vastos enclaves da era Maratha, diversos exemplos da arquitetura colonial e vestígios de assentamentos da Idade Média.



Figura 8- Heritage Walk of Ahmedabad. Fonte: Amdavad Municipal Corporation. Disponível em: https://ahmedabadcity.gov.in/portal/jsp/Static_pages/heritage_walk.jsp

O Heritage Walk of Ahmedabad é um circuito construído a partir da potencialização de um percurso existente, usando o turismo como potencializador na preservação da memória local. Na elaboração deste projeto foram estruturados cinco momentos de atuação: o primeiro foi a compreensão dos objetivos e estratégias da construção do circuito; na segunda etapa foi feita uma pesquisa de estudos de caso na escala local e mundial; na terceira foi o entendimento das potencialidades e estratégias que suportam

a concepção do projeto; na quarta etapa foi a elaboração do projeto do circuito; e a quinta foi a análise de viabilidade financeira e de implementação.

O projeto foi dividido em nove partes e esses recortes trazem a análise da especificidade de cada trecho, consolidando a proposta na adequação do circuito ao espaço. Como uma chegada para os turistas, áreas verdes no percurso que valorizam a qualidade ambiental da comunidade que reside nas casas, além de locais de descanso durante o circuito. Envolve, também, o fomento da atividade comercial local e suporte de infraestrutura a partir das análises dos espaços, identificando lugares com pouca iluminação, por exemplo.

Em Nantes, na França, existe um circuito que objetiva a construção de uma narrativa do lugar na preparação da chegada a um destino específico. Diferente das conexões de lugares ou monumentos, é um circuito que usa o próprio chão como um lugar expositor na preparação da chegada a um determinado monumento.

Este monumento é o Memorial da Abolição da Escravatura, que está localizado à margem do rio Loire, e o percurso se encontra ao longo deste mesmo rio. É um dos mais importantes lugares da memória da escravidão na Europa. Inaugurado em 2012, este projeto “é uma evocação emocional e metafórica da luta pela abolição da escravidão” (BRITTO, 2012), trazendo uma relação do espaço vivido com a memória exposta como reflexão.

O caminhar, por cerca de 350 metros, tem nos seus paralelepípedos os nomes gravados das 2 mil expedições de escravos franceses, com as datas, os pontos e os portos de onde partiam - metade delas em Nantes. Todos contam com a descrição "Navire Négrier" (Navio negreiro) como um lembrete do propósito destas expedições.



Figura 9- Percurso até o Memorial da abolição da escravatura. Foto: Philippe Ruault / Julian Bonder. Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-65801/memorial-da-abolicao-da-escravatura-bonder-mais-wodiczko>



Figura 10- Análise de percurso. Produção do autor



Figura 11- Planta nível do circuito. Fonte: Bonder + Wodiczko

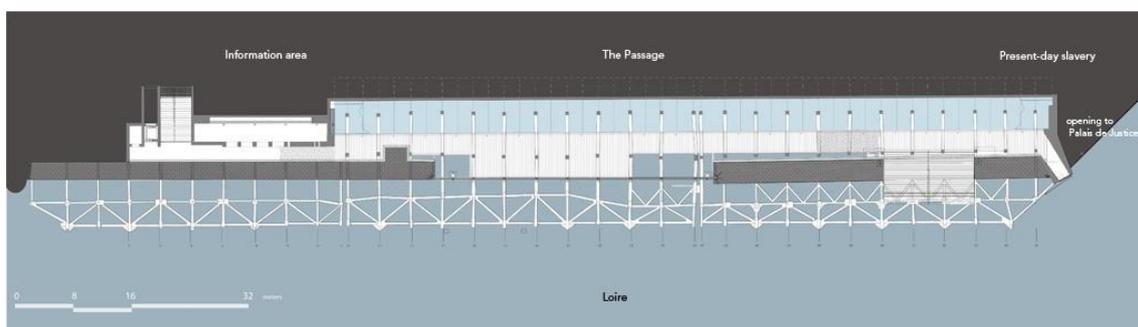


Figura 12- Planta nível do memorial. Fonte: Bonder + Wodiczko

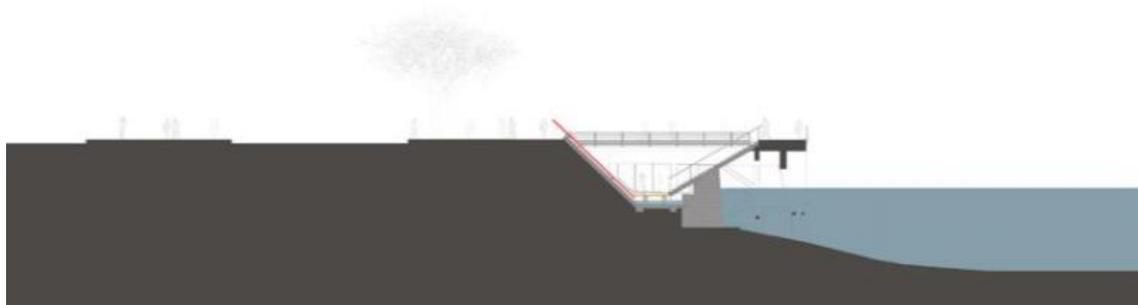


Figura 13- Corte transversal. Fonte: Bonder + Wodiczko

Este projeto nos traz uma compreensão de como contextualizar o usuário/visitante ao lugar a partir de uma conexão direta e instigadora. Um percurso que seduz o caminhar de quem ali passa, e essa é uma das possibilidades estratégicas para o atual estudo de caso desta dissertação.

Outro exemplo, no Município de Mértola, em Portugal, é o Museu de Mértola, complexo que reúne diversas representações museográficas, e tem como uma das estratégias mais importantes o desenvolvimento local por meio da valorização da cultura e

patrimônio como vetores de progresso – entendido do ponto de vista social e econômico.

A Vila de Mértola é constituída por 14 núcleos que se encontram na Vila e na região do Mosteiro, Mina de S. Domingos e Alcaria. Para Claudio Torres (2021), fundador e Diretor do Campo Arqueológico de Mértola, o conjunto urbano é o próprio museu. Repensar e trazer uma outra perspectiva para a museografia, foi fazer da Vila o próprio Museu.

A expografia introduz diversas possibilidades de percurso e diferentes experiências, envolvendo desde a visita ao espaço museal arquitetônico, até um percurso pelos sítios arqueológicos e edificações antigas da Vila. Há algumas categorias e roteiros pré-estabelecidos na construção desse circuito museográfico para serem feitos de forma autônoma, são eles: Arte islâmica; Romano e Antiguidade tardia; Centro Histórico; Arqueologia em Mértola; Ofício tradicionais e seus antecedentes.



Figura 14- Vista aérea Vila de Mértola. Foto: Pedro Domingues. Fonte: Impulsive Addiction. Disponível em: <https://www.impulsiveaddiction.com/mertola-o-que-visitar/>



Figura 15- Epicentro do sítio é o núcleo dos monumentos nacionais. Produção do autor, 2023

Como identificado na análise gráfica acima, há uma valorização radial que parte do núcleo central da memória de Mértola, seus símbolos e Monumentos Nacionais. Essa centralidade traz uma valorização para as regiões mais periféricas através de seus circuitos e a difusão do conhecimento dos monumentos mais distantes.

Para aplicabilidade no atual estudo de caso dessa dissertação, podemos entender o Cais do Valongo como esse monumento de centralidade da região da Pequena África.

A preservação do patrimônio urbano exige um esforço conjunto de iniciativas governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades locais e profissionais do patrimônio. E é cada vez mais necessário pensar ferramentas que tragam essa compreensão do patrimônio urbano, e a tecnologia digital pode ser um desses instrumentos.

Pierre Nora (1988) traz a percepção da tecnologia como ferramenta contemporânea na aproximação do indivíduo com o passado, pois “saber é a primeira forma de poder numa sociedade de informação democrática” (NORA, 1988, p. 187). É necessário pensarmos mecanismos na contemporaneidade que tragam a difusão do conhecimento, contribuindo para a validação daquele determinado bem.

Na contemporaneidade, a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural têm sido objeto de grande interesse e preocupação por parte de instituições, comunidades e pesquisadores. Neste contexto, a tecnologia digital emergiu como uma nova ferramenta nesse campo, proporcionando novas maneiras de documentar, visualizar e interagir com o patrimônio cultural.

A questão do uso de tecnologias digitais no campo do patrimônio cultural tem suscitado posições que vão da crença no caráter revolucionário e potencialmente capaz de proteger e democratizar a interpretação e representação de patrimônio cultural a das críticas na efemeridade e no excesso das informações que circulam nessas mídias, na perda da autenticidade dos bens culturais. (THOMPSON, 2023, p.209)

Métodos como a digitalização em 3D, escaneamento a laser e fotogrametria permitem criar modelos digitais precisos de objetos, estruturas e lugares. No entendimento da progressão do desenvolvimento tecnológico, é possível imaginar seus benefícios para a identificação, documentação, exposição e preservação do patrimônio cultural, mas é um processo lento e com múltiplos caminhos a serem explorados.

Owen (2004, p. 156 *apud*. ABRANTES) relaciona a tecnologia com o patrimônio cultural a partir da organização de três principais fases: a descoberta do bem; o processo científico - documentação, modelagem e catalogação; e a disseminação para pesquisadores, profissionais e público no geral. A autora traz que essas técnicas podem ser traduzidas a partir do: (1) registro – aquisição de dados; (2) modelagem – organização dos dados obtidos e especializados; (3) visualização – tornar a representação acessível; e por fim a (4) interpretação – tecnologia que poderá ser utilizada por profissionais e/ou público em geral.

A área da tecnologia na preservação patrimonial tem trazido diversas possibilidades de democratização do acesso à informação, através de ferramentas que possibilita qualquer indivíduo com um dispositivo móvel ter uma compreensão desde a totalidade de um sítio histórico à uma imersão através da realidade aumentada. Mas e a dimensão intangível do patrimônio cultural?

A relação da representação virtual com a salvaguarda patrimonial suscita questionamentos sobre como preservar e valorizar o patrimônio cultural em um ambiente virtual em constante transformação. Enquanto a tecnologia oferece possibilidades de recriar e vivenciar digitalmente locais e objetos históricos, é necessário refletir sobre a autenticidade e a integridade dessas representações virtuais.

O campo desta tecnologia tem avançado progressivamente, no entanto não podemos desconsiderar as ferramentas que temos hoje como apoio da valorização do patrimônio cultural. Atualmente, a ferramenta tecnológica mais eficaz, são os mapas interativos.

Através da representação e interação, esses mapas combinam elementos de geolocalização, realidade aumentada, multimídia e outras tecnologias para proporcionar uma rica experiência aos visitantes. O mapa interativo pode ser acessado por meio de aplicativos móveis ou sites específicos, permitindo explorar virtualmente o centro histórico de uma cidade, por exemplo.

O portal “Passados Presentes” é um exemplo deste formato de tecnologia e interação com circuitos históricos. É uma iniciativa do LABHOI/UFF no qual foi apresentado pelo

Centro de Referência de Estudos Afro-Brasileiros do Sul Fluminense e a JLM Produções Artísticas ao Edital Petrobras de Patrimônio Imaterial 2012, no Programa de “Apoio à Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro 2014”.

O portal nasce da inventariação dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, reunindo quatro roteiros desenvolvidos para aplicativo móvel, são estes: a Pequena África, na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro; o Parque das Ruínas de São José do Pinheiro, em Pinheiral-RJ; o Quilombo São José, em Valença-RJ; e o Quilombo do Bracuí, em Angra dos Reis-RJ, em parceria com as comunidades quilombolas e jongueiras.

No portal é apresentado de forma lúdica os circuitos, proporcionando uma interação na dimensão virtual com os ícones de cada bem patrimonial mostrado em determinado circuito. Esta interação traz outras perspectivas, quem sabe até as dimensões intangíveis, através do suporte midiático – fotos e vídeos que representam a busca de uma compreensão do bem em sua totalidade.

Esse portal, além de democratizar o acesso à informação aos lugares da memória preta, é um fomento da economia sustentável entre os descendentes da última geração de africanos escravizados no Brasil.

O que se observa, a partir de tais exemplos, é a importância das ferramentas tecnológicas na valorização do patrimônio urbano, embora seja necessário a não desassociação das questões que envolvem o pertencer, sendo este desatrelado da tecnologia digital e das vocações turísticas. É importante ter a clareza do alinhamento dos avanços das novas ferramentas digitais com as demandas de quem vivencia o território cotidianamente. A tecnologia pode ser um suporte, mas a ferramenta sem considerar as questões subjetivas de um lugar pode ser mais um elemento excludente, sobretudo quando consideramos os indivíduos que não tem acesso a esse tipo de tecnologia.

O desenvolvimento deste tópico propiciou, a partir da identificação de circuitos existentes, alguns desdobramentos acerca da reflexão dos caminhos da tecnologia na

preservação cultural, e como os circuitos museográficos no contexto contemporâneo podem tirar proveito desta estratégia.

No recorte pesquisado, foi observado como a tecnologia pode contribuir para as ações da salvaguarda patrimonial, a partir da difusão do conhecimento, tendo como suporte elementos de circuitos museográficos. Entretanto, não se pode ignorar o viés excludente que pode ser atribuído a esta forma de mediação do conhecimento, visto que nem todos têm acesso a esse tipo de informação, destacadamente os mais idosos e os menos favorecidos socioeconomicamente.

Acrescenta-se que a importância e o valor cultural depositado que constrói um patrimônio urbano, são resultados para além das ações de difusão do conhecimento, onde a tecnologia pode ser um instrumento na tradução da relação do bem edificado e/ou espaço com o indivíduo. A construção da memória e do valor atribuído é um processo contínuo e em permanente transformação e ressignificação.

Deste modo, esta reflexão remete a prospecção do uso desta tecnologia de modo interativo, não apenas como forma de adquirir informações, mas como forma de coletar conhecimento e percepções daqueles que experienciam um circuito urbano museográfico. Igualmente, entende-se uma forma de exclusão, mas poderia ser aberta uma nova frente para a construção da memória e permanente ressignificação do lugar, considerando, claro, suas particularidades culturais e sociais intangíveis.

É através de um olhar progressista da museografia que poderemos entender, como a evolução desta ciência, alcançará novos formatos na democratização da representação da cultura, história e o conhecimento.

3 MÉTODOS E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Este capítulo trata-se das principais estratégias metodológicas adotadas no trabalho e é definido por três pilares de pesquisa: o [1] recorte temporal, o [2] recorte documental e o [3] recorte espacial e cartográfico do lugar que contribuirão para a construção dessa delimitação temática do trabalho.

O [1] recorte temporal refere-se ao período histórico e esta etapa é a inicial do processo de pesquisa. Além de auxiliar na delimitação da temática do trabalho, esse processo direciona a busca das demais informações relevantes das etapas seguintes. É a definição dos marcos históricos, sociais e culturais que estão atrelados ao tema abordado.

Nesse sentido, a pesquisa busca compreender as relações sociais com os acontecimentos que começam em 1811 com a construção do Cais do Valongo e vão até 2016, com a “redescoberta” do Cais, e como nesse intervalo esses acontecimentos se relacionam hoje com a percepção das pessoas que vivenciam o lugar do estudo de caso.

Após a análise temporal, temos o [2] recorte documental, que reúne os materiais que trazem a ludicidade desse território a partir da perspectiva artística e cultural.

No [3] recorte espacial, a terceira etapa deste processo, embora se entenda que os acontecimentos do intervalo de tempo exposto acima atravessam barreiras espaciais da cidade e até atlânticas, isto é, o entendimento da totalidade da região perpassa pela compreensão dos acontecimentos históricos de outros lugares. No entanto, é importante trazer essa delimitação para além dos acontecimentos, mas também para as pessoas que vivenciam diariamente, hoje, esse lugar de memória.

Tudo começa com o Cais do Valongo, na Região Portuária do Rio de Janeiro. A partir disso, temos a envoltória da Pequena África. Essa região contempla os bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e incluindo os Morros da Providência, do Pinto e da Conceição juntamente da Praça Mauá.

Para além desses lugares pré-estabelecidos que contemplam alguns bens materiais e imateriais que se relacionam com essa memória preta da região, esta pesquisa se debruça na identificação das dinâmicas dos indivíduos que vivenciam essa região.

3.1 RECORTE TEMPORAL: DO MAR AO MAR

Nesta etapa da pesquisa traremos os principais acontecimentos de caráter urbano que moldaram a região portuária, em concomitante as influências subjetivas e culturais que acompanharam as transformações espaciais.

A região da Saúde é um dos lugares mais antigos da cidade. Lido até o início do séc. XXI como um lugar marginalizado, por ser uma região de porto e com grande concentração da população negra da cidade. No período colonial, as funções administrativas e a Igreja alocavam equipamentos de funções menos “nobres”, como a cadeia, por exemplo. Seus primeiros largos abrigavam forcas e os pelourinhos, o grande mercado de escravos do Valongo, e muitas outras funções “à margem”.

Mas, para iniciarmos a análise histórica e temporal, começaremos pela construção do Cais do Valongo. Erguido em 1811, o cais foi um dos maiores portos negreiros das Américas, recebendo milhares de africanos escravizados. Esse fato se deu a partir das descobertas das minas e conseqüentemente o crescimento da necessidade de mão de obra.

Vale ressaltar que, há registros do tráfico transatlântico de pessoas trazidas ao Brasil antes da construção do Cais, documentos mostram a chegada de pessoas desde 1774. No entanto, trazer o Cais do Valongo nesta pesquisa como o marco inicial, é trazer o entendimento deste porto como um dos maiores vetores de transformação que moldou toda dinâmica territorial da região – seja nos seus aspectos subjetivos, culturais e espaciais.

E essa caracterização que a região do Valongo passou a ter surgiu das necessidades de abrigar algumas funções relacionados ao tráfico escravagista, como o mercado dos escravizados, lazareto e o cemitério. Foi uma demanda de grande desenvolvimento, até que logo foi interrompida pelo crescimento da produção de café nas regiões mais periféricas. Os escravizados que antes ocupavam as regiões mais centrais do Rio, agora estavam sendo levados para as áreas mais rurais. O cenário do Rio de Janeiro começa novamente a se modificar.

Há um certo esvaziamento não só comercial, mas de uma caracterização estética da região – a população preta foi aos poucos sendo menos presente na região. Essa população só começará a retomar na metade do século com a decadência do café no vale do Paraíba e com as chegadas dos baianos que vêm tentar a vida no Rio de Janeiro.

No contexto dos conflitos políticos e proibições do tráfico transatlântico, o Cais do Valongo foi aterrado em 1843 para as obras do novo porto que destinava receber a Princesa Napolitana Teresa Cristina de Bourbon, esposa do Imperador Dom Pedro II. O cais ganhou uma nova roupagem, recebendo, ainda, um conjunto de arquitetura provisórias que escondiam a precariedade da região. Podemos atribuir como a primeira sobreposição da camada de apagamentos da região.

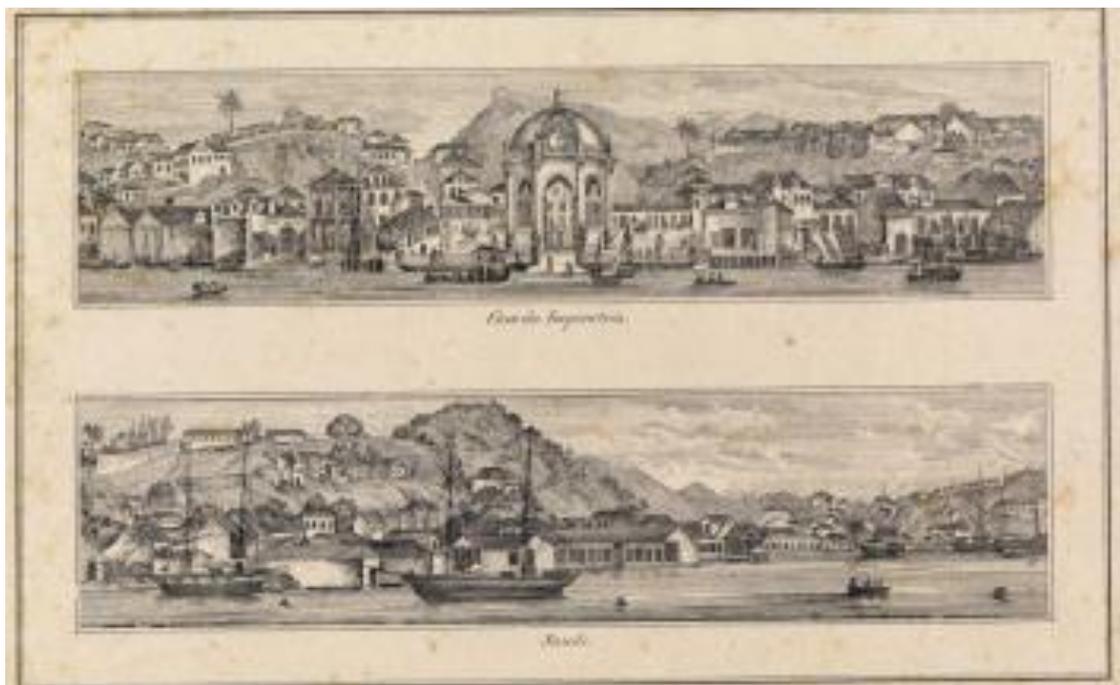


Figura 16- Cais da Imperatriz e o Bairro da Saúde. Gravura de Friedrich Pustkow, circa 1843. Fonte: Biblioteca Nacional.



Figura 17 - Cais Pharoux e Mercado da Praia do Peixe- 1886. Foto: Ferrez, Marc. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles



Figura 18 - Panorama do Rio de Janeiro em 1873. “Vôo do pássaro” do centro da cidade, a área da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo com seus trapiches, pequenos morros e ilhas; ao fundo, a Tijuca e São Cristóvão. Bauch, E. Fonte: Livro História dos Bairros, 1987

De 1860 a 1910, temos o período que compreende a consolidação do Porto do Rio de Janeiro, que teve seu desenvolvimento impulsionado, em 1870, com a construção da Doca da Alfândega.

Ao longo do século XIX, o crescimento do uso do litoral propiciou muitos outros espaços que abrigavam as atividades do porto. Além do porto propriamente dito, existiram outras instalações como os trapiches, atracadouros e armazéns para depósitos de mercadorias. Com isso, toda uma dinâmica de trabalho foi se formando na região, não só os de estiva, mas toda um formato de produção que incorporava majoritariamente as pessoas negras- escravizados cativos, libertos e livres.

É importante considerar, ainda, os marinheiros e os imigrantes que chegavam pela região, transformando a imagem da região, principalmente reforçando os estigmas de marginalização atribuídos por outras classes sociais.

A construção do Porto, com o conjunto de cais acostáveis e armazéns, se deu a partir dos decretos de nº 849, de 11 de outubro de 1890, e nº 3.295, de 23 de maio de 1890, autorizaram as empresas Melhoramentos do Brasil e The Rio de Janeiro Harbour and Docks na construção dessas edificações que atenderiam essa função na região.

Alguns anos depois, em 1903, foi implantado o Cais da Gamboa e sete armazéns que marcam até hoje a paisagem da região. Por meio do Governo Federal, foi contratado uma empresa para a execução dessas obras, além de melhorias para a região.



Figura 19 - Porto do Rio de Janeiro desde a Praça Mauá até próximo ao Canal do Mangue. Foto: Kfuri, Jorge, 1893-1965. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/3941>

Esse período foi o momento de transformações na consolidação do caráter logístico da região, para então em 20 de julho de 1910, o Porto ser finalmente inaugurado.

Entre 1904 e 1910, um grande aterro realizado para a construção do novo porto da cidade, inaugurado oficialmente em 20 de julho de 1910, encobriu também o Cais da Imperatriz, afastando a borda d'água 344 metros em relação ao local do sítio. Definimos, assim, como o 2º ato de apagamento a partir das transformações espaciais.

A pequena Praça Municipal é hoje a única praça desta cidade onde a edificação é regular e sob plano, tendo quase em seu centro um chafariz e sobre o mar o melhor cais de embarque e desembarque que se vê em todo nosso litoral. No espaço livre que tem entre as linhas das árvores ultimamente plantadas, o chafariz e o cais acima referidos, medeia apenas uma superfície retangular de 250 braças por oito de largo, única que poderia ser aproveitada para o fim indicado e que na atualidade serve de depósito ou mercado provisório aonde se vem vender legumes, frutas e

outros gêneros à população daquelas circunvizinhanças. As novas edificações que a orlam por três lados dos quais as de dois se podem chamar suntuosas contem já abertas vinte e quatro casas de negócio e nove próximas a abrirem-se. Daqui se vê a que importância comercial tem atingido esta localidade: e assim sendo, grave embaraço e incomodo deveria ali originar-se para todas as casas comerciais se por ventura se deixe construir no pequeno centro desta praça um ou dois barracões aplicadas ao mister a que os destinam, sem falar mesmo no afeiamento que isso lhe deveria ocasionar, e que formará por assim dizer um perfeito contraste com os magníficos prédios que ali se acabam de levantar. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO - 31 jul. 1855 apud. PESSÔA, 2022)



Figura 20 - Largo da Imperatriz. Em destaque à direita, o lado ímpar da praça. Foto: Augusto Malta, s/d. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 21- Praça Municipal. Em destaque, trecho do lado par da praça. Foto: Augusto Malta, 1911. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Chegando no século XX, muitos acontecimentos tensionavam o Rio de Janeiro - a chegada da Corte Portuguesa e as contínuas migrações tornavam a cidade “obsoleta” para suas demandas, sem considerar as questões sanitárias e o foco das epidemias constantes. Nesse contexto, temos nosso terceiro ato de apagamento: as reformas de embelezamento e saneamento da capital assumidas pelo então Prefeito Pereira Passos. “O Rio de Janeiro seria então uma Europa possível” (MOURA, 1994).

O Bota-Abaixo⁴, em nome da ordem e da higiene, levou à demolição em massa de cortiços e casario que abrigavam populares, construindo assim a imagem dos novos “valores civilizatórios”. Um período muito danoso para a população mais pobre, majoritariamente preta.

Com todas essas adequações às novas necessidades da estrutura política e econômica, foram desconsiderados os problemas de habitação e abastecimento das pessoas que

⁴ Bota-Abaixo - Expressão criada para designar a reforma urbana e higienista operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, pelo então prefeito da época Francisco Pereira Passos (1902-1906).

moravam nas regiões centrais e nos subúrbios que usufruíam do “privilégio” dos empregos formais na área central da cidade.

Nesse contexto, as novas comunidades se formaram nos morros do Centro - São Carlos e Mangueira - e até mesmo nos da Zona Sul. Ocupados por pessoas de todas as partes, vai se consolidando novos formatos de organização como escape para atividades relacionadas a religiosidade, cultura, arte e trabalho.

A construção da avenida Central custa a demolição de cerca de setecentos prédios ocupados pela população proletária, por casas de artífices e pelo pequeno comércio. Por razões de saneamento, são demolidas pela Saúde Pública cerca de seiscentas outras habitações coletivas e setenta casas, que alojavam mais de 14 mil pessoas, afastando do Centro e da zona do porto — que pelo fim do século passado se estendia para além da praça Mauá, de Sacadura Cabral até a Gamboa — tanto a gente pequena vinda do Império, como negros, nordestinos e europeus recém-chegados na cidade. A Saúde, onde se concentrava grande parte da colônia baiana, integrados os homens como estivadores no porto, seria também afetada pelas reformas, fazendo com que muitos, juntamente com seus novos parceiros arrebanhados pela situação comum, fossem procurar moradia pelas ruas da Cidade Nova, além do Campo de Santana, ou para os subúrbios e, logo depois, nos morros em torno do Centro. (MOURA, 1994, p. 54-55)

Em determinado momento, para a manutenção hierárquica do poder e a consolidação “do progresso”, era definido um novo olhar para a classe mais pobre do Rio de Janeiro. Não mais o Rio dos escravos, mas agora o subalterno. Foi uma forma da República encarar a questão das grandes massas populares como herança do Brasil Colônia – mão de obra barata e serviços domésticos das famílias burguesas - a aceitação social da miséria (MOURA, 1994). Era conveniente a construção da força de trabalho dessa classe majoritária da região, mesmo com as questões sanitárias estigmáticas dessa população – o problema sanitário associando a pobreza à insalubridade.

Com isso a atenção do Estado se volta para questão das moradias populares e a campanha de vacinação obrigatória, levando à diversas manifestações, como a Revolta da Vacina⁵.

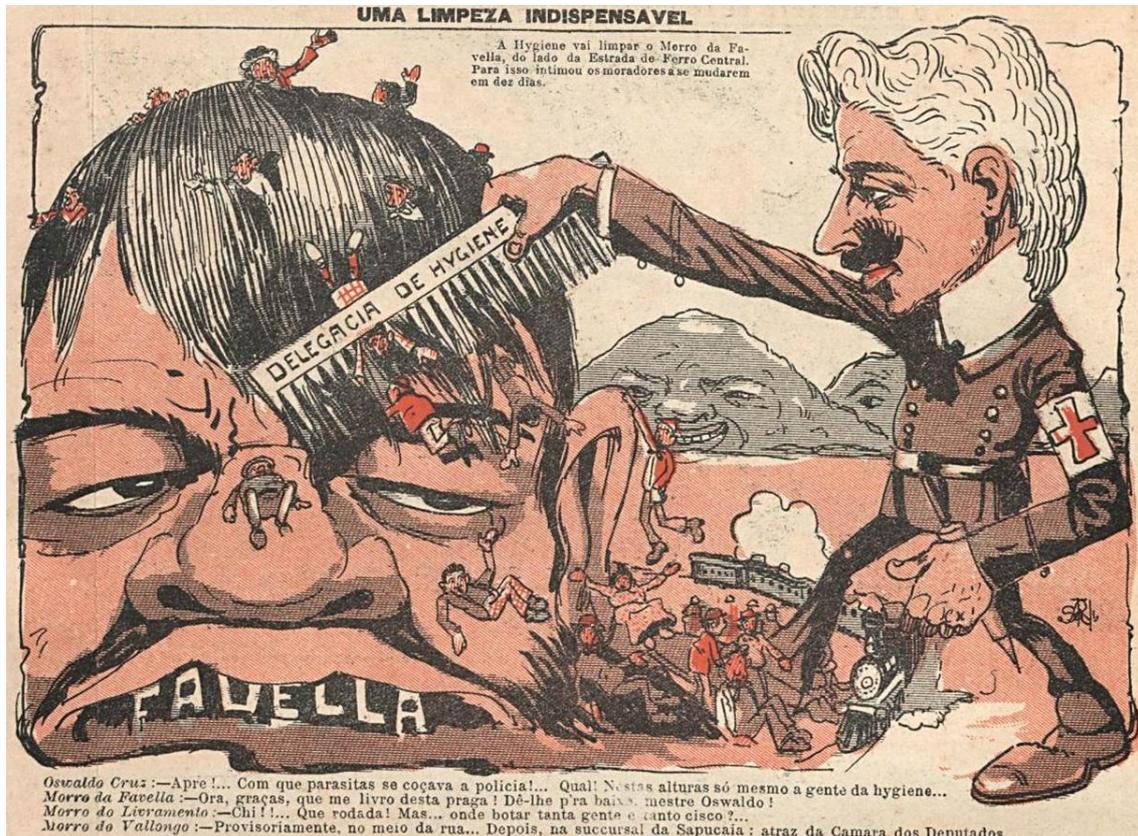


Figura 22 - Caricatura de Oswaldo Cruz limpando a imundice do Morro da Favela. No alto se lê: "Uma limpeza indispensável. A Hygiene vai limpar o Morro da Favela, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias". Fonte

⁵ A Revolta da Vacina foi uma revolta popular no Rio de Janeiro, em 1904. A insatisfação da população com a campanha de vacinação obrigatória, implanta por Oswaldo Cruz, devido ao contexto social e político da época envolvendo as reformas urbanas de Pereira Passos. Houve grande destruição material na cidade e 31 mortos.

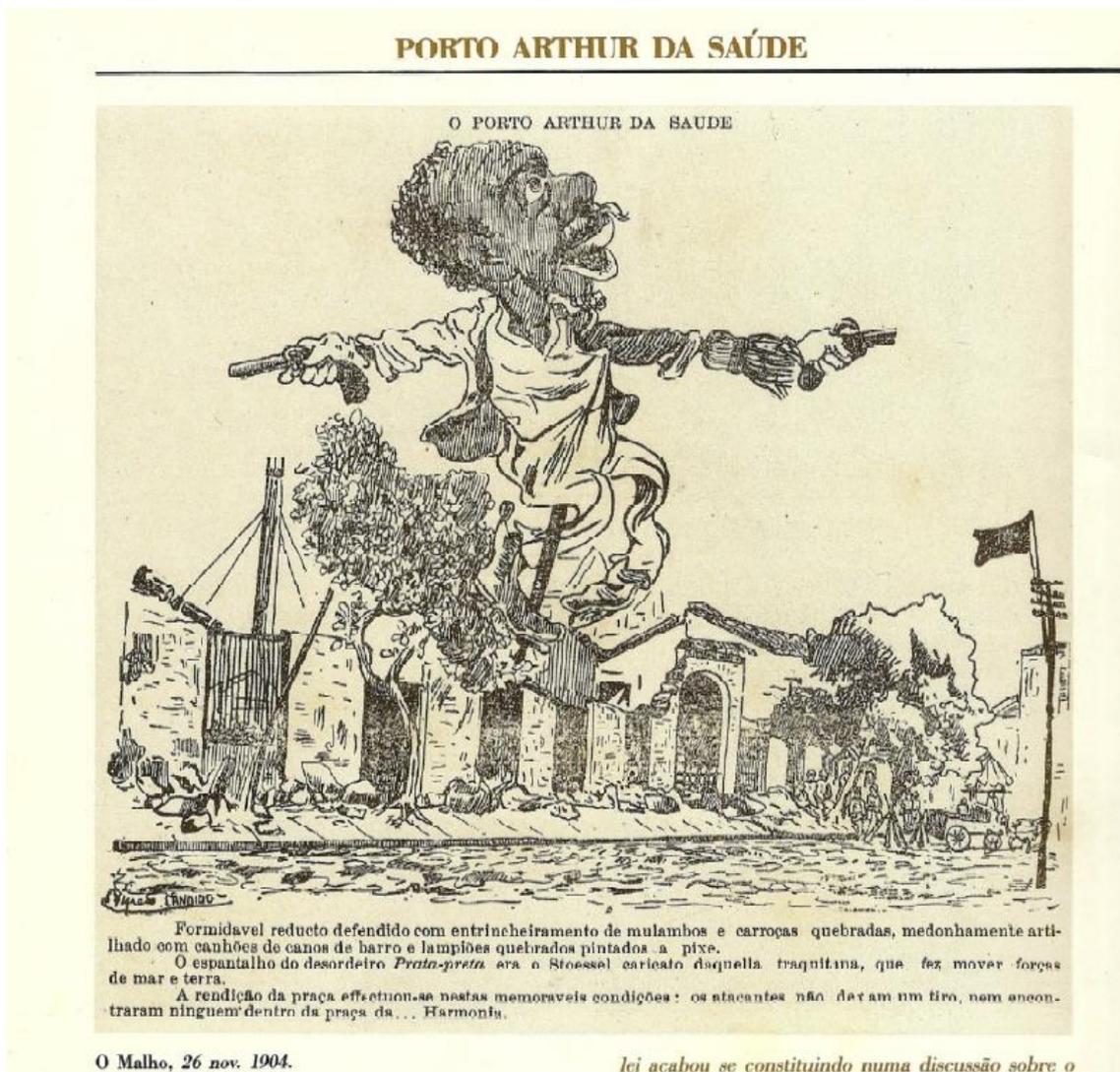


Figura 23 - Charge sobre a Revolta da Vacina. O Malho, 1904. Fonte: Biblioteca Nacional.

Passando as reformas urbanas de Pereira Passos, chegamos, no nosso entendimento, a outra grande transformação espacial que marcou explicitamente a região portuária: O elevado da Perimetral.

Este 5º ato de apagamento começa a ser idealizado em 1946, mas o primeiro trecho foi inaugurado oficialmente em 1960. Ao todo foram 25 anos até a inauguração final em 1978. E o objetivo desta obra, além de construir uma conexão entre zona sul e zona norte, era facilitar os acessos à Ponte Rio-Niterói e as conexões da Avenida Brasil.

Um projeto polêmico e audacioso para época, foi uma grande obra no reconhecimento da engenharia brasileira, um símbolo no fomento da era automobilística que marcou o período político de JK e da Ditadura Militar.

E a construção do elevador, com sua proporção descomunal, descaracterizou uma das regiões mais antigas da cidade. Transformando não só a paisagem, mas demolindo muitos marcos históricos edificadas como: Mercado Central da Praça Quinze; o Hotel Pharoux, um dos primeiros grandes hotéis do país com estilo mais refinado; Mercado Central, deixando parte ínfima que abriga hoje o Bar Albamar, na Praça Marechal Âncora.

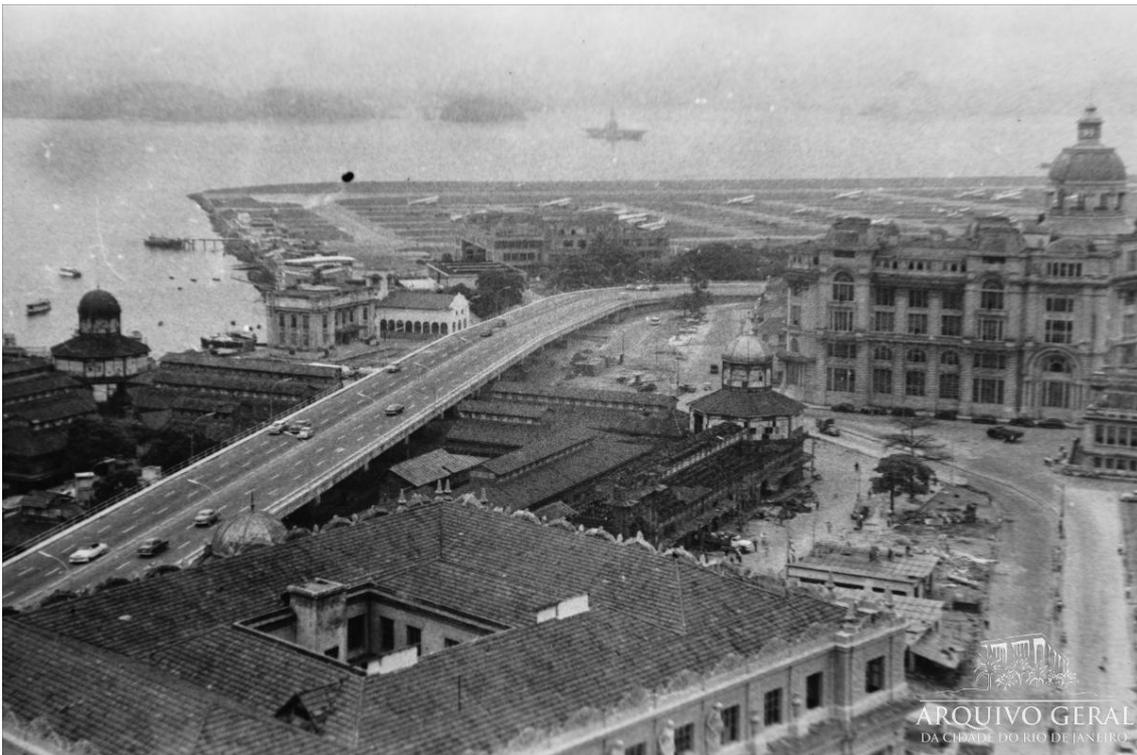


Figura 24 - Elevado da Perimetral. S/D. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 25 - Mercado Municipal. S/D. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Além das questões materiais, o impacto dessa obra na vida das pessoas que residiam na zona portuária foi devastador. Além dos danos que tangenciam os aspectos da memória, as sombras dos baixios desse elevado trouxeram grandes complicações a respeito da qualidade ambiental e segurança da região.

Com mencionado acima, nas décadas de 1950 até aproximadamente 1970, o Rio de Janeiro teve um grande crescimento. Um período do processo de modernização que foi definindo a cadência das décadas seguintes. Trazendo, para a classe mais favorecida, grandes novidades traduzidas em facilidades, como os eletrodomésticos e os alimentos industrializados.

Já na década de 1980, o Rio de Janeiro já esboçava o declínio diante dos fatos que marcaram as décadas anteriores. O Rio não mais capital do país, agora enfrentava muitas questões de enfraquecimento político e econômico. Além do crescimento da pobreza e desigualdade, existiu um aumento considerável da descentralização dos bairros devido ao crescimento das favelas e dos loteamentos irregulares mais afastados do centro. Neste momento, os investimentos públicos se voltavam exclusivamente para as áreas mais nobres da cidade, além de priorizar o tráfego de automóveis em

detrimento dos transportes em massa, mesmo com o grande aumento da população das regiões mais periféricas. As consequências dessas ações refletem até os dias atuais na desigualdade e pobreza no município do Rio de Janeiro.

A região do porto, mesmo com a grande decadência, em 1980 começa a surgir alguns olhares para as propostas de revitalização da área, destaca-se, inicialmente, o projeto da RIOPAR, elaborado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro no início dos anos 1980. Esta proposta definia um aumento exponencial do gabarito e a substituição das atividades portuárias por usos mais rentáveis comercialmente. No entanto, essa proposta não foi bem recebida pela população que residia nos bairros, e como consequência foi criada a Associação de Moradores do Bairro da Saúde (AMAS), nascendo como resistência a essas ações, reforçando a relevância cultural e a complexidade cultural do bairro.

Nesse mesmo contexto de foco da revitalização das áreas centrais do rio, é instituído o projeto do Corredor Cultural, neste mesmo período. Lançado por meio da lei municipal nº 506 de 17 de janeiro de 1984, o projeto desperta uma perspectiva de valorização das áreas centrais e suas adjacências. E como desdobramento, essa iniciativa de preservação chegou à zona portuária através do Projeto Sagas, que procurou inventariar o patrimônio cultural arquitetônico da área com vistas à ampliação do rol de bens protegidos na região.

Em 1990 é constituída a Área de Especial Interesse Urbanística, no qual prefeitura, através do municipal nº 11.860 de 23 de dezembro de 1992, reforçou as iniciativas de conservação da zona portuária. Embora existisse o esforço da valorização do patrimônio cultural, os sinais de esvaziamento econômico eram notórios GONÇALVES (2013 pág. 180).

Em 1998 começou a ser desenvolvido o Programa de Recuperação Orientada (Pro RIO), o objetivo era recuperação do patrimônio histórico do Morro da Conceição. Nessa mesma década, iniciam-se os debates sobre o aproveitamento do Pier Mauá. Por seguinte, mais recentemente, em 2001, surge o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, o projeto Porto do Rio.

Um novo contexto vai se construindo no Rio de Janeiro, com a novas descobertas petrolíferas, a retomada da indústria naval, a chegada de grandes empreendimentos no Estado e, o mais importante, a escolha da cidade para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos (GONÇALVES (2013 pág. 182).

Embora o Rio de Janeiro seja um dos cartões postais mais conhecidos no mundo, a cidade estava enfrentando uma grande crise política e econômica, e era difícil conceber uma infraestrutura que comportasse tais eventos, sobretudo em um período tão curto de tempo.

Nesse contexto, temos o nosso último ato de apagamento: O porto maravilha. O projeto é um Operação Urbana Consorciada, que objetivava promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região portuária e adjacências.

No cenário de preparação da cidade para esses grandes eventos, é notório uma série de violações dos direitos da população que residiam os bairros da região portuária com as obras de reestruturação urbana. Além do debate da gentrificação, muitas outras nuances mudaram a vida das pessoas que ali estavam, uma delas é a redescoberta do Cais do Valongo. Voltamos ao ponto inicial desta análise historiográfica.

Com a previsão de diversas intervenções no subsolo da região para substituição de velhas redes subterrâneas, foi necessário seguir determinações legais da esfera federal e municipal, no qual obrigavam a presença de arqueólogos na execução das obras. E assim, chegou-se ao Valongo.

Com a redescoberta do Cais, havia uma grande expectativa por parte dos pesquisadores e arqueólogos de uma comoção e apropriação da comunidade negra. No entanto, por diversos anos não foi o que aconteceu. Quem revela isso é Tania Andrade Lima, uma das arqueólogas que fez parte das escavações.

Foi compreendido por ela que a página da escravidão, um lugar que representa esse capítulo da história, não era bem-visto por boa parte dos grandes movimentos negros. Por isso, era mais significativo celebrar o Dia da Consciência Negra, por exemplo, no monumento do Zumbi dos Palmares.

A apropriação começou de fato a partir da identificação, a partir da perspectiva religiosa, de um solo sagrado, com a chegada dos muitos ancestrais. E claro, com o ganho do título de patrimônio da humanidade pela Unesco.

Até hoje boa parte dessa apropriação é voltada para os circuitos institucionalizados que acontecem na região e alguns eventos mais significativos. Embora seja um lugar próximo ao centro, ainda é uma região predominantemente residencial e turística, com isso o acesso pode ser também um fator que contribui nessa pouca apropriação nos dias atuais.

3.2 RECORTE DOCUMENTAL: AS COLEÇÕES

A Iconografia é um dos documentos empregados nesta pesquisa que objetivou reunir fragmentos a partir de dois tipos de ilustrações: (1) pessoas e cotidiano e (2) cenários e expressões artísticas-culturais. Essas representações objetivam trazer, a partir do recorte temporal exposto no tópico anterior deste capítulo, documentos que ilustram esses períodos a partir da perspectiva da rotina e das manifestações culturais da população preta do Rio de Janeiro.

Abaixo, a distribuição dos materiais está feita por ordem cronológica dos documentos que estão datados.

Os primeiros materiais aqui expostos são relativos à contextualização da rotina e estética da população preta do Rio de Janeiro a partir do século XIX. O objetivo é trazer a atmosfera desse cenário a partir de um deslocamento direto das cenas relacionadas à protagonização da escravidão.

É possível observar nas imagens a seguir ilustrações que, em sua maioria, retratam a cena de trabalho – seja por pessoas escravizadas libertas ou não. Além disso, é claro a relação da arte com o cristianismo, enfatizando a questão clara da catequização dos escravizados a partir de uma política colonial.

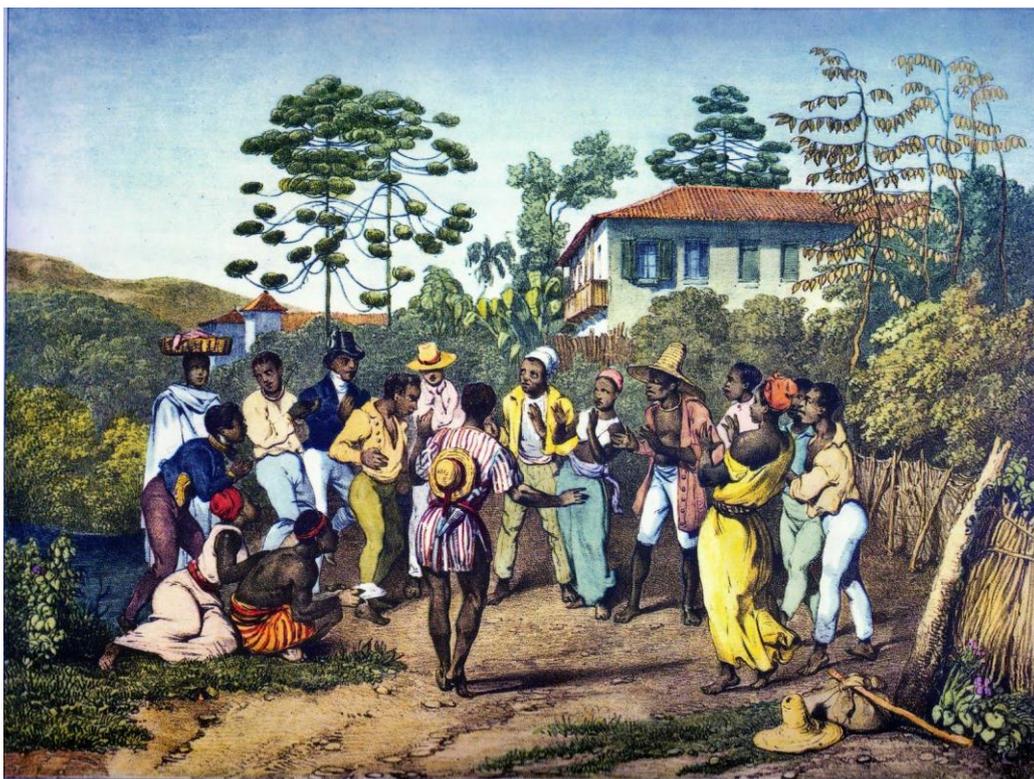


Figura 26 - 'Dança do Batuque': um retrato dos primórdios do samba no século XIX. 1835. Autor: Rugendas, Johann Moritz. Fonte: Biblioteca Nacional.

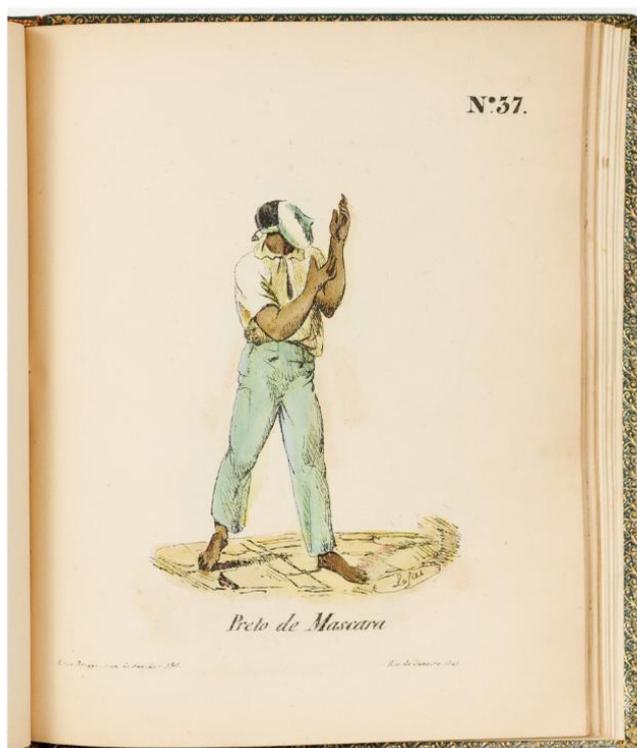


Figura 27 - Preto de máscara. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS



Figura 28 - Quitadeiras. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS



Figura 29 - Cenário de venda - Quitadeiras. 1846. Autor: Eduard Hildebrandt. Fonte: IMS



Figura 30 - Pedindo para o Espírito Santo. 1841. Autor: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Fonte: IMS

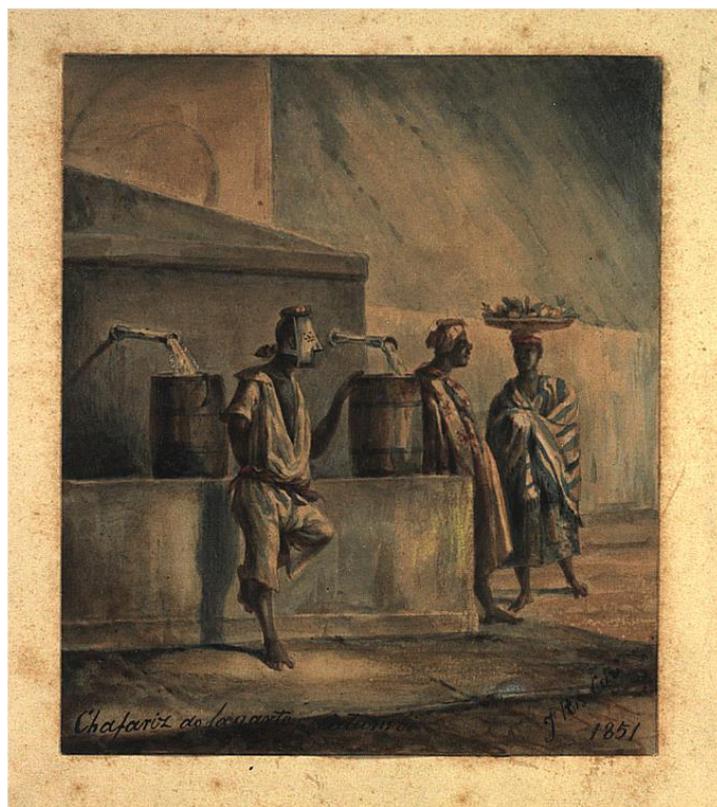


Figura 31 - Chafariz do Lagarto. 1851. Autor: José dos Reis Carvalho. Fonte: Biblioteca Nacional



Figura 32 - Músicos pretos no cortejo de São Jorge. 1851. Autor: José dos Reis Carvalho. Fonte: Biblioteca Nacional

É difícil desassociar as cenas do cotidiano à uma expressão cultural. Os papéis se misturam, quitandeiras, artistas, ambulantes, sempre trazendo grande influência da diversidade cultural trazida de outros lugares, que vão desde as pessoas traficadas de África até imigrantes vindo de diversos lugares. Esse contexto diaspórico é um terreno fértil para a reinvenção e criação de novas formas de expressão.

No final do século XIX, chegando no século XX, temos as primeiras aparições dos denominados Ranchos Carnavalescos, um tipo de cortejo realizado por blocos e cordões. Existiam ranchos de grande popularidade, como o Ameno Resedá, Dois de Ouro, Flor do Abacate, Rosa Branca, Cananga do Japão, Rosa de Ouro, Recreio das Flores, entre outros.

O Recreio das Flores, por exemplo, era um grupo carnavalesco ligado ao sindicato de estivadores do rio, a resistência negra teria seu próprio Rancho, um dos mais importantes da região da Saúde. Além disso, faziam parte: Antoniquinho como manda-chuva, um dos primeiros a desfilar pelo largo; Marinho da Costa Jumbaba como mestre-sala, neto de Tia Ciata.

“O Recreio trazia aqueles holofotes do cais, que ele era estivador e tinha licença de trazer. O Recreio das Flores era

do cais do porto, podia outro vir bom, mas o Recreio tinha que ganhar. Não era fácil...” (Depoimento de Licínia da Costa Jumbaba. Livro: Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro)



Figura 33 - Rancho Filhas das Jardineiras, grupo carnavalesco onde tocaram Irineu de Almeida (o primeiro à esquerda, na fila de trás, com o oficleide) e Pixinguinha (o sexto da esquerda para a direita, na fila de trás, de chapéu, com a flauta). Rio de Janeiro, fevereiro de 1911. Fonte: Acervo Tinhorão / IMS)



Figura 34- Grupo Caxangá no carnaval de 1914. Fonte: IMS



Figura 35 - Rancho succo. 1929. Fonte: Biblioteca Nacional



Figura 36 - Descrição do "mulato" do morro. Fonte: O Malho, 1933



Figura 37 - O Malho informando que a Saúde já havia sido quarte-general dos malandros, bambas e valentes da cidade. Ilustração Di Cavalcanti, 1928. Fonte: O Malho.

O choro, outro gênero que teria importância na formação da música carioca moderna, surge nas últimas décadas do século XIX, quando já é grande o trânsito das novidades musicais europeias na cidade, se caracterizando inicialmente como apenas uma forma local particular de interpretar as músicas em voga. Esse jeito de tocar do carioca, de fundo de quintal, se apoia num naipe de instrumentos que além das cordas, violão e cavaquinho, incorpora também o sopro, sendo comum a flauta, o oficlíde e a clarineta, instrumentos que estavam ao alcance dos chorões — membros da baixa classe média do Segundo Império e da Primeira República, funcionários públicos inferiores, modestos servidores municipais, pequenos comerciantes — de quem se aproximariam musicalmente negros e migrantes nordestinos com quem se amontoavam nos bairros populares do Rio antigo. (MOURA, 1995, pag. 78)



Figura 38 - Oito Batutas, 1919. Da esquerda para a direita: Jacob Palmieri, Donga, José Alves, Nelson Alves, Raul Palmieri, Luís de Oliveira, China e Pixinguinha. Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Acervo IMS

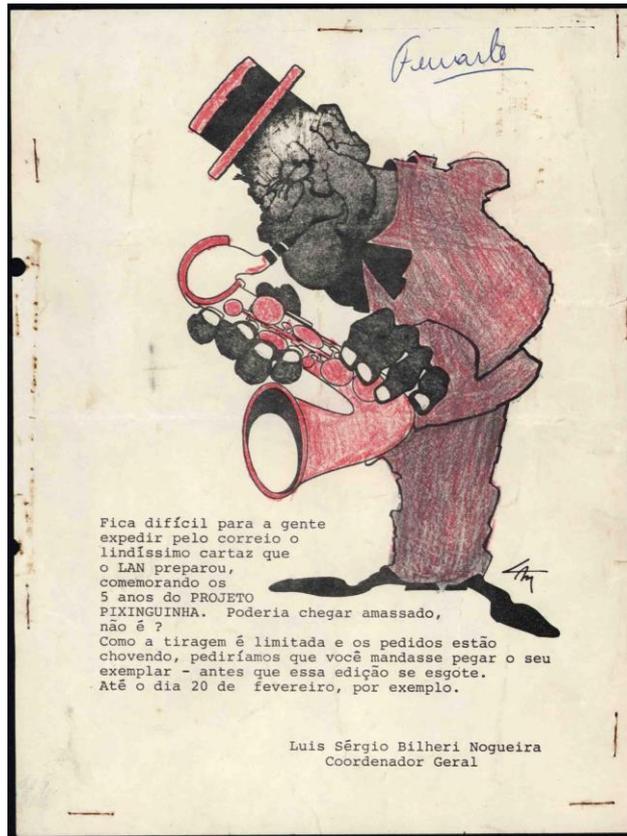


Figura 39- Caricatura de Lan e texto de Luis Sérgio Bilheri Nogueira por ocasião dos 5 anos do Projeto Pixinguinha. 1981. Autor: Lan. Fonte: Acervo Pixinguinha/IMS

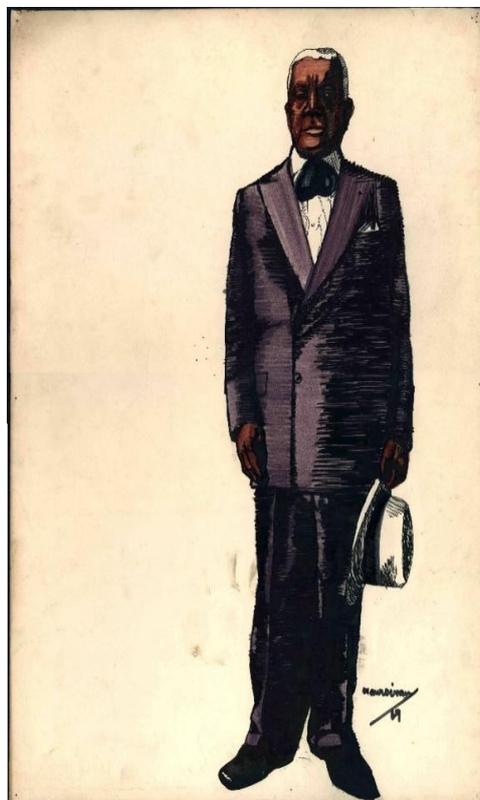


Figura 40 - João da Bahiana, filho de Tia Perciliana e pioneiro da inserção do pandeiro no samba. 1969. Autor: Mauro Ivan. Fonte: Acervo José Ramos Tinhorão/IMS

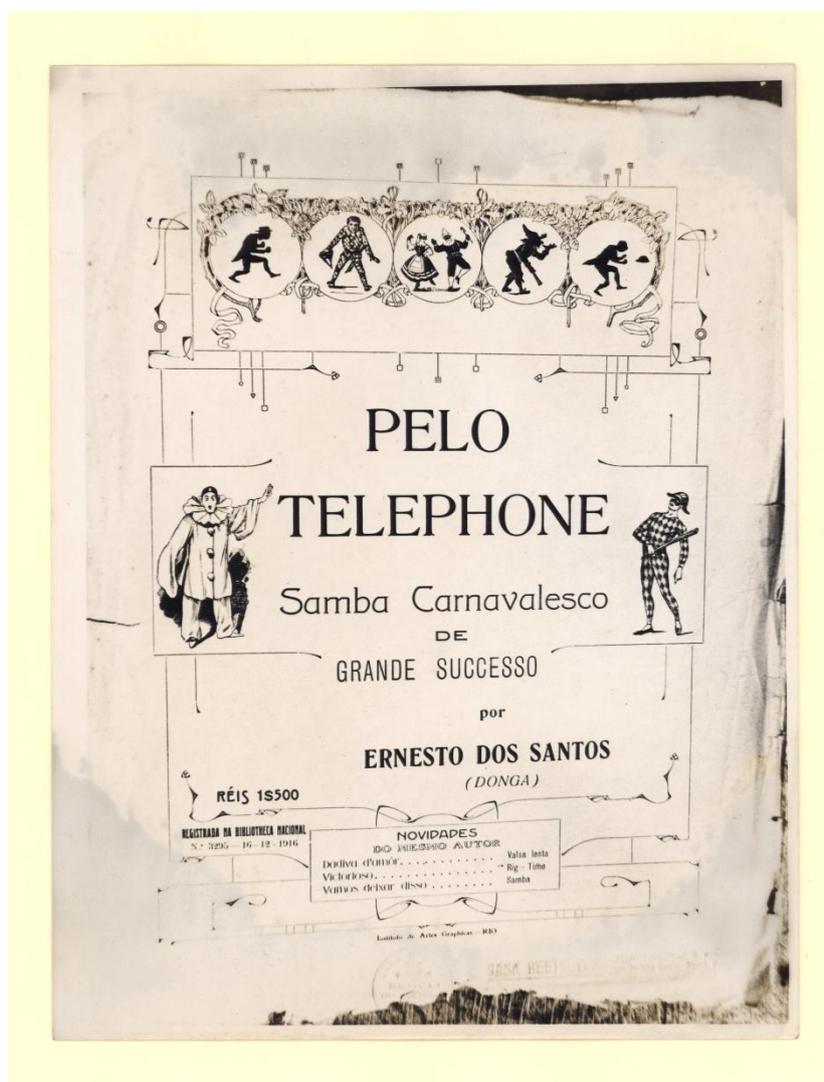


Figura 41 - Capa da partitura de "Pelo Telefone". Primeiro samba gravado, registrado por Donga e Mauro de Almeida. Composto na roda de Terreiro de Tia Ciata. Fonte: Acervo Tinhorão / IMS



Figura 42- Donga, Pixinguinha e João da Bahiana. s/d. Fonte: MIS-RJ



Figura 43 - Rótulo do disco de 78 rotações RCA Victor 34181-A com a gravação de “Carinhoso” (Pixinguinha e João de Barro) feita por Orlando Silva em 28/05/1937 e lançada em julho daquele ano. No lado B está a valsa “Rosa”, de Pixinguinha. Fonte: Acervo Tinhorão



Figura 44 - Em pé, da esquerda para a direita: Pixinguinha, José Alves de Lima; José Monteiro; Sizenando Santos "Feniano" e o Duque. Sentados: China, Nelson dos Santos Alves e Donga /A Noite, 14 de agosto de 1922. Fonte: Acervo IMS.



Figura 45 - Eduardo das Neves, o palhaço negro que se torna um dos primeiros a ganhar popularidade nos espetáculos-negócios no Rio. O malho. 1917. Fonte: BN

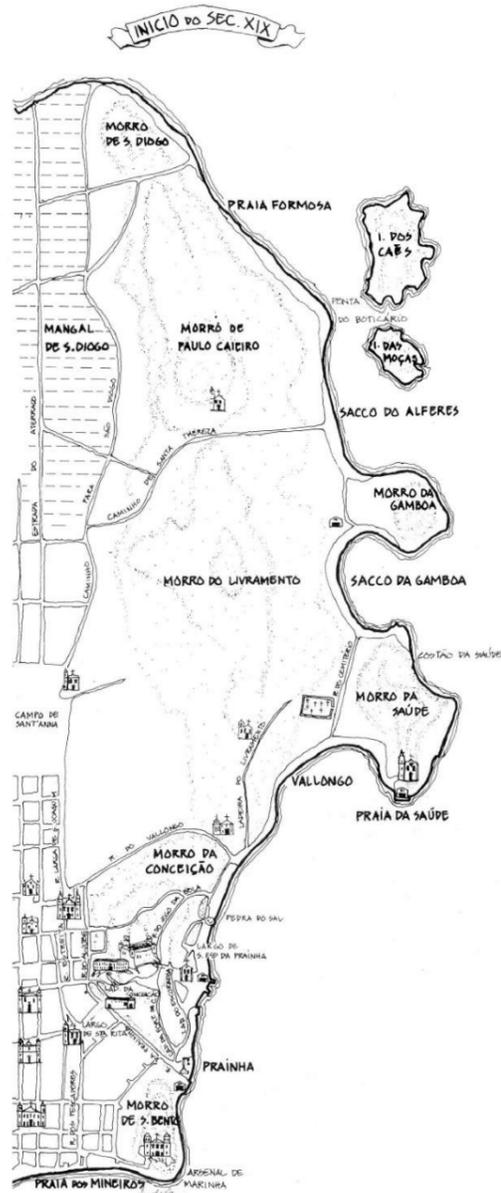
Esta etapa da pesquisa desempenhou um papel crucial, especialmente ao explorar e elucidar o território da Pequena África no Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva artística e cultural. Por meio deste processo foi possível identificar e analisar os registros visuais históricos, reunir materiais gráficos de pouco acesso, e trazer um olhar ao cotidiano da população preta do século XIX e XX. Além disso, foi possível observar um perfil estético, estilístico e as diferentes percepções representadas por pintores e ilustradores, contribuindo de forma significativa para os vieses de narrativas que se direcionam ao foco desta dissertação.

3.3 RECORTE ESPACIAL: A MORFOLOGIA

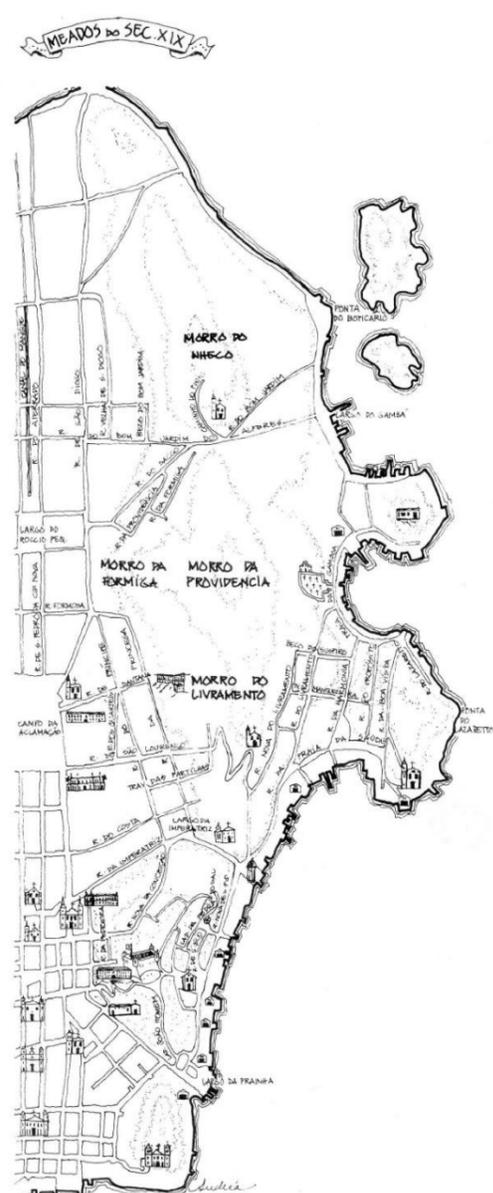
3.3.1 CARTOGRAFIA

A cartografia auxilia no entendimento do lugar e suas problemáticas, a primeira ferramenta de apoio, no qual auxiliou no entendimento das dinâmicas e transformações urbanas que moldaram esse território e que influenciaram diretamente nas dinâmicas espaciais e sociais da região.

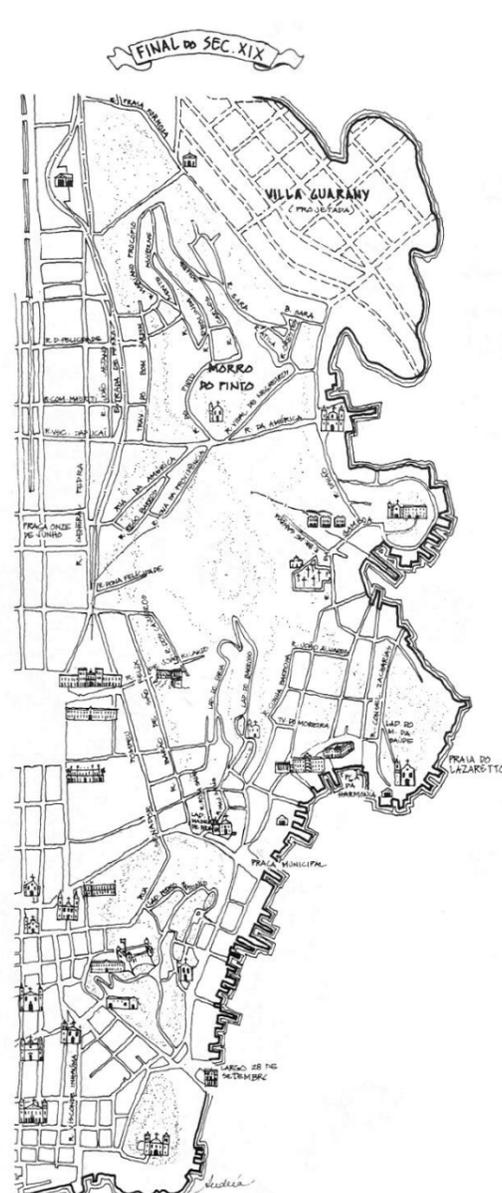
É um importante instrumento de análise espacial que permite visualizar e compreender as relações entre os elementos do presente e do passado em um determinado território. Os mapas históricos auxiliaram no mapeamento das dinâmicas urbanas que moldaram a região ao longo do tempo, permitindo entender como essas transformações influenciaram as dinâmicas da Região Portuária.



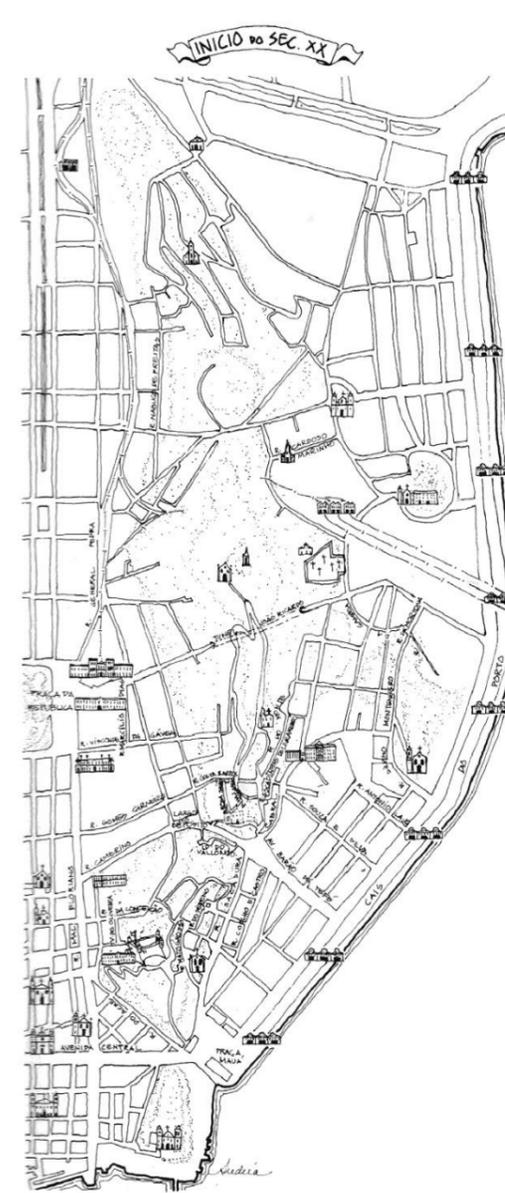
Saúde, Gamboa e Santo Cristo em início do século XIX. No princípio do século XIX, a ocupação da área que formaria os futuros bairros de Saúde, Gamboa e Santo Cristo se limitava ao litoral da Prainha e do Vallongo e a numerosas edificações situadas no morro da Conceição. Seus principais acessos constituíam-se na rua da Prainha e no Caminho de São Diogo que precariamente atravessava o extenso mangal de mesmo nome, atingindo o Saco do Alferes e a Praia Formosa.



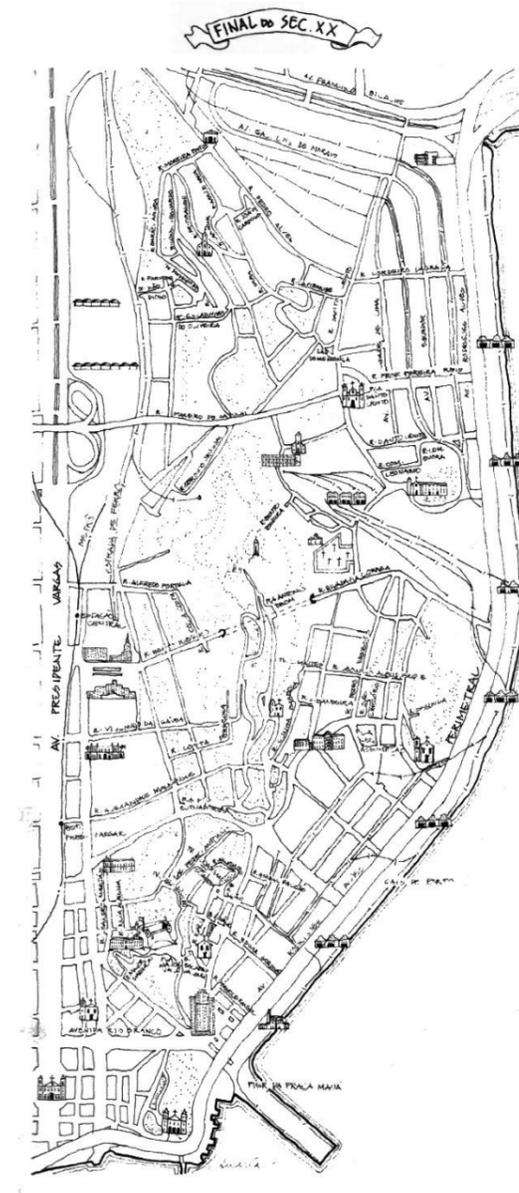
Saúde, Gamboa e Santo Cristo em meados do século XIX. Novas ruas foram sendo abertas na faixa entre os morros e o mar, da Prainha ao Saco da Gamboa. Os aterros efetuados no litoral e o corte de uma grande porção da pedra da Prainha deram continuidade à rua da Saúde, que percorria a praia do Vallongo. Successivos aterros no mangue de São Diogo possibilitaram a melhoria no acesso ao Saco do Alferes. Na planície voltada para a cidade surgiram novas ruas com a expansão do comércio no Centro.



Saúde, Gamboa e Santo Cristo no final do século XIX. A implantação da estação central da estrada de ferro e do terminal marítimo modificou a paisagem da área e reforçou sua vocação portuária. Da Prainha ao Saco do Alferes, inúmeros cais recortaram o litoral. Um vasto trecho do mangue da Praia Formosa foi aterrado, fazendo desaparecer as ilhas dos Melões e das Moças. No local do aterro projetou-se o loteamento Vila Guarani. Nos morros do Pinto e do Livramento, parcelamentos de chácaras deram origem a inúmeras ruas, permitindo sua ocupação.



Saúde, Gamboa e Santo Cristo no início do século XX. Após a reforma urbana e a modernização do porto, a região dos antigos bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo se transformou: as enseadas e o litoral recortado desapareceram, dando lugar a vastas áreas aterradas limitadas por um cais retilíneo. Os bairros portuários ficaram distantes do mar.



Saúde, Gamboa e Santo Cristo nos dias atuais. As grandes obras viárias do século XX se fizeram sentir na região portuária: aos poucos, vias amplas e de tráfego intenso circundaram os antigos bairros marítimos, compartimentando-os e isolando-os do restante da cidade.

Figura 46- Mapas históricos região portuária. Fonte: Livro História dos bairros.



Figura 47 - Mapa de contextualização. Produção do autor (2023)



Figura 48- Delimitação dos bairros. Produção do autor (2023)



Figura 49 - Mapa dos aterros. Produção do autor (2023)

Um grande eixo marca essa região: a Rua Sacadura Cabral – Limite da área de aterramento. Na configuração morfológica da região há uma separação imagética de um consumo turístico – as regiões mais frequentadas e revitalizadas estão do lado do aterro, e quando não estão, fazem margem ao limite do eixo da Rua Sacadura Cabral. Esses limites refletem na forma em que a população residente da Pequena África se enxerga na construção do pertencimento nesse território.

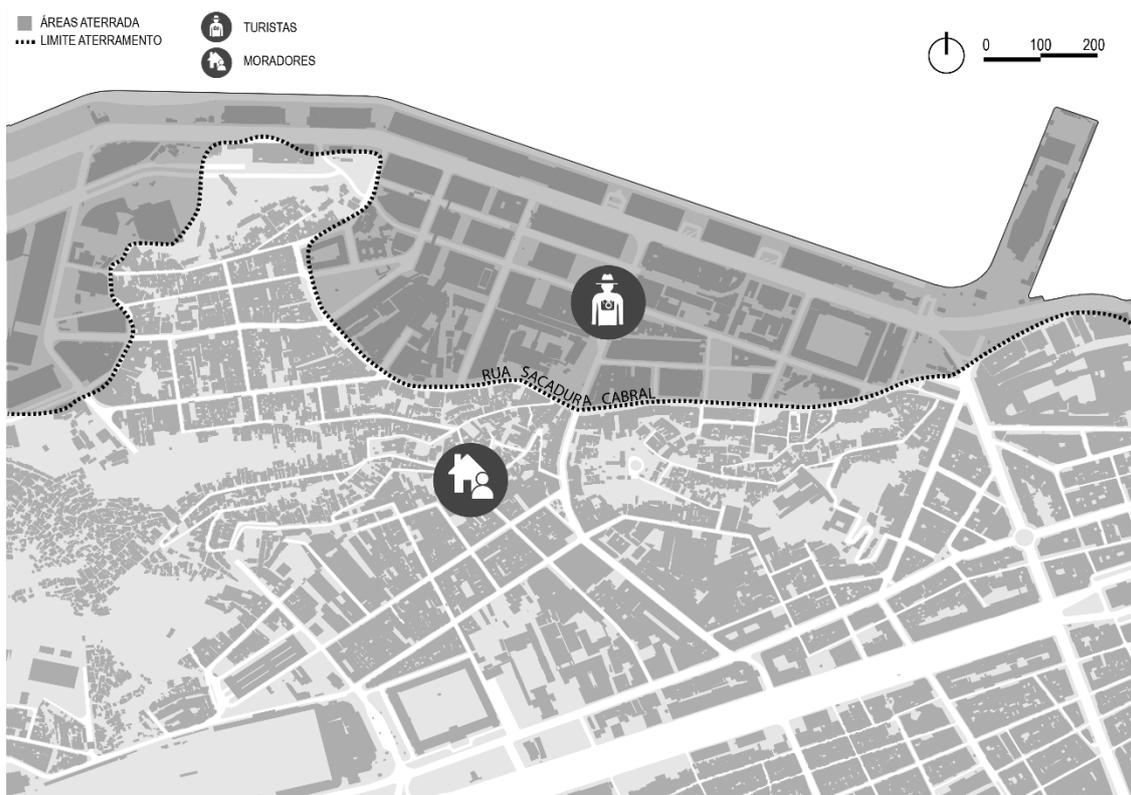


Figura 50 - Identificação morfológica - Usos de força – Produção do autor (2023)

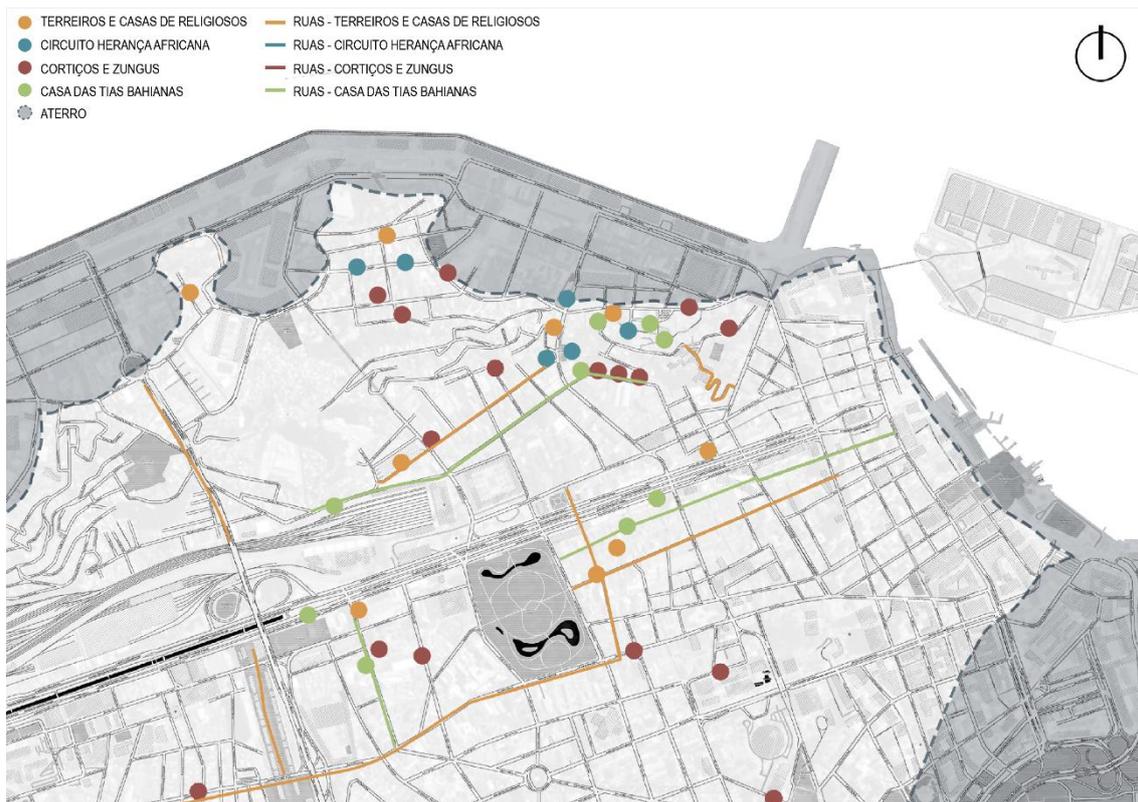


Figura 51 - Mapeamento da presença preta. Fonte: *Memória do Invisível*, Stéfany Silva (2018). Produção do autor (2023)

Há casas, sobrados e galpões que compõe múltiplos recortes temporais da região, e com isso, uma incidência considerável de tombamentos e decretos de preservação. Além do SAGAS⁶ e da Zona de Amortecimento do Sítio Arqueológico Cais do Valongo⁷.

⁶ APAC consolidada pelo Decreto 7351/1988 que incorpora três bairros antigos do Rio de Janeiro: Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro

⁷ Zona de amortecimento que objetiva salvaguardar ambiência, preservando a volumetria e características espaciais que estão relacionadas ao comércio escravagista do Cais do Valongo.

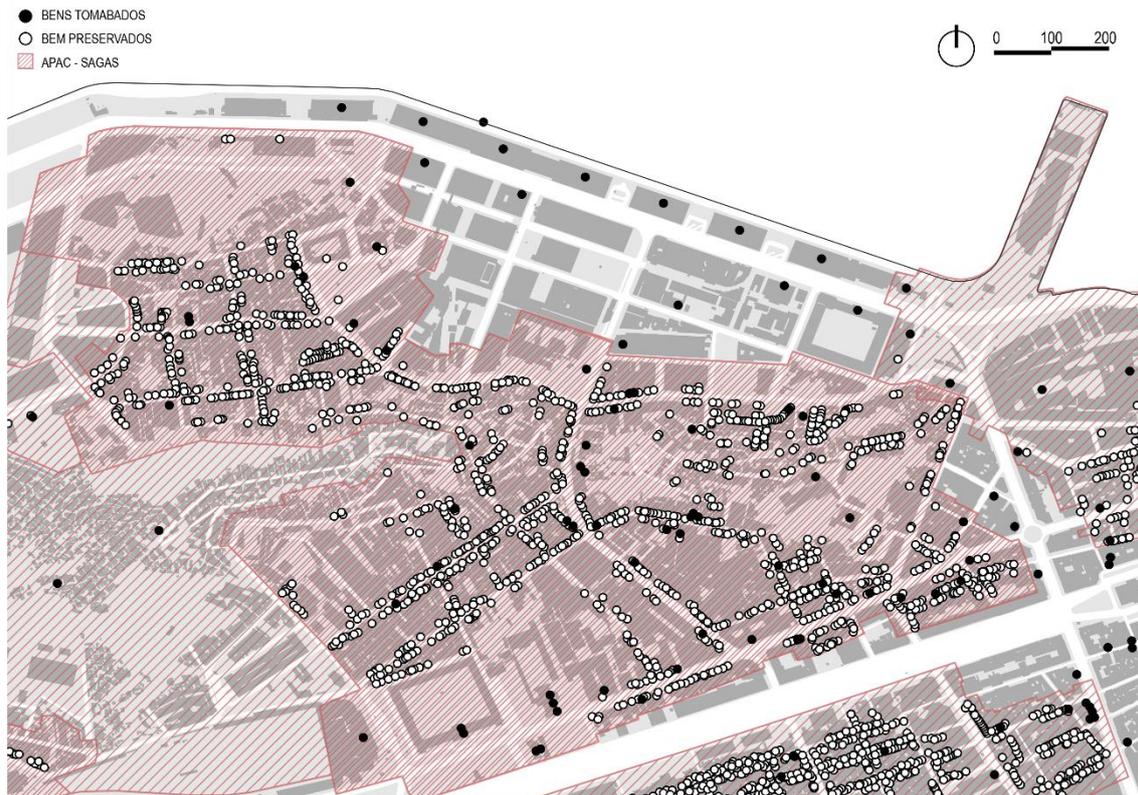


Figura 52 - Mapa de proteção. Bens tombados, preservados e APAC SAGAS. Produção do Autor (2023)

A análise dos usos foi uma das principais ferramentas de materialização das dinâmicas do território do estudo de caso. Essa leitura, além de promover uma compreensão ainda mais clara desse território, é uma grande ferramenta na proposição funcional do projeto. Auxiliando por onde, como e para quem projetar.

Essa pesquisa foi feita a partir da base de dados do Data Rio de 2019, no qual é fornecido arquivos compatíveis com o programa Qgis que possibilitou espacializar essas informações em mapa. Além disso, foi feita uma análise através do google Earth e presencialmente na comprovação das informações fornecidas.

A partir desse resultado, é possível identificar uma variedade de usos nesse território. No entanto, essa diversidade se encontra setorizada através de “glebas” funcionais – Residencial, Comércio/Corporativo e Turismo.

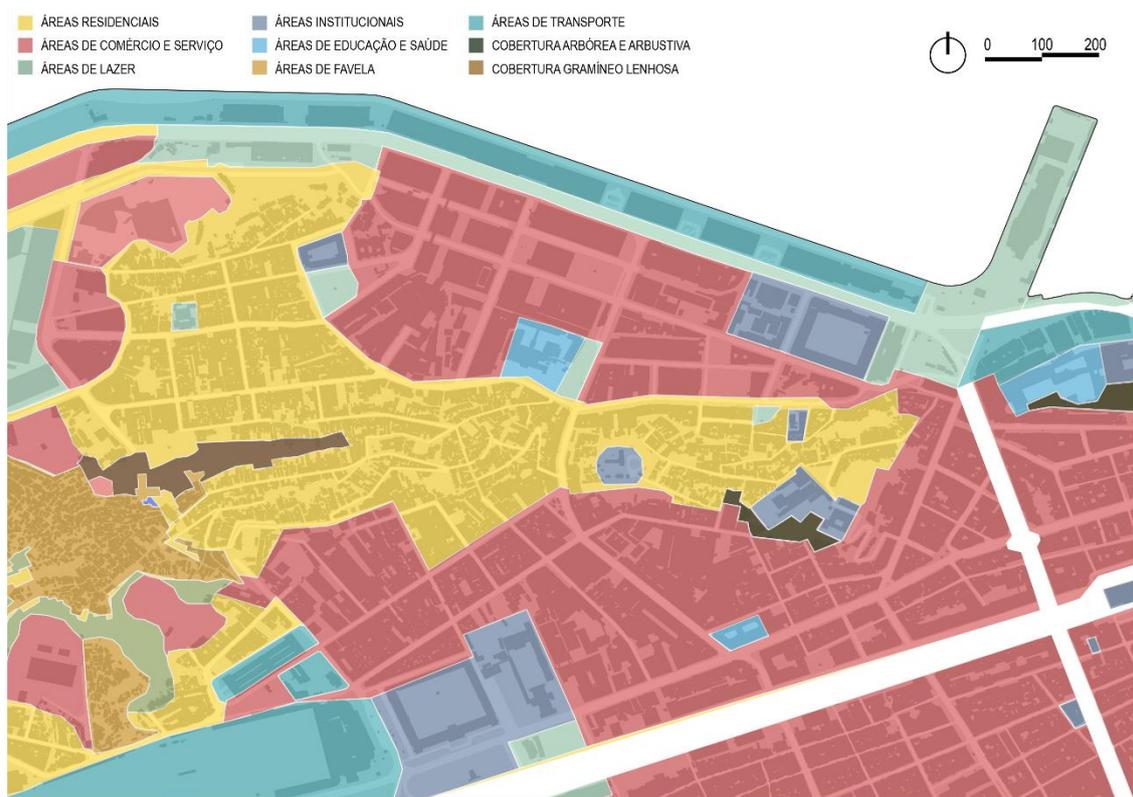


Figura 53 - Mapa de uso do solo. Produção do autor (2023)

A caracterização dos espaços livres de permanência e passagem foram fundamentais no estudo de caso, tendo em vista que o objeto da proposta é a criação de um do circuito como um equipamento – um museu a céu aberto.

Essa análise possibilitou a identificação dos potencializadores viários, como criação de alargamento de passeio, criação de áreas de estar e permanência nas calçadas e até valorização de largos e praças.



Figura 54 - Mapa dos espaços livres e de permanência. Produção do Autor (2023)

As coordenadas geográficas da poligonal de delimitação desta pesquisa buscam compreender essas relações históricas com as demandas do presente. As principais ferramentas utilizadas foram os softwares: Qgis na delimitação e entendimento a partir dos dados disponibilizados na plataforma Data Rio para análise do território; Google Earth: para uma melhor compreensão espacial a partir da análise morfológica tridimensional; e o aplicativo Gaia, no qual permitiu fazer os percursos de forma que fosse possível gravar os trajetos e fotografar os pontos que mais chamavam atenção ao percorrer o território.

■■■■ DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE ESTUDO

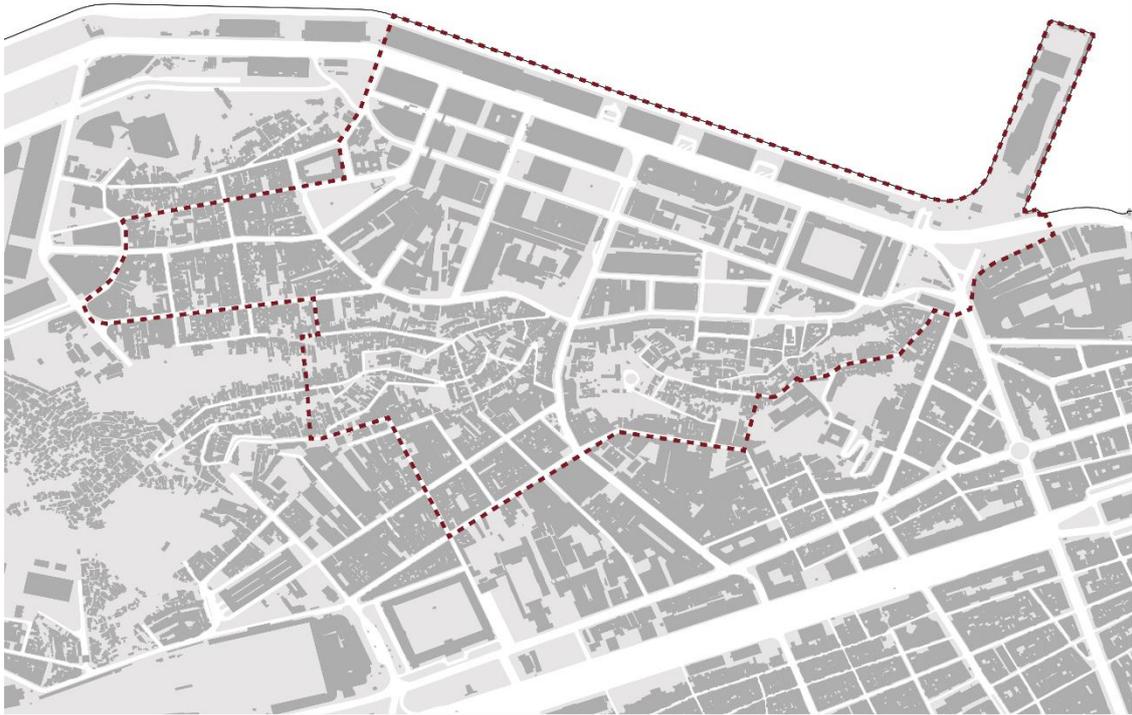
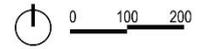


Figura 55 - Delimitação da poligonal de estudo. Produção do autor (2023)

■■■■ DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE ESTUDO
● CIRCUI TO HERANÇA AFRICANA
— LIMITE SAGAS
— ZONA DE AMORTECIMENTO - UNESCO

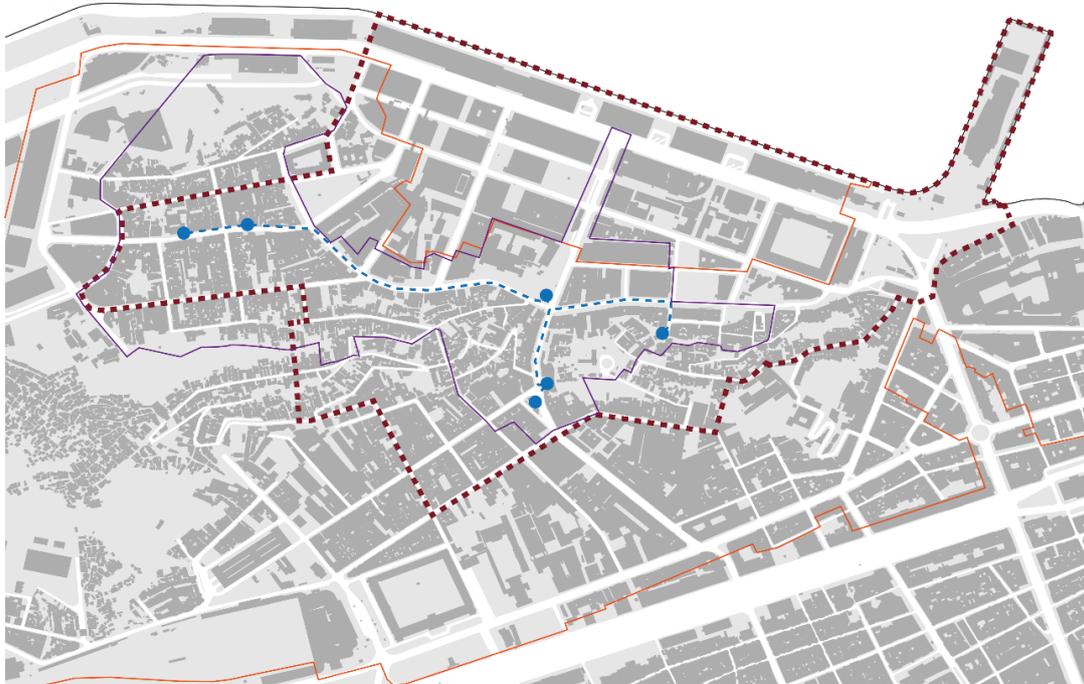
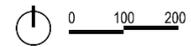


Figura 56 - Mapa síntese. Produção do autor (2023)

A produção das análises cartográficas e a pesquisa dos mapas históricos contribuíram significativamente para o entendimento morfológico das atuais dinâmicas do território e no entendimento dos conflitos sociais que estão relacionados a formação espacial do lugar. Sendo uma etapa importante para a compreensão analítica a partir da escala macro, nos debruçaremos a seguir no entendimento das especificidades da escala do caminhar.

3.3.2 IDENTIFICAÇÃO DE CAMPO

A visita em campo, como mencionado no início do capítulo, foi feita com o suporte do aplicativo Gaia GPS⁸, permitindo gravar o percurso e ao mesmo tempo fotografar os pontos de interesse. Não havia um roteiro, o caminhar começava de diferentes pontos de partida e tiveram também diferentes destinos. Com essa experiência buscamos compreender as diferentes possibilidades de percursos que poderiam ser feitos pelos moradores. Além disso, a importância de reconhecer as características de cada trecho para pensar uma proposta viável para os diferentes perfis viários e visadas, no qual foram observados: [1] dimensionamento das calçadas- calçadas mais estreitas e mais largas; [2] fluxo de veículos; [3] declividade das vias; [4] acessibilidade; e [5] paisagem.

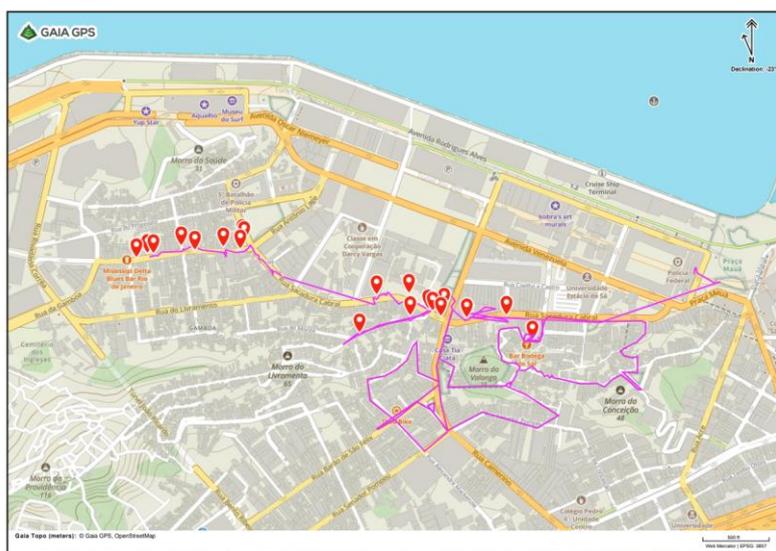


Figura 57 - Visita de campo gravada pelo aplicativo Gaia – Produção do autor (2023)

⁸ O aplicativo Gaia GPS usa tecnologia de GPS para fornecer informações precisas de localização, permitindo que os usuários rastreiem sua posição em tempo real enquanto se movem ao ar livre. Ele também permite que os usuários planejem rotas e registrem suas trilhas, fornecendo estatísticas úteis, como distância percorrida, velocidade média e elevação.

Para isso, foi marcado nos mapas a seguir os principais trechos analisados, escolhidos a partir das suas especificidades espaciais dentro do circuito, além de considerar as cinco categorias mencionadas acima.

No Trecho 01, é possível observar calçadas planas e mais estreitas devido, principalmente, a implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Este é o único trecho da análise que o sistema viário é compartilhado com esse meio de transporte. Além disso, esse trecho é predominantemente residencial, embora exista o MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira) e o Instituto Pretos Novos, trazendo pontualmente turistas e visitantes para essa região. É um Trecho com uma quantidade considerável de “botequins”, e ainda é possível notar, pontos turísticos de determinados ângulos da paisagem, como a roda gigante Yup Star.

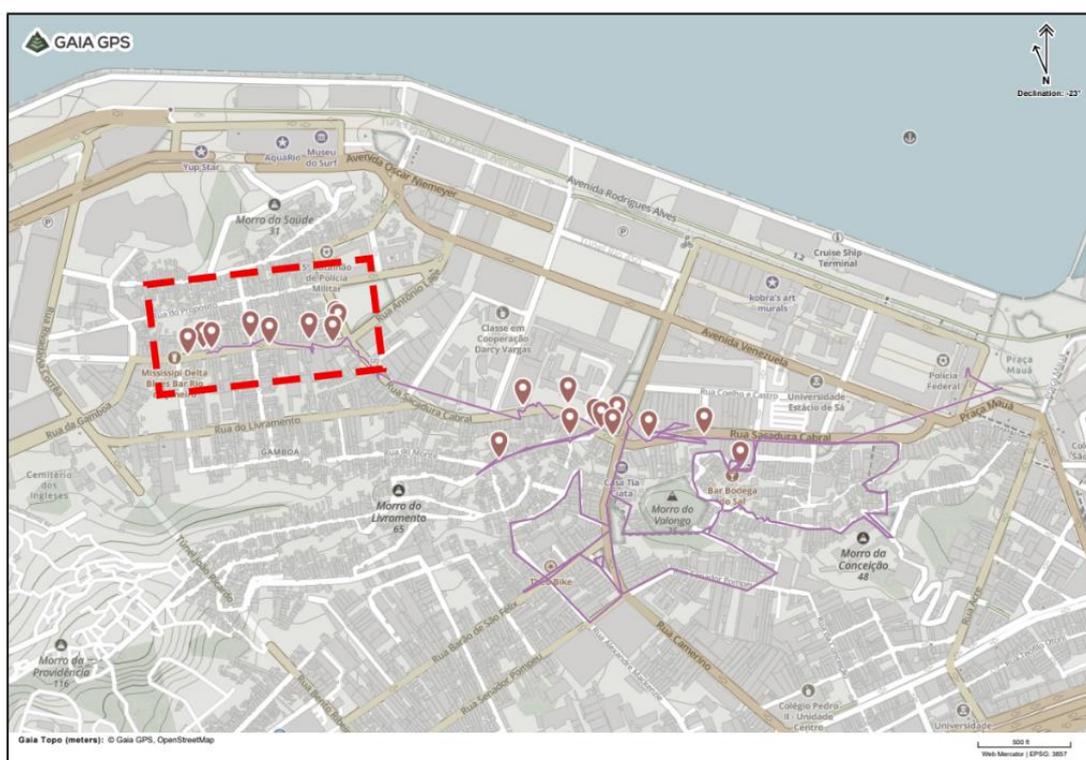


Figura 58 - Trecho de análise 01 - Produção do autor (2023)

No Trecho 03, temos aspectos viários de outras tipologias. São ruas que dão acesso ao morro da providência, no qual diversas vezes o passeio se mistura com a caixa da rua, com pavimentação em paralelepípedo. Devido a este fato e a declividade, esse trecho não tem acessibilidade. Além disso, é importante ressaltar que o cenário é caracterizado, em alguns trechos, pela vista da Baía de Guanabara, além das diversas manifestações artísticas de murais pelos muros.



Figura 60 - Trecho de análise 03 - Produção do autor (2023)

No Trecho 04, temos a porção do território que está mais próxima da área turística da Praça Mauá: o Morro da Conceição. É curioso perceber como esta região está na intercessão das ocupações voltadas ao turismo e do cotidiano dos indivíduos que residem na região. Há uma mescla que reflete nas cores, restaurantes, moradores e visitantes. Um trecho sem acessibilidade e grande declividade.



Figura 61 - Trecho de análise 04 - Produção do autor (2023)

No trecho 05, e último, temos uma região com aspectos semelhantes ao trecho 02. No entanto o que diferencia são os aspectos de uma região mais de passagem e passeios mais estreitos. Essa característica se dá devido aos destinos da Rua Camerino, distribuindo o fluxo de carros e de ônibus para Central do Brasil e Presidente Vargas.



Figura 62 - Trecho de análise 05 - Produção do autor (2023)

Neste capítulo trazemos os principais materiais da pesquisa do lugar, trazendo desde questões qualitativas às quantitativas que auxiliaram no entendimento do território da Pequena África, para assim, termos ferramentas suficientes na abordagem do próximo capítulo da proposição projetual.

4 O CIRCUITO

No entendimento das transformações urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro como protagonista no apagamento da memória preta da região, além de considerar as políticas higienistas que atravessaram as dinâmicas sociais e culturais, a intervenção se direciona à crítica desses acontecimentos.

E o questionamento surge: como potencializar um lugar de grande aptidão histórica e cultural, trazendo o debate crítico sobre identidade, envolvendo, ainda, as atividades institucionais de valorização da memória da região?

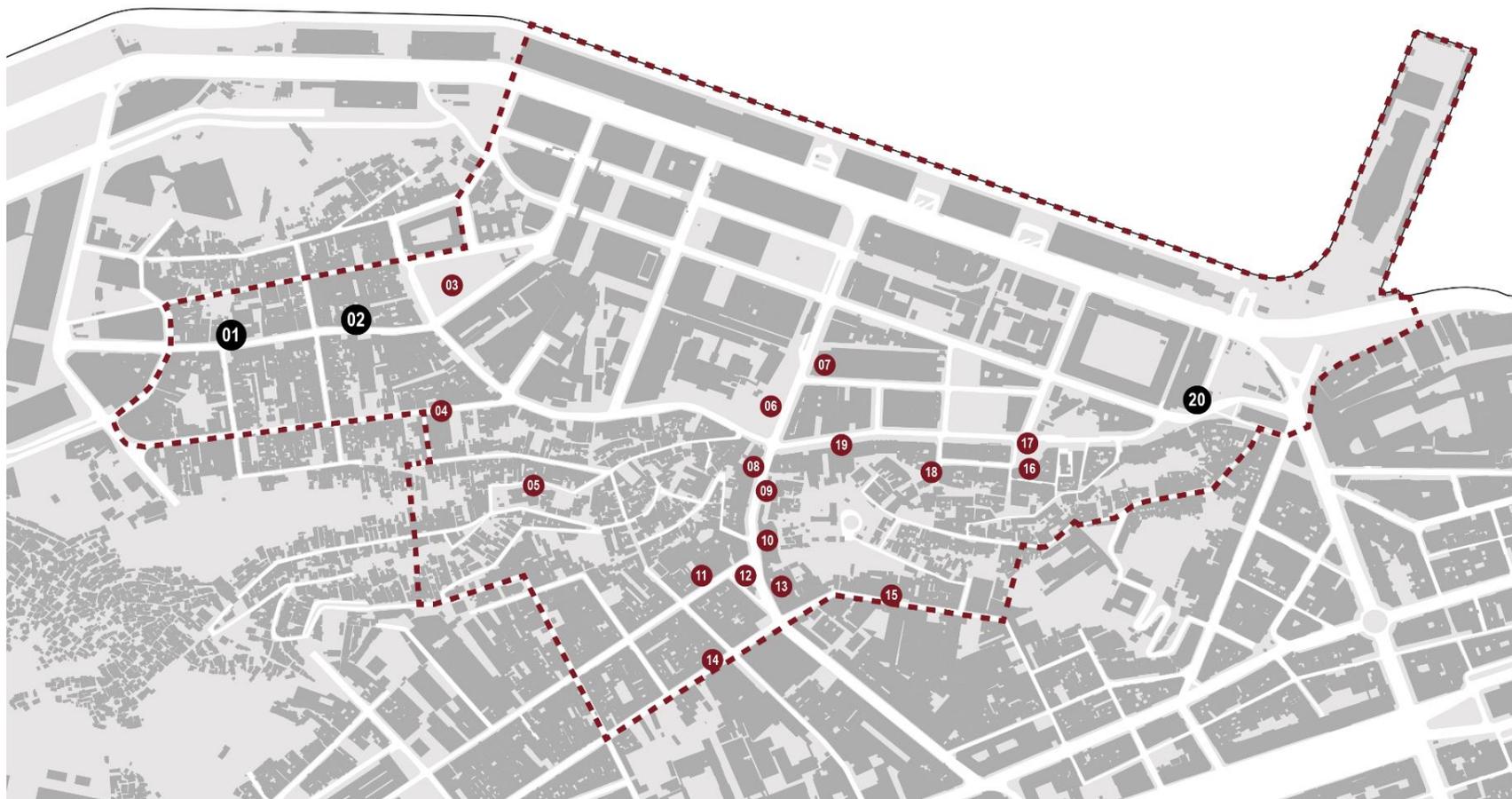
Nesta aplicação prática estamos propondo um projeto que faça uma triangulação que relaciona a memória cultural preta, o projeto urbano/paisagístico e as instituições museais atuantes na região.

O projeto urbano e paisagístico, escopo deste trabalho nesta triangulação, busca trazer uma conexão destes aspectos, além de ser suporte físico e espacial para as atividades museais e para valorização de narrativas culturais pretas que estão omissas desde o último século.

Para isso, delimitamos a poligonal de intervenção considerando os principais pontos espaciais de interesse da região da Pequena África. Essa seleção considerou os bens materiais existentes e os lugares de acontecimentos históricos.

A imagem abaixo não é o roteiro do circuito, é um mapeamento preliminar dos delimitadores físicos que se relacionam com a memória preta da região.

■■■■ DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE INTERESSE



- | | | | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| 01 MUHCAB | 05 CASA MACHADO DE ASSIS | 09 CASA AFRICANO MINA | 13 AFOXÉ FILHOS DE GANDHI | 17 MERCADO DE ESCRAVOS DA PRAINHA |
| 02 CEMITÉRIO PRETOS NOVOS | 06 CAIS DO VALONGO / CAIS DA IMPERATRIZ | 10 JARDIM SUSPENSO DO VALONGO | 14 RUA SENADOR POMPEU | 18 QUILOMBO DA PEDRA DO SAL |
| 03 BARRICADA DA SAÚDE - PRATA PRETA | 07 DOCAS PEDRO II - ANDRÉ REBOUÇAS | 11 CHORA NA MACUMBA | 15 CORTIÇOS E ZUNGUS | 19 RUA DA SAÚDE |
| 04 SOCIEDADE E RESISTÊNCIA | 08 MERCADO DO VALONGO | 12 PRAÇA DOS ESTIVADORES | 16 ZUNGUS | 20 MUSEU DE ARTE DO RIO - MAR |

Figura 63 – Pontos de interesse do percurso – Produção do autor (2023)

4.1 O CONCEITO

O conceito deste projeto, como já explicitado na introdução do trabalho (página 22), é o fio condutor poético que traz a ludicidade necessária para abordar todas as questões históricas, culturais e artísticas do lugar.

Valongar é a água.

A água, como mar, representa a chegada e a partida. Mas quem chegou e quem partiu? A água que dá lugar aos aterros. Mas o que se aterrou? A água como símbolo religioso. Mas o que é o sagrado? A água do renascimento. A água que flui sem rumo ou expectativa. Atravessando frestas e brechas para se tornar um grande mar.

Mas que mar?



Figura 64 - Saída de barco de Iemanjá. Autor desconhecido.

A definição da água como poética materializada no projeto é o ponto de partida de uma perspectiva de reparação da memória ancestral. O desenho do circuito nasce como o próprio fluir das águas, atravessando barreiras imagéticas que distanciam a comunidade de sua própria ancestralidade. Permeando lugares antes não acessados e construindo um mar de conexões.

4.2 AS ESTRATÉGIAS

A) Conexões dos bens como equipamento museal urbano:

O circuito é feito através de um desenho urbano, conectando os pontos através de um desenho de piso. Materializando o conceito, o objetivo desses caminhos se volta ludicamente ao elemento da água, transformando o circuito de forma lúdica para quem o percorre de forma despreziosa ou não.

Os caminhos foram definidos considerando: [1] as distâncias percorridas de um ponto ao outro; [2] perfil viário de cada trecho; [3] característica física de cada passeio.

O caminhar é o protagonista na intervenção, além de propiciar qualidade no percurso, o grande objetivo é torná-lo aberto, sem pontos rígidos de partida ou chegada. Possibilitando sempre um circuito de início e fim às pessoas que moram em diferentes partes da região, atribuindo a possibilidade de percorrer sem necessariamente se propor a fazer o percurso do roteiro.

B) Reconhecimento da atuação cultural existente

Reconhecer e tirar partido das ações dos museus e instituições da região, a fim de trazer uma conexão entre atividades já exercidas dentro dos equipamentos. O circuito nascerá como uma extensão espacial para as ações que estão relacionadas diretamente com o território da Pequena África e a comunidade do entorno.

B) Circuito vivo:

A proposta é trazer as referências e a experimentação dos sentidos. A idealização espacial das referências naturais das plantas, ervas, árvores frutíferas, torna-o em um circuito vivo. Despertando cheiros, possibilidades e um caminhar que esteticamente se voltará para o a atmosfera da cultura de matriz africana na sua materialidade e dinâmica.

C) Delimitação da paisagem como suporte interpretativo do território:

A estratégia da captura de um trecho da paisagem auxilia a direcionar o olhar do morador e/ou visitante à um determinado cenário de um acontecimento ou fato

histórico através de um mobiliário. É um dos suportes na compreensão do território a partir da materialização na própria paisagem.

D) Suporte tecnológico digital e interativo:

Visto o protagonismo da tecnologia nos últimos tempos e considerando-a cada vez mais acessível, está sendo proposto uma relação mais próxima entre o Sítio e o ser humano através da conectividade. O celular será esse canal na interação do circuito.

Todos os mobiliários de recortes da paisagem terão um QR-Code que possibilitará uma imersão e uma possibilidade de maior compreensão do lugar. Cada trecho trará de forma lúdica os sons, relatos e uma RA⁹ do circuito.

E) Acessibilidade:

O direito à memória precisa ser debatido não só ao acesso cultural, mas também é necessário pensar os aspectos físicos e espaciais desse direito - sobretudo quando abordamos a temática patrimonial em sítios históricos. É cada vez mais urgente pensar cidades para todos e isso inclui - além dos debates de gênero, raça e social- também em sua mesma importância as pessoas com deficiência.

O circuito, além de contar com um percurso acessível, as propostas de interação também serão possíveis para pessoas com deficiência visual, por meio da descrição em braile da paisagem e do conteúdo de determinado ponto de interesse.

F) Etnobotânica:

Esta estratégia vislumbra uma maior interação do usuário com o desenho paisagístico, seja pela forma direta: possibilidade participativa de plantio, ou indireta: pela construção da ambiência dos espaços.

Esta refere-se à integração das plantas e práticas culturais tradicionais em projetos da paisagem, trazendo a seleção e uso de plantas com referência em seus significados culturais, usos tradicionais e relevância para as comunidades locais.

⁹ Realidade aumentada é uma tecnologia que integra uma visualização virtual a partir da dimensão física do real.

4.3 OS SUPORTES ARQUITETÔNICOS

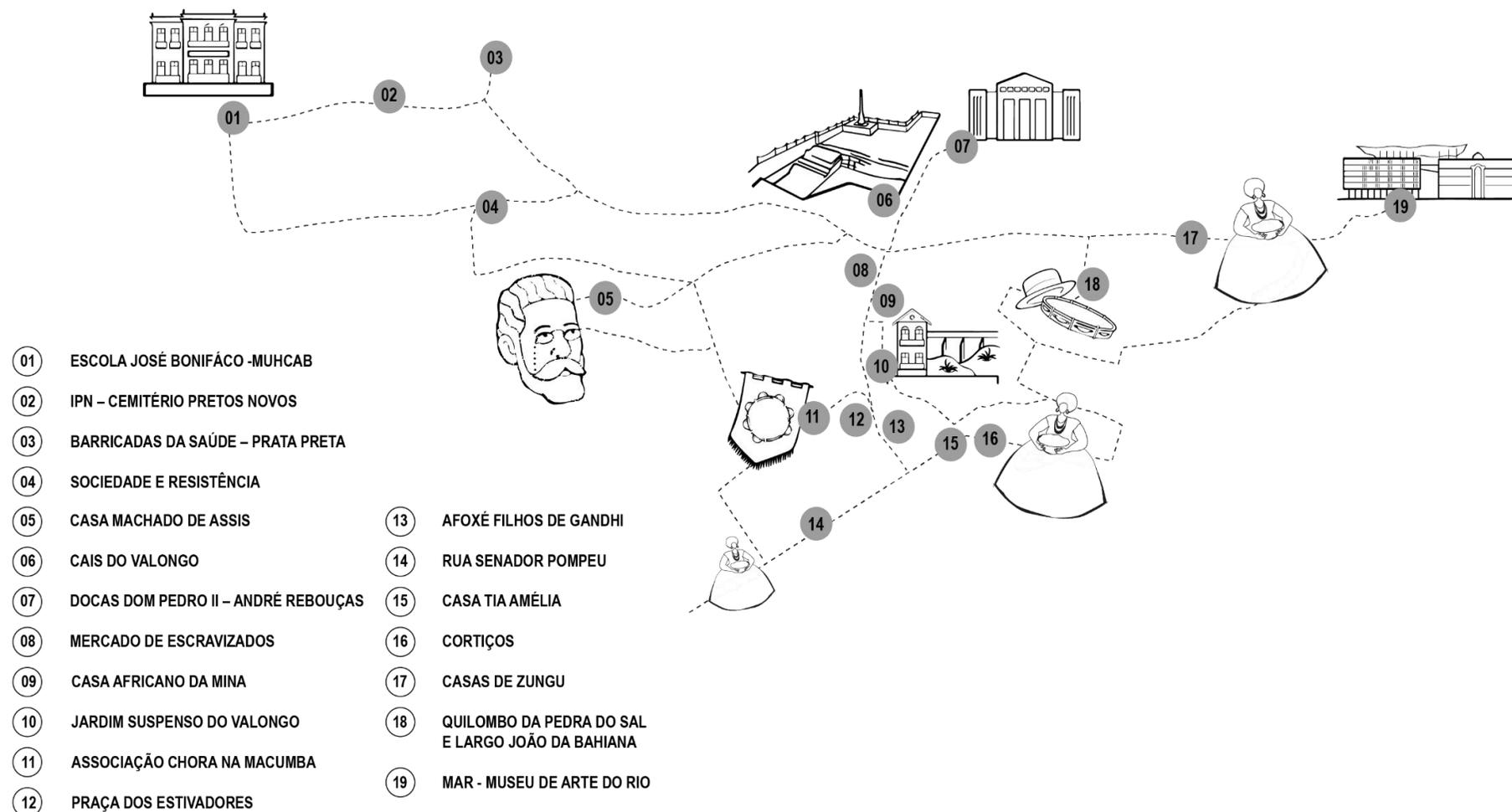


Figura 65 - O circuito. Produção do autor (2023)

Os pontos do circuito foram estabelecidos a partir de dois critérios: os bens materiais e locais dos acontecimentos históricos e a exposição de personalidades, manifestações artísticas e conteúdo de relevância para a construção da narrativa cultural da Pequena África.

PONTO 01. ESCOLA JOSÉ BONIFÁCIO -MUHCAB

O primeiro ponto de interesse, mas não necessariamente o início do circuito, é a Escola José Bonifácio, o atual MUHCAB. A Escola foi inaugurada em 1877, abrigando a primeira escola pública da Freguesia de Santa Rita. A Escola Modelo do Distrito Federal fez parte da rede de escolas municipais até o ano de 1966. Em 1977 o edifício volta a funcionar abrigando a Biblioteca Regional da Gamboa para em 1986 ser transformado em Centro Cultural José Bonifácio. Atualmente o edifício sedia o MUHCAB, o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira, um relevante equipamento de valorização da memória preta da região.

Trazer o transbordamento institucional do MUHCAB para o circuito é pensar a relação comunidade e museu. É usar o circuito como elemento condutor, ou seja, trazer a comunidade para o museu como um "caça ao tesouro". Isso se torna viável pelo fato de o desenho do circuito não ter um início ou fim, possibilitando "começar" a caminhada de qualquer ponto do circuito, inclusive pelas ruas locais. Esse caminhar até o museu traz uma consciência cultural despretensiosa do território, como um jogo que conduz o usuário aos pontos de interesse.



Figura 66 - MUHCAB. Foto do autor (2023)

PONTO 02. IPN – CEMITÉRIO PRETOS NOVOS

O IPN, como mencionado no início desta dissertação, é uma das instituições mais importantes de fomento à pesquisa relacionada a memória preta no grande centro da cidade. Para extensão da Instituição, trazemos a perspectiva da pesquisa de uma forma lúdica e concreta. A partir do recorte da paisagem, a proposta projetual reconstrói paisagens sob um viés crítico que se rebate diretamente à historiografia e memória do lugar. Além disso, traz uma perspectiva mais lúdica para os circuitos que já acontecem no Instituto, fazendo com que o usuário vivencie a experiência em um formato mais imersivo e compreensível do lugar.



Figura 67 - Instituto Pretos Novos, IPN - Foto do autor (2023)

PONTO 03. BARRICADAS DA SAÚDE – PRATA PRETA

Este ponto está localizado na Praça da Harmonia, a oficial praça Coronel Assunção, é um dos pontos que marcam um dos maiores acontecimentos políticos e sociais no que tange a luta e reivindicação popular no território. A Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904, foi uma resposta às ações higienistas impopulares de Oswaldo Cruz no período de governo de Pereira Passos, no qual objetivava combater a febre amarela e outras doenças que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. O último foco de resistência, na praça da harmonia, era formado por trabalhadores do porto, sendo grande parte dos manifestantes pessoas pretas e descendentes de africanos. As barricadas da saúde

ficaram conhecidas por Baluarte Porto Arthur, comparadas à base naval russa que, em meses antes, havia resistido aos ataques japoneses na guerra russo-japonesa.

Um dos grandes líderes da resistência da Barricada da Saúde foi o capoeirista e estivador Horácio José da Silva, mais conhecido como Prata Preta. Homem negro, de aproximadamente 30 anos, era temido por sua força e desenvoltura, mas não era só isso que definia a sua atuação nas trincheiras da Saúde. De uma grande inteligência, ele usou como estratégia o disfarce de um possível poder bélico contra as ações dos militares da Revolta. Hoje Prata Preta é um grande símbolo da resistência preta da região, tendo sua memória presente no tradicional Bloco Carnavalesco Prata Preta.



Figura 68 - Retrato de Prata Preta. Fonte: A Avenida. s/d.



Figura 69 - Praça da Harmonia - Foto do autor (2023)

PONTO 04. SOCIEDADE E RESISTÊNCIA

A sociedade e resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, fundada em 1905, é um marco da organização dos movimentos sindicais dos trabalhadores do porto. Foi uma das mais importantes associações articuladoras. Historiadores identificaram, através de documentos, que a luta política desses trabalhadores estava muito relacionada a sociabilidade cultural e religiosa, pois frequentavam os mesmo Ranchos carnavalescos e casas de candomblé.

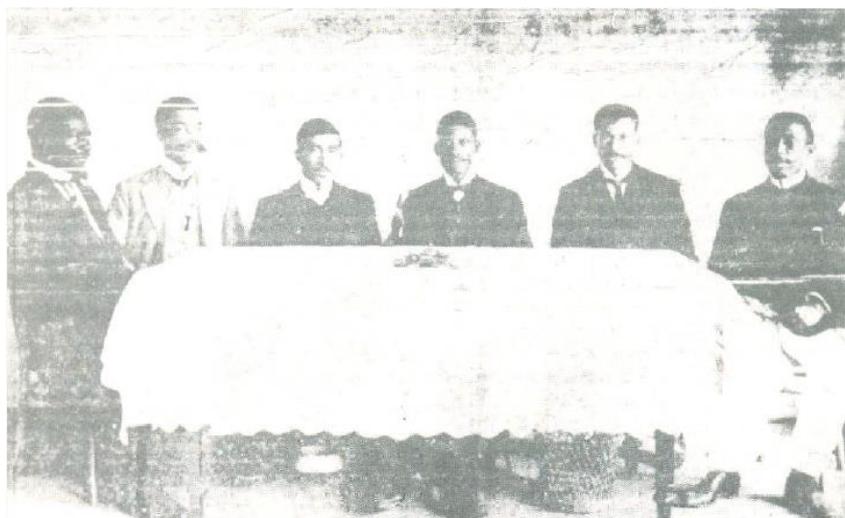


Figura 70 - Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café junto à Evaristo de Moraes", *Gazeta de Notícias* – 14/10/1906.



Figura 71- Local que sediou a Sociedade e Resistência quando ainda havia o letreiro – Foto Guilherme Hoffman

PONTO 05. CASA MACHADO DE ASSIS

Algumas pesquisas indicam que este lugar foi a primeira residência de Machado de Assis. O lugar em que ele nasceu, em 21 de junho de 1839, fazia parte do conjunto da Chácara do Livramento. Seus pais muito pobres, moravam em um quarto de serviço na propriedade que pertencia ao senador Bento Barroso Pereira. Alguns estudiosos da vida e obra de Machado de Assis, identificam em seu conto "Casa Velha" a descrição da Casa principal e da Capelinha da Chácara.



Figura 72 - Local aproximado da residência de Machado de Assis - Foto Marcelo Piu - O Globo

PONTO 06. CAIS DO VALONGO

O principal porto de entrada de africanos escravizados do Brasil e das Américas, o Cais do Valongo se torna um grande epicentro das narrativas de valorização da memória preta da região. Pelo seu simbolismo e caráter excepcional para história da humanidade, hoje o Cais é um dos sítios arqueológicos de maior importância no país, não pelo seu valor material, mas por toda sua representação de luta e reivindicação do movimento negro na atualidade.



Figura 73 - Cais do Valongo - Foto do autor (2023)

PONTO 07. DOCAS DOM PEDRO II – ANDRÉ REBOUÇAS

Este ponto do circuito encontra-se o Armazém Docas Pedro II, construído pelo engenheiro André Rebouças (1838-1898). Foi construída entre 1871 e 1876 como estação marítima da Estrada de Ferro Dom Pedro II e é uma das obras mais importantes do engenheiro. Homem negro e um dos maiores nomes da militância abolicionista, André Rebouças traz um grande valor simbólico na construção do armazém. Para época, por ser o primeiro engenheiro negro formado no país e pela proibição de escravos como mão de obra na construção do armazém, e para os dias atuais, como um símbolo da contradição honrosa: uma das construções mais importantes de um engenheiro negro abolicionista ao lado da principal porta de entrada de africanos escravizados.

Nascido em uma família de intelectuais negros, seu pai, filho de uma mulher preta livre, foi um dos maiores advogados autodidatas do século XIX. Além de um tio médico e outro artista com formação na Itália. Sua criação foi construída dentro de um cenário de oportunidades de desenvolvimento intelectual, formando-o como um dos grandes nomes do desenvolvimento do país.

Rebouças foi construindo sua percepção crítica ao abolicionismo de forma tímida e gradual. Começando a escrever em seus diários, mesmo que não se manifestando publicamente e tendo a posse de escravizados. Logo depois participando de associações do “Abolicionismo de Elite”, muito de uma implantação de um ideal liberal importado dos países da Europa.

Considerando sua desenvoltura e articulação, ele teve um papel fundamental na implantação das ideias abolicionistas dentro das estruturas governamentais e da elite. Ele foi entendido como trazer a pauta ao mesmo tempo que foi tomando entendimento do que era de fato a escravidão.

Ele ajudou a criar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Participou também da Confederação Abolicionista e redigiu os estatutos da Associação Central Emancipadora. Os últimos anos de sua vida foi trabalhando no desenvolvimento de territórios do continente africanos.



Figura 74 - André Rebouças. Fonte: André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social, de Alexandro Trindade



Figura 75 - Docas Pedro II -Foto do autor (2023)

PONTO 08. MERCADO DE ESCRAVIZADOS

A rua do Valongo, atual Rua Camerino, era um dos maiores polos comerciais de mercadora humana do Rio de Janeiro. Por ter uma grande proximidade com o Cais do Valongo, assim que os escravizados “saudáveis” desembarcavam, logo eram vendidos nos barracões ao longo da rua que ligava o mar ao centro da cidade. Em 1817 existia aproximadamente 34 estabelecimentos com esse fim, retratados em diversas ilustrações de europeus que vinham ao Brasil. A imagem mais famosa é a de Jean Baptiste Debret, “Mercado da rua do Valongo” de 1831.

Atualmente só há o registro de uma construção da época que servia como casa de engorda, a atual casa da guarda localizada no Jardim Suspenso do Valongo.



Figura 76 - Rua que sediava o mercado dos escravizados. Foto do autor (2023)

PONTO 09. CASA AFRICANO DA MINA

Existia uma quantidade considerável de africanos libertos que moravam na região. Muitos deles chegavam em busca de moradia e trabalho, tendo em vista que o lugar já era residência de muitos africanos. E em uma dessas casas morava o Africano Mina ou o Preto da Rua do Valongo, uma importante personalidade em que muitos tinham um grande respeito no século XIX. Em que pese exista pouquíssimos registros materiais, o Africana Mina deixou seu legado político e religioso para muitos descendentes de africanos na que viveram na região.



Figura 77 - Casa africano da Mina - Foto do autor (2023)

PONTO 10. JARDIM SUSPENSO DO VALONGO

Em estilo Romântico Inglês, o Jardim Suspenso do Valongo inaugurado em 1906, é um dos legados das Reformas de Pereira Passos. Construído a sete metros acima do nível da rua, o Jardim se localiza na encosta do Morro da Conceição. Com esculturas de divindades greco-romanas, no qual anteriormente estavam alocadas no antigo Cais da Imperatriz, dão uma ambientação para esse novo equipamento com o objetivo de embranquecer a região majoritariamente preta. Era popularmente denominado “Os jardins das Princesas”. O projeto paisagístico de Luís Rey traz passeios lúdicos através das esculturas em Rocailles e a reconfiguração de uma das últimas existentes casas de engorda de escravos da região, sendo transformada em Casa da Guarda. Tombado pelo Iphan em 1938, passando oficialmente a ser chamado de “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim e Morro do Valongo”.



Figura 78 - Jardim Suspenso do Valongo. Foto do Autor (2022)

PONTO 11. ASSOCIAÇÃO CHORA NA MACUMBA

A Rua Barão de São Félix era um dos lugares que mais representavam a vida social, religiosa, política e cultural da população preta da região. Nela aconteciam os cortejos carnavalescos, reuniões das associações de trabalhadores, cortiços e casas de santo. Logo no primeiro trecho da rua, próximo à Praça dos Estivadores, existia a associação carnavalesca Chora na Macumba. Este nome traz diferentes significações, aparecendo em diversos contextos como títulos de peças de teatro, rituais religiosos de matriz africana e até mesmo associado ao ato de tocar o instrumento de percussão chamado Macumba.



Figura 79 – Lugar aproximado da Associação Chora na Macumba. Foto do autor (2023)

PONTO 12. PRAÇA DOS ESTIVADORES

A Praça dos estivadores, ou como chamada na primeira metade do século XIX de Largo do Depósito devido a considerável existência de lojas de artigos de escravidão, é um lugar que hoje homenageia os trabalhadores da estiva da região. Estes profissionais cuidavam do embarque e desembarque de muitos produtos, principalmente o café. Pelo registro da presença do sindicato dos estivadores na praça, podemos considerar que este lugar foi um espaço de encontro festivo, social e sobretudo político.

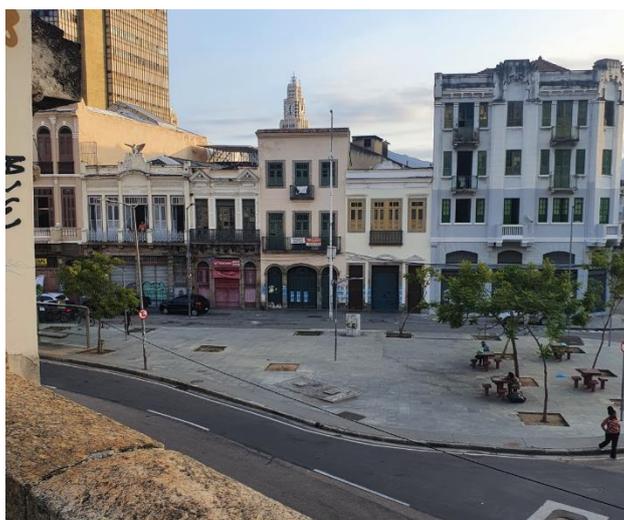


Figura 80 - Praça dos Estivadores. Foto do autor (2022)

PONTO 13. AFOXÉ FILHOS DE GANDHY

Afoxé Filhos de Gandhi é um grupo carnavalesco fundado no Rio de Janeiro por estivadores do Porto e moradores da região do portuária em 1951. Já na Bahia, considerado como candomblé de Rua, foi fundado em Salvador em 1949. O cortejo é marcado pela presença masculina e inspirado pelos princípios da paz do ativista indiano Mahatma Gandhi. O bloco traz a tradição das religiões de matriz africana ritmada pelo agogô nos seus cantos de ijexá.

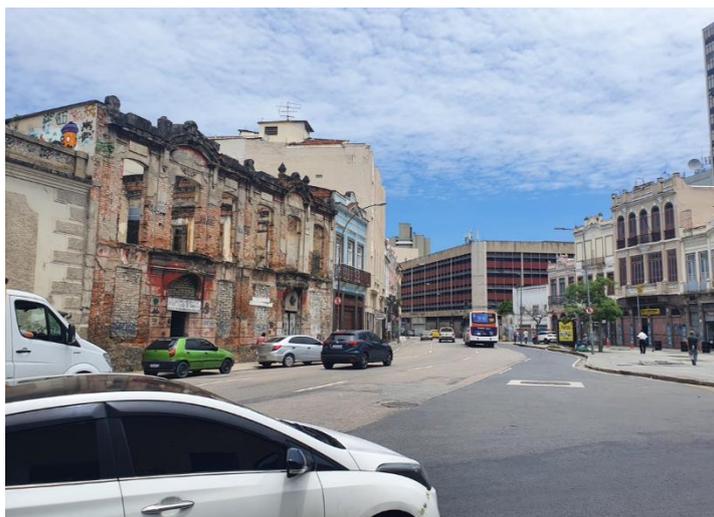


Figura 81 - Afoxé Filhos de Gandhi. Foto do autor (2023)

PONTO 14. RUA SENADOR POMPEU

A Rua Senador Pompeu é um dos principais endereços na identificação da efervescência cultural e religiosa da Pequena África. Ali foi residência de diversas tias bahianas, incluindo Tia Perciliana, mãe de João da Bahiana.



Figura 82 - Rua Senador Pompeu- Foto do autor (2023)

PONTO 15. CASA TIA AMÉLIA

Tia Amélia, a famosa Tia Bahiana que organizava muitas festas de samba e ritos de candomblé. Mãe de Ernesto dos Santos, mais conhecido como Donga, músico que ao lado de Mauro de Almeida assumiu a autoria de “Pelo Telefone”, em 1916.



Figura 83 - Lugar aproximado da residência de Tia Amélia – Imagem: Google

PONTO 16. CORTIÇOS

Na região portuária, chegando no centro da cidade, existiram alguns dos cortiços da cidade. Essas habitações coletivas eram construídas para acomodar a crescente população da cidade durante o auge da industrialização. Os cortiços eram frequentemente superlotados e carentes de condições adequadas de moradia, resultando em condições precárias de vida para seus habitantes. No entanto, também desempenharam um papel importante na cultura e na formação da identidade da cidade. Este ponto do circuito, o cortiço de número 43 da Rua Senador Pompeu, foi tombado pelo município da cidade do Rio de Janeiro em 1986.



Figura 84 – Cortiço da Senador Pompeu, 34. Foto do autor (2023)

PONTO 17. CASAS DE ZUNGU

As casas de zungu eram espécies de pensões ou espaços coletivos improvisados, muitas vezes alugados, que desempenhavam um papel fundamental na vida dos trabalhadores africanos e seus descendentes, escravizados e libertos, na cidade do Rio de Janeiro. Esses locais serviam principalmente para a alimentação, com destaque para o prato de angu, que era uma comida de base para muitos trabalhadores na época.

Além da função alimentar, as casas de zungu também se tornaram importantes centros culturais e religiosos. Nestes espaços, os africanos e seus descendentes podiam se reunir nos momentos de descanso para reconstruir suas práticas musicais e religiosas, mantendo viva sua herança cultural. Isso incluía a preservação de tradições religiosas como o candomblé e o jongo, bem como a expressão musical, dança e cantos africanos.

Desde o início do século XIX, as autoridades municipais do Rio de Janeiro proibiram e reprimiram os zungus. No entanto, esses espaços conseguiram resistir e continuar a operar, muitas vezes escondidos ou em locais de intenso trânsito, demonstrando a determinação e a resiliência da comunidade africana na preservação de sua cultura e identidade em um ambiente hostil. O legado das casas de zungu é uma parte importante da história da diáspora africana e da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro.

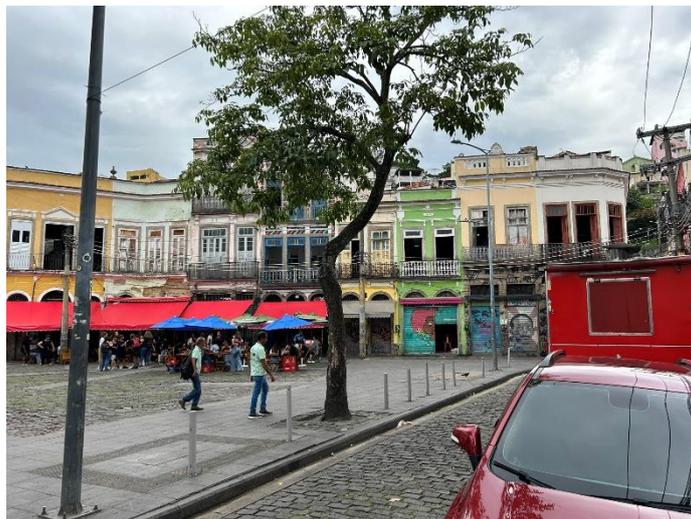


Figura 85- Lugar aproximado de uma das casas de Zungus da região. Foto do autor (2023)

PONTO 18. QUILOMBO DA PEDRA DO SAL E LARGO JOÃO DA BAHIANA

A Pedra do Sal é um símbolo para a memória afro-brasileira da cidade, um espaço de representação do samba, candomblé e pelo trabalho negro do Porto. O lugar é um reduto da cultura preta e existe o Quilombo da Pedra do Sal. Além da gentrificação, o quilombo foi ameaçado diretamente de expulsão no início dos anos 2000. Além dos decretos de proteção em esfera federal e estadual às populações quilombolas, foi instituído a lei complementar 149 de 15 de dezembro de 2014, criando a área especial de interesse cultural do Quilombo Pedra do Sal (AEIC).

No mesmo espaço temos o Largo João da Bahiana, nome dado em homenagem ao grande mestre do samba. João, filho de Tia Perciliana e neto de escravos, fez parte da primeira geração de músicos responsáveis pela difusão do samba. Ao lado de Heitor dos Prazeres, Donga e Pixinguinha, revolucionaram o cenário cultural com o novo gênero musical.



Figura 86 - Pedra do Sal. Imagem: Rio Turismo

PONTO 19. MAR

A abrangência do circuito ao Museu de Arte do Rio nasce da necessidade de compreender as dinâmicas culturais que existem hoje no território. O objetivo do circuito é ser uma extensão das atividades culturais e artística que envolvem diretamente a temática cultural preta da Zona Portuária e a inserção da comunidade deste território. O MAR é uma das instituições que contribuem para a construção dos "transbordamentos institucionais" da prática de valorização da memória preta da

região. Atualmente o museu atua com diversas exposições artísticas que trazem, através de uma curadoria afrocentrada, questões raciais que se relacionam direta ou indiretamente com o território da Pequena África. Por isso, o museu se torna um dos pontos âncoras deste circuito.



Figura 87 - Museu de Arte do Rio, MAR - Foto de Mwaldeck

4.4 O DESENHO URBANO

A proposta do desenho geral para o recorte da poligonal de intervenção começa na conexão dos pontos de interesse, posteriormente identificando os perfis viários e suas potencialidades.

Uma das definições projetuais do circuito foram as definições dos alargamentos de passeio. Com o objetivo de tornar o percurso mais confortável para o pedestre, a proposta visa priorizar o caminhar e a criação de espaços de permanência.

Além disso, foi incluído na proposta uma conexão cicloviária existente entre o Centro da Cidade e a Praça Mauá, implementada no período da produção deste trabalho.

Para o plantio, fizemos um levantamento das árvores existentes e a partir dessa análise propormos a ambiência desejada em cada trecho.



Figura 88- Intervenção. Produção do autor (2023)



Figura 89- Travessias elevadas, alargamento de Passeio e Ciclovia. Produção do autor (2023)



TOTEM 01 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio da história da Escola José Bonifácio e apresentação do MUHCAB;

TOTEM 02 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio retratando o que foi o cemitério dos pretos novos e apresentação do IPN;

TOTEM 03 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons de conflitos de atos de protesto. Imagem de Prata Preta;

TOTEM 04 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição da Sociedade de Resistência – Depoimento do arquivo Coristo Filmes. Imagem da diretoria da Sociedade;

TOTEM 05 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio do Samba do Rancho Recreio das Flores – Depoimento sobre Hilário Jovino Ferreira ; Imagens de diversos ranchos carnavalesco - Trazer para o circuito a ludicidade das manifestações culturais que aconteciam na região;

TOTEM 06 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio dos Sambas de Eduardo das Neves; Imagens de Eduardo das Neves e publicações dos jornais; - Trazer para o circuito a ludicidade das manifestações culturais que aconteciam na região;

TOTEM 07 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Músicas diversas de Choro - Trazer para o circuito a ludicidade das manifestações culturais que aconteciam na região;

TOTEM 08 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons que remetem ao funcionamento dos trapiches - Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, o cenário do lugar;



LEGENDA



● TIPO 01 ● TIPO 02

TOTEM 09 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons do Mar - Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, a paisagem da Baía no séc. XIX - XX;

TOTEM 10 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Samba enredo do Salgueiro de 1976: Valongo - ludicidade das manifestações culturais que retratam o lugar;

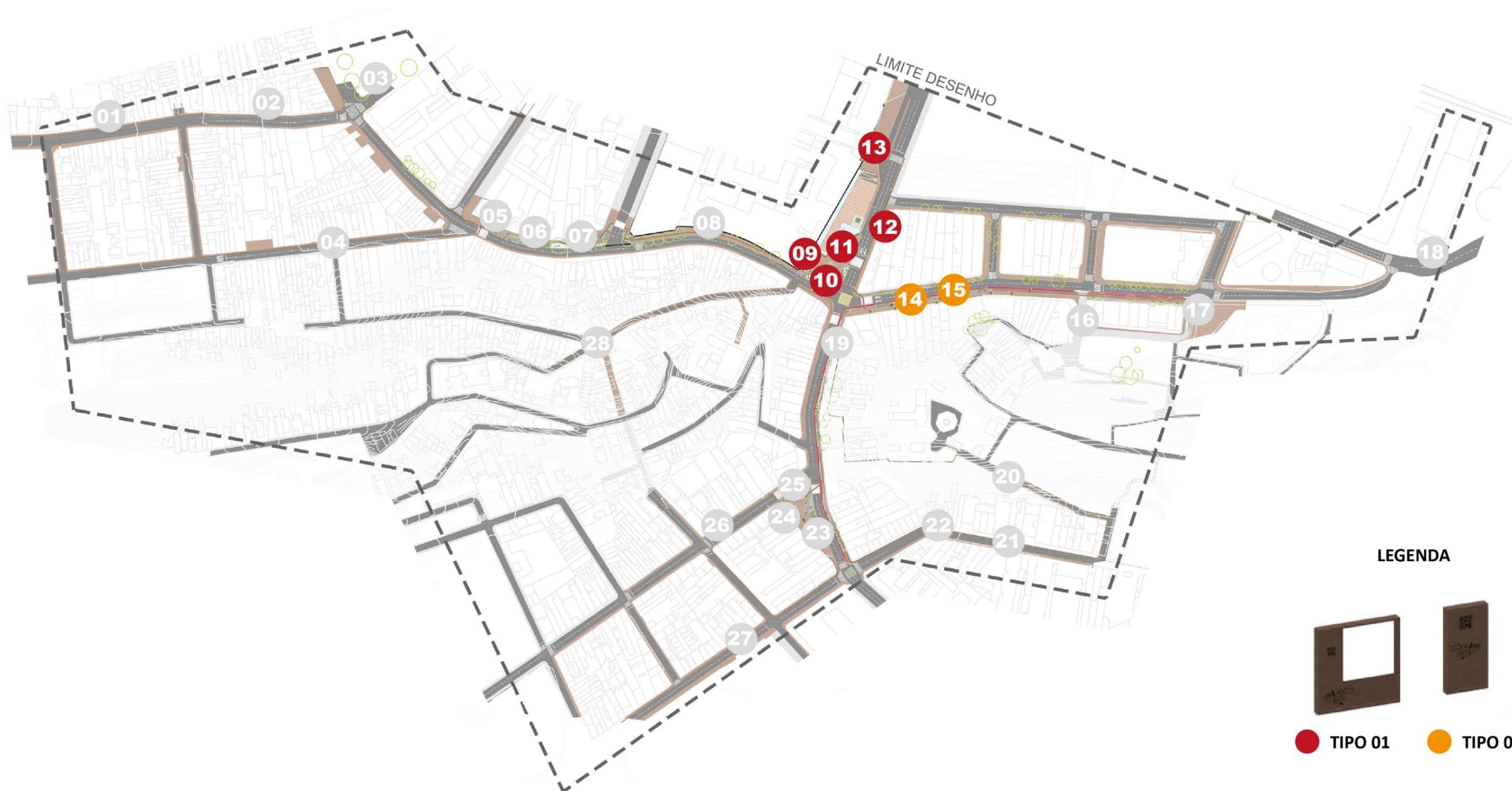
TOTEM 11 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Música História e Dores do Cais do Valongo, Edu Chagas - ludicidade das manifestações culturais que retratam o lugar;

TOTEM 12 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons de mar e música erudita. Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, o cenário do Cais da Imperatriz. O mar vem da associação do porto, a música erudita da chegada da Imperatriz;

TOTEM 13 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição de cartas de André Rebouças e sua história;

TOTEM 14 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons de ruídos incompreensíveis de muitas vozes e diferentes línguas - Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, o cenário da chegada de muitas pessoas escravizadas e imigrantes;

TOTEM 15 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons de estaleiros e comércio de Rua - Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, o cenário do caráter comercial da região;



TOTEM 16 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio dos sambas “Batuque na Cozinha” e “Cabide de Molambo”, de João da Bahiana;

TOTEM 17 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Ruídos de festa, samba, jogos de capoeira e celebrações religiosas - Casas de Zungu;

TOTEM 18 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Apresentação do Museu de Arte do Rio e sua contextualização no território;

TOTEM 19 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição da presença dos africanos libertos e dos “africanos da mina” da região;

TOTEM 20 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Ruídos de festa, samba, jogos de capoeira e celebrações religiosas - Casas de Zungu;

TOTEM 21 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição de Tia Amélia e seu filho Donga. Áudio descrição da história por trás do primeiro samba gravado: “Pelo Telefone”. Áudio da música e anúncio da rádio e partitura de Pelo Telefone;

TOTEM 22 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição da conformação espacial dos cortiços; ruídos de muitas vozes;



LEGENDA



TOTEM 23 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Sons de obras e música erudita: Sons que reconstroem, através do sentido auditivo, o cenário da construção do Jardim Suspenso do Valongo, no contexto de embranquecimento da região portuária;

TOTEM 24 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Tocar álbum Afoxé Filhos de Gandhi - Afoxé Filhos de Gandhi, 1980. Áudio descrição da história do grupo da Bahia e Rio de Janeiro.

TOTEM 25 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio descrição da história da associação carnavalesca Chora Na Macumba.

TOTEM 26 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Ruídos de festa, samba, jogos de capoeira e celebrações religiosas - Casas de Zungu.

TOTEM 27 | TIPO 01 | CONTEÚDO INTERATIVO: Áudio de João da Baiana - Depoimentos para a Posteridade MIS, 1966. João, filho da Tia Bahiana Perciliana, conta como era morar na Rua Senador Pompeu e toda a relação de quitanda, samba e manifestações religiosas da Pequena África no século XIX e XX.

TOTEM 28 | TIPO 02 | CONTEÚDO INTERATIVO: Trechos de textos de Machado de Assis - a arte de personalidades que viveram na região.



LEGENDA



● TIPO 01 ● TIPO 02

Foram feitas cinco ampliações de detalhamento, incluindo os principais recortes do percurso, mostrando suas adaptações em diferentes tipologias de perfis viário. Essa aproximação permite uma compreensão mais específica do projeto, detalhando as áreas de permanência e passagem, as definições de espécies, trajetos de acessibilidade e disposição dos mobiliários urbanos.

Na **ampliação 01**, o objetivo é mostrar a apropriação do projeto em um perfil viário com passeios mais largos, dando a possibilidade da construção de canteiros com mais diversidade paisagística. Na **ampliação 02** é a proposta de intervenção para a praça do Cais do Valongo. Na **ampliação 03**, temos um critério de escolha parecido com o trecho 01, no entanto a ciclovia é o que diferencia as características deste perfil viário. Para a **ampliação 04**, o objetivo é mostrar o alargamento do passeio com a implementação da ciclovia. E o último, a **ampliação 05**, é mais umas das áreas de permanência, a Praça dos Estivadores.

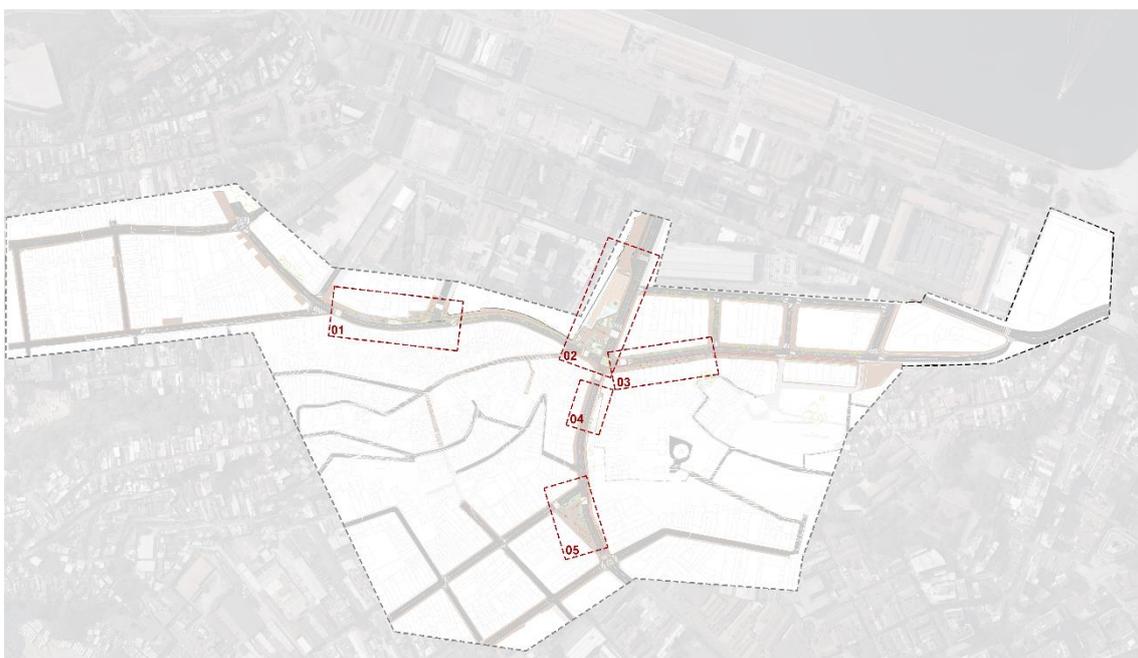


Figura 90 - Janelas de ampliação. Produção do autor (2023)

AMPLIAÇÃO 01

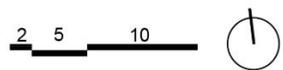


Figura 91 - Planta Ampliação 01. Produção do autor (2023)

AMPLIAÇÃO 02

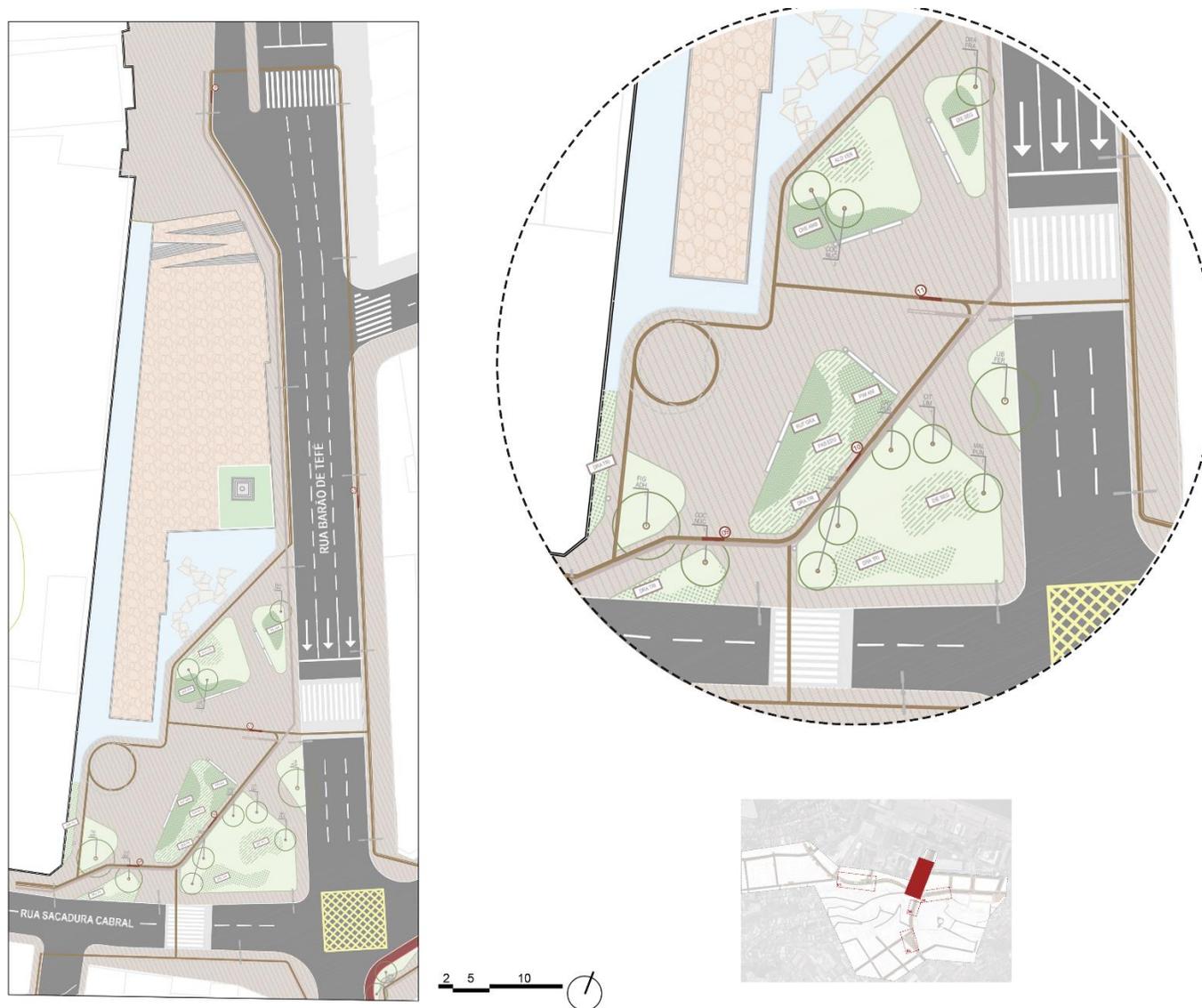


Figura 92 - Planta Ampliação 02. Produção do autor (2023)

AMPLIAÇÃO 03

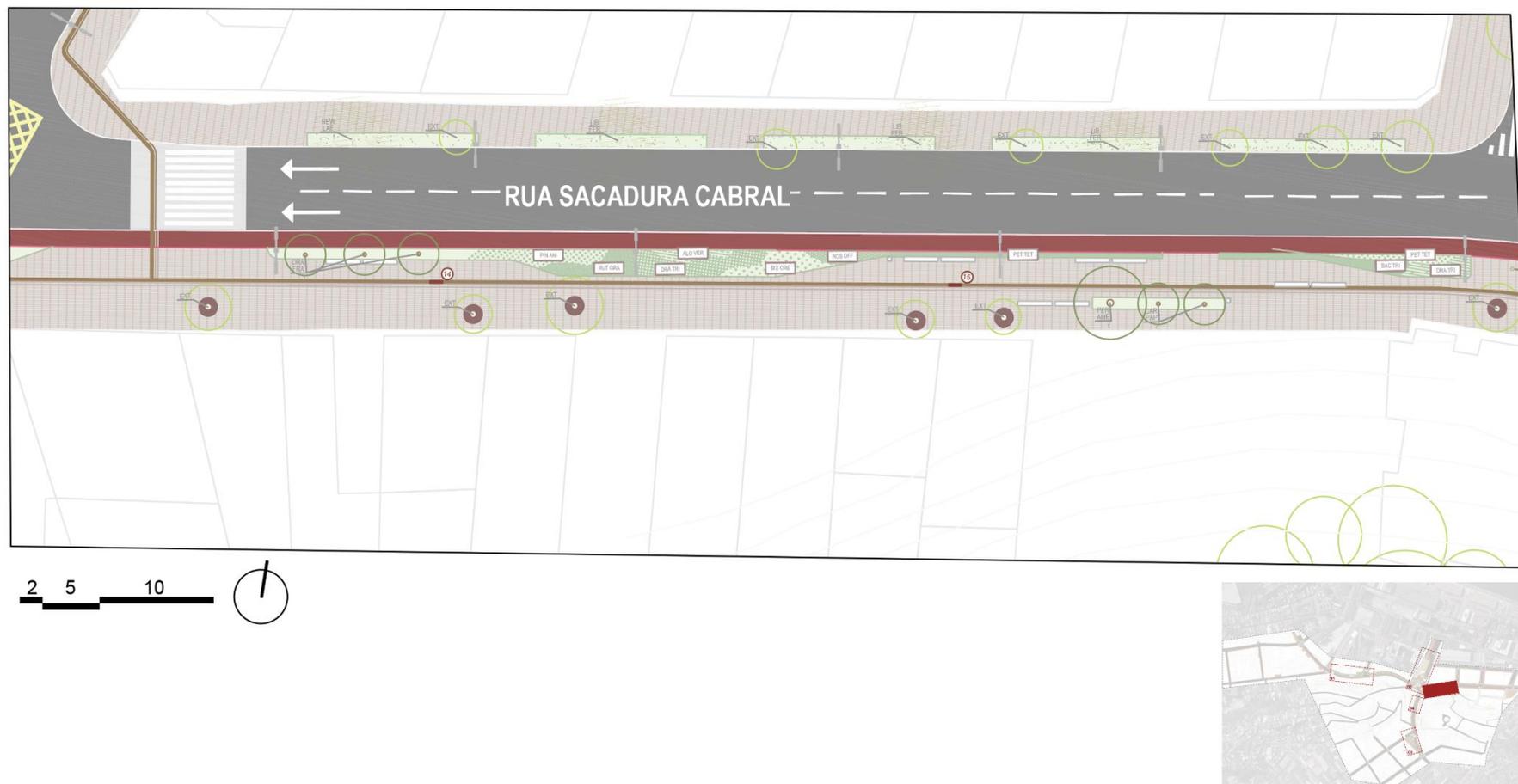


Figura 93 - Planta Ampliação 03. Produção do autor (2023)

AMPLIAÇÃO 04

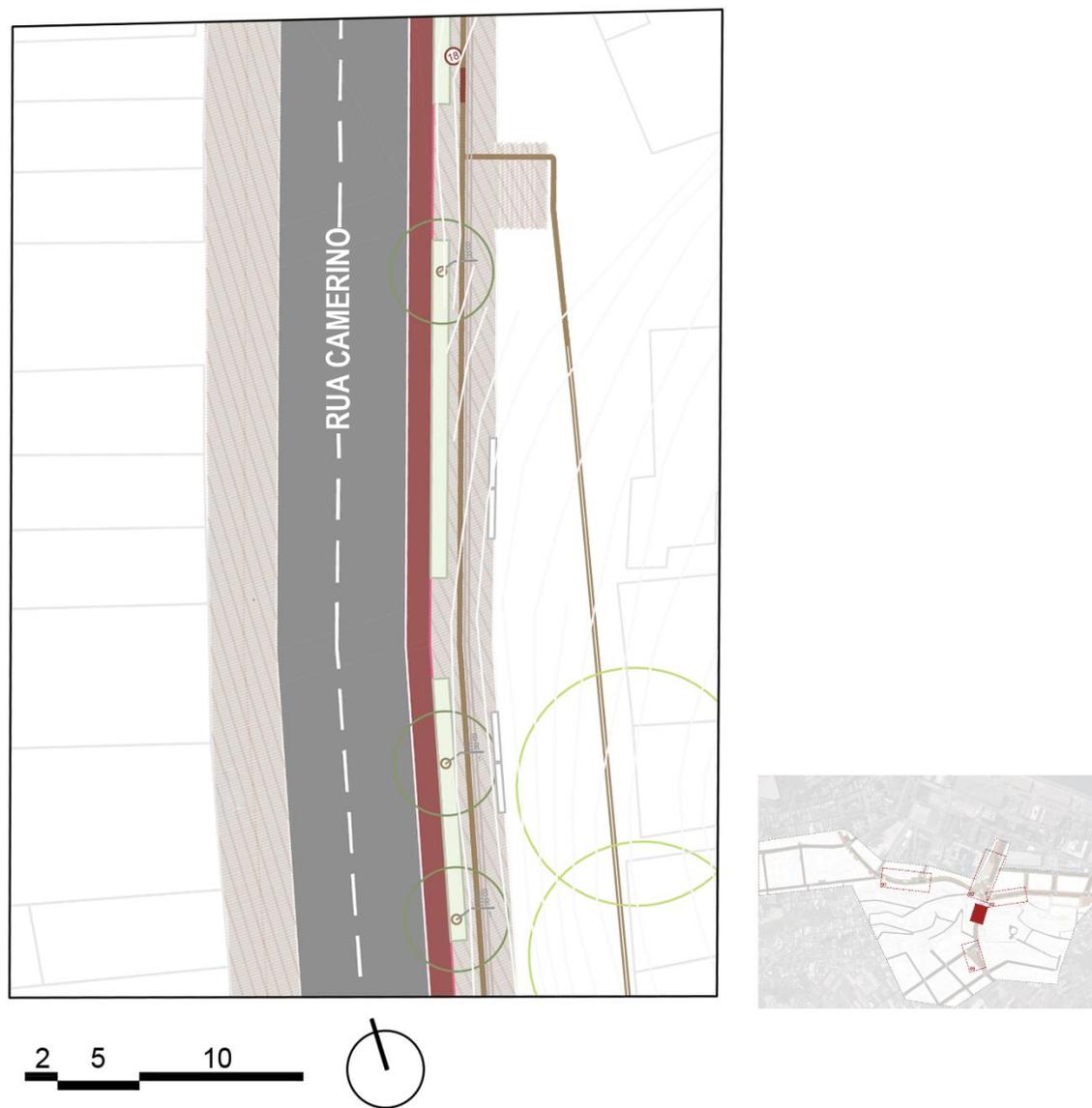


Figura 94 - Planta Ampliação 04. Produção do autor (2023)

AMPLIAÇÃO 05



Figura 95 - Planta Ampliação 05. Produção do autor (2023)

A construção da linguagem do percurso foi um fator relevante na concepção do projeto. Além da necessidade da criação de um circuito que tenha uma unidade visual, era importante construir uma estética que estivesse alinhada com a linguagem da cultura preta.

A plasticidade do percurso traz as cores, materialidade e elementos naturais como o princípio da caracterização desses espaços. O objetivo é trazer um design contemporâneo com referências aos materiais primários, como a terracota.

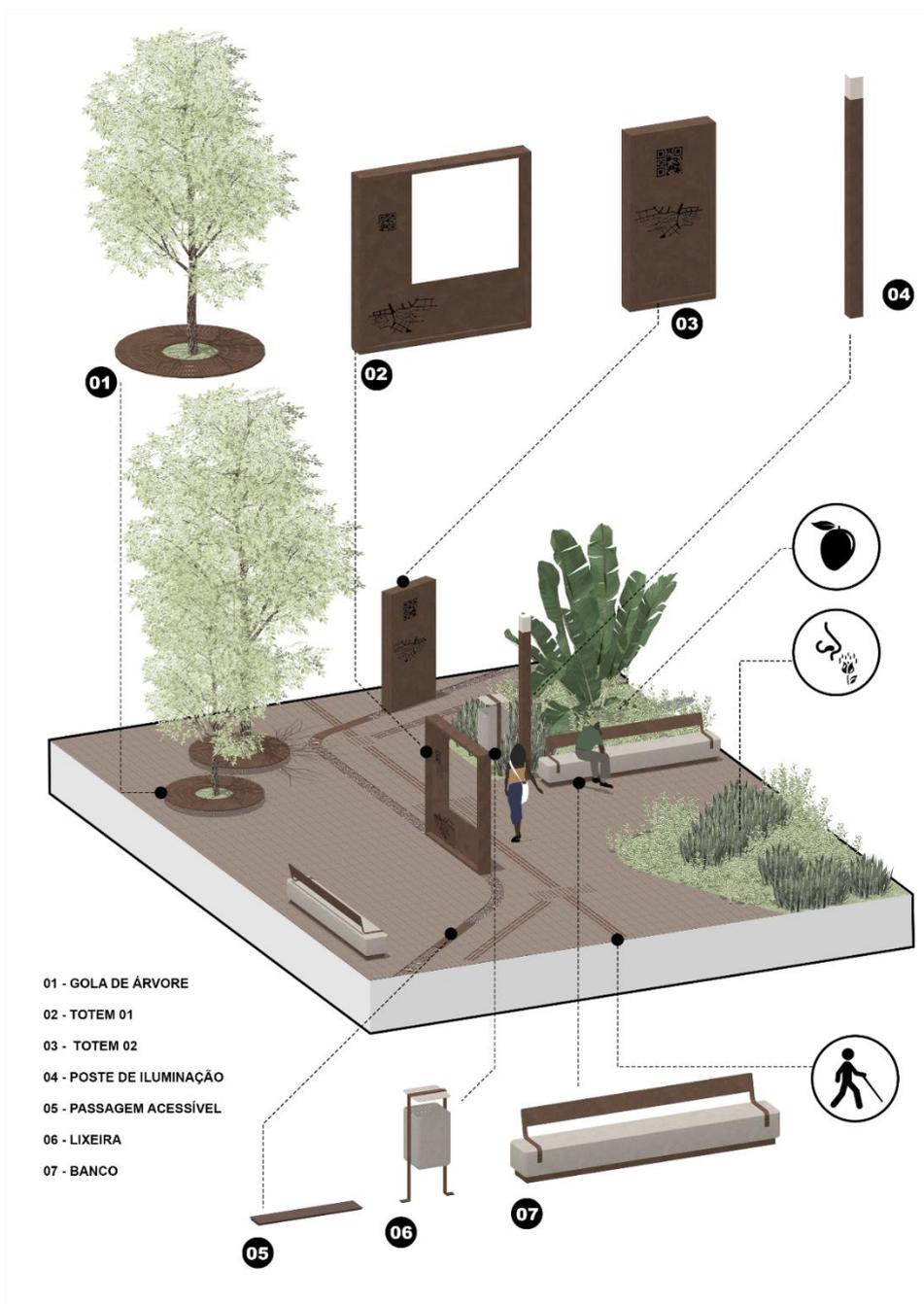


Figura 96 - Isométrica de exemplificação. Produção do autor (2023)

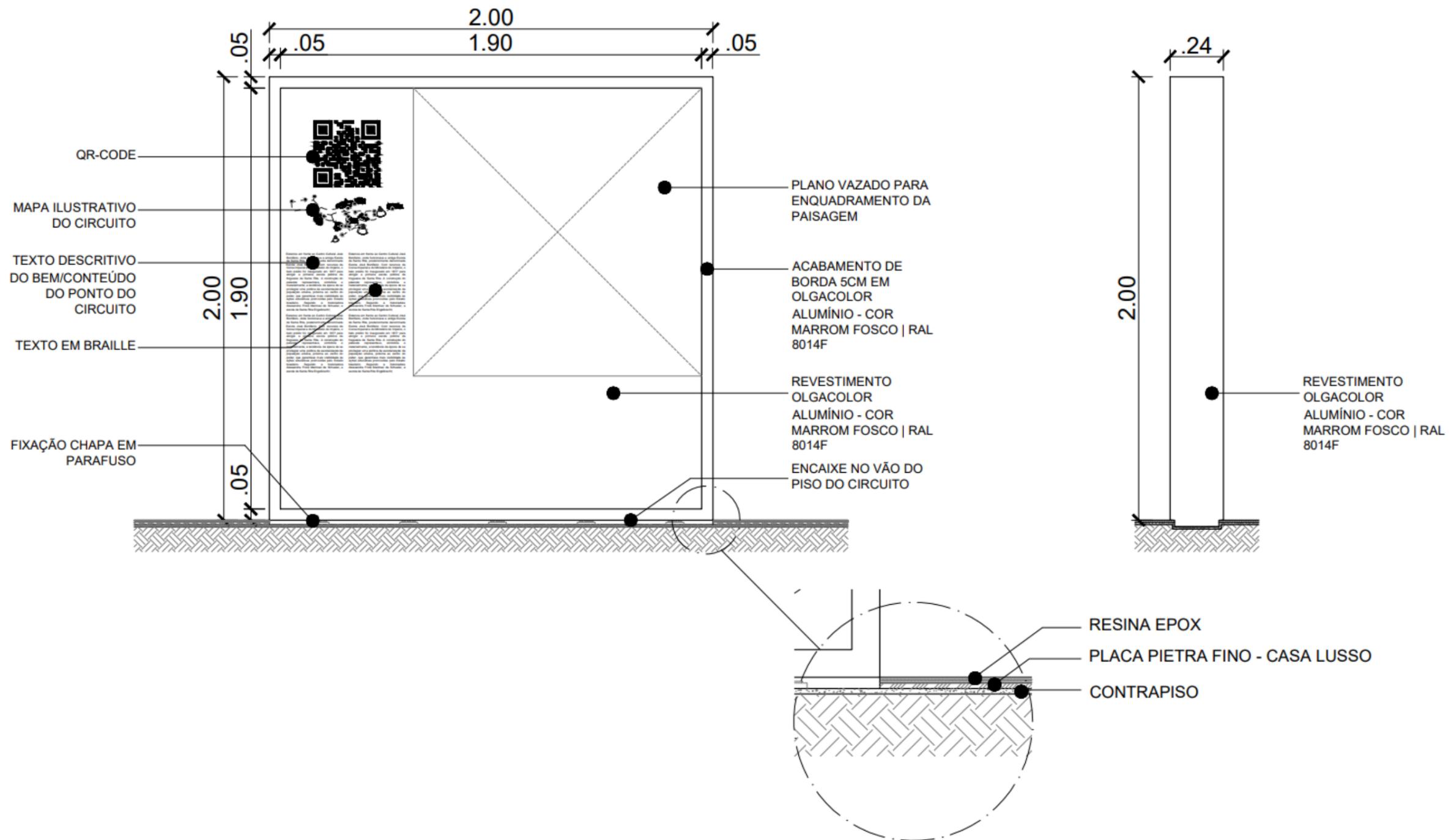


Figura 97 - Detalhe Totem 01 - Produção do autor (2023)

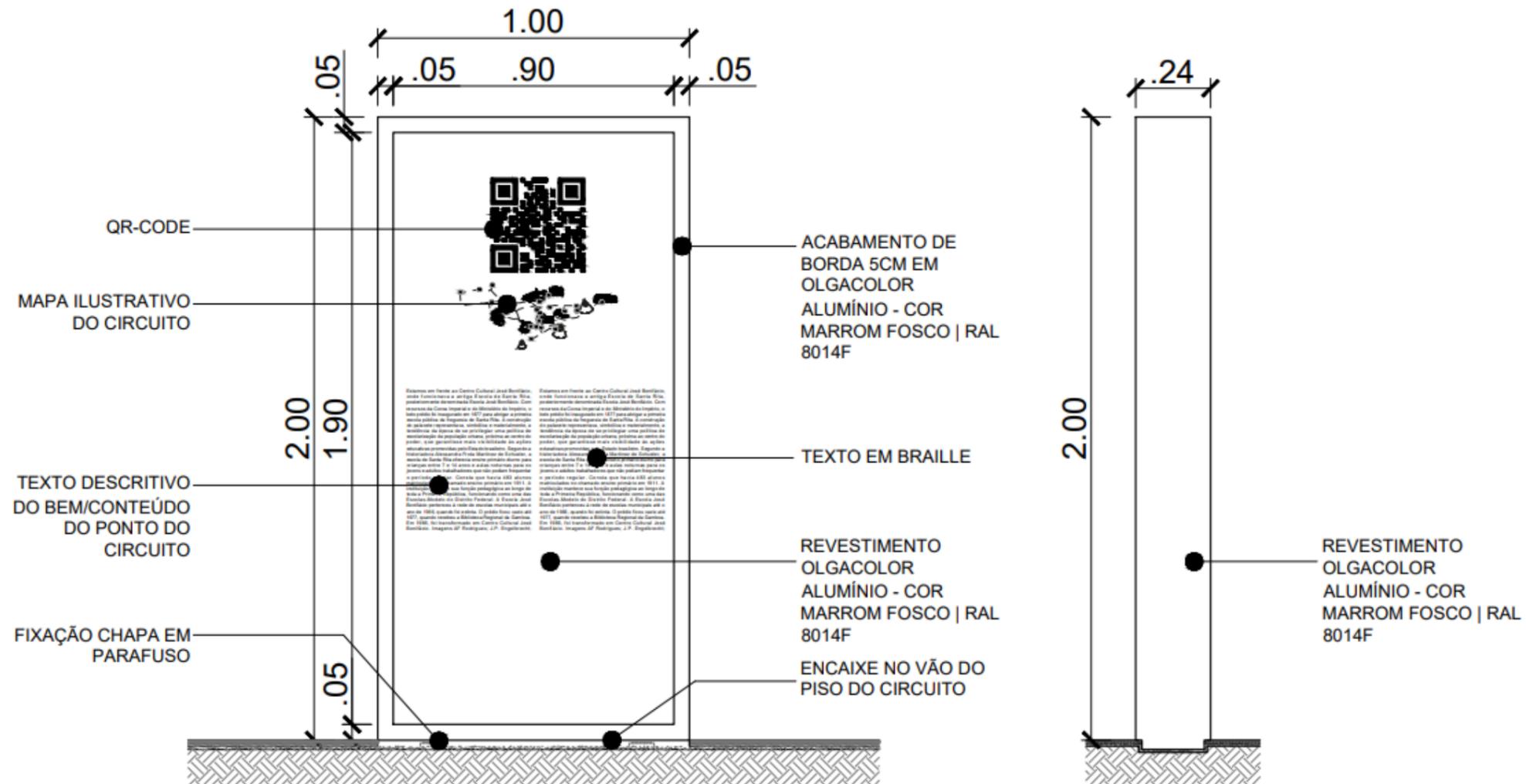


Figura 98 - Detalhe Totem 02 - Produção do autor (2023)



Figura 99 - Amostra Casa Lusso – Pietra Fino

Os totens, como mencionado acima nas diretrizes de projeto, é um importante elemento do projeto. O mobiliário surge da necessidade da construção do suporte narrativo para quem vivenciará o percurso. A partir do conceito, o seu desenho traz metaforicamente uma associação ao "Portal do Não Retorno", em Benin (figura 4, página 17). O mobiliário se transforma em diversos portais do retorno ao longo do percurso.

As definições do projeto de plantio foi uma importante etapa no qual identificamos as espécies que se relacionam com a cultura de matriz africana, seja pelo simbolismo ou por sua função religiosa. Além disso, a proposta traz a possibilidade de interação do usuário com os canteiros, seja para colher frutos ou sentir os aromas ao percorrer o circuito.

MEDICINAIS

SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO	SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO
PIN ANI 	Erva Doce	Pimpinella anisum	Oxum	DYS AMB 	Erva de Santa Maria	Dysphania ambrosioides	Obaluaé
ROS OFF 	Alecrim	Salvia Rosmarinus	Oxalá	DYS AMB 	Maracujá	Passiflora edulis	Iansã
RUT GRA 	Arruda	Ruta Graveolens	Exu	BIX ORE 	Urucum	Bixa Orellana	Xangô
ALO VER 	Babosa	Aloe Vera	Ogum	PET TET 	Guiné	Petiveria Tetrandra	Ossain, Oxóssi
BAC TRI 	Carqueja	Baccharis Trimera	Oxóssi				

Figura 100 - Plantio: Plantas medicinais - Produção do autor (2023)

ORNAMENTAIS E SIMBÓLICAS

SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO	SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO
DRA TRI	Espada de São Jorge	Dracaena Trifasciata	Amuleto contra energia negativa	DRA FRA	Peregum/ Pau-d'água	Dracaena Fragans	Ebós, descarrego e limpeza
DIE SEG	Comigo-ninguém-pode	Dieffenbachia Seguine	Equilíbrio de energia				

Figura 101 - Plantio: Ornamentais e simbólicas - Produção do autor (2023)

ÁRVORES

SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO		SIGLA	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	
FIC ADH 	Gameleira, Figueira	Ficus Adhatodifolia		MAL PUN 	Aceroleira	Malpighia Glabra	
NEW LAE 	Akoko	Newboldia Laevis		CIT LIM 	Limoeiro	Citrus Limon	
MIM TEN 	Jurema	Mimosa tenuiflora		COC NUC 	Coqueiro	Cocos Nucifera	
LIB FER 	Pau-Ferro	Libidibia Ferrea		PER AME 	Abacateiro	Persea Americana	
MAN IND 	Mangueira	Mangifera indica		CAR PAP 	Mamoeiro	Carica Papaya	
SPO PUR 	Seriguela	Spondias purpurea		PUN GRA 	Romanzeira	Punica granatum	
MUS 	Bananeira	Musa					

Figura 102 - Plantio: Árvores - Produção do autor (2023)



Figura 103 - Perspectiva Cais do Valongo. Produção do autor (2023)



Figura 104 - Perspectiva Cais do Valongo para Morro da Providência. Produção do autor (2023)



Figura 105 - Perspectiva Sacadura Cabral. Produção do autor (2023)

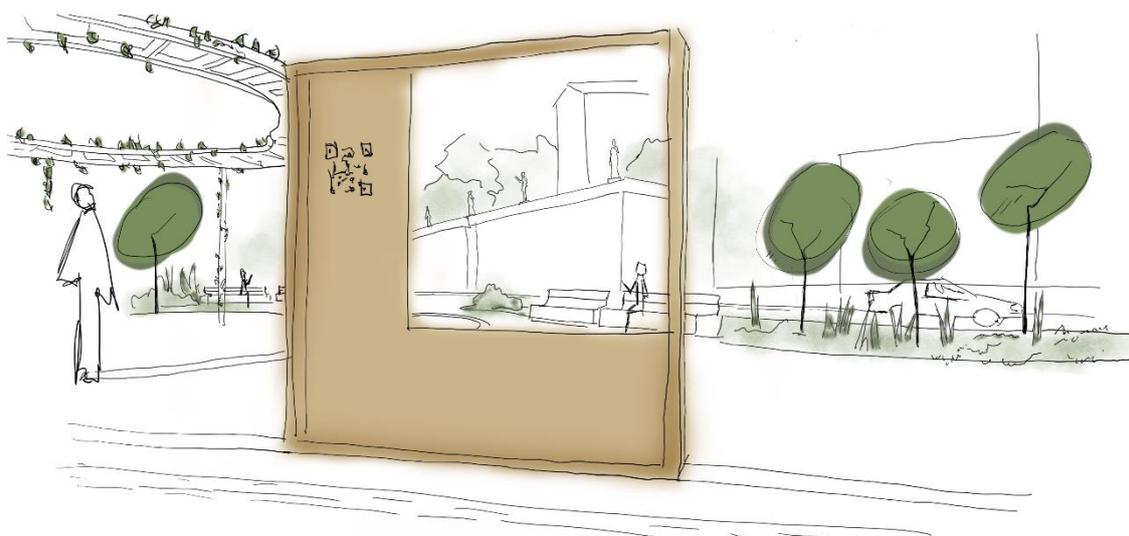


Figura 106 - Perspectiva Praça dos Estivadores enquadrando o Jardim Suspenso do Valongo. Produção do autor (2023)

4.5 A GESTÃO

Esta etapa da dissertação busca traçar um cenário estratégico viável e prático da manutenção e conservação do Projeto, do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e toda a Pequena África. Com isso, está sendo proposto, juntamente do projeto urbano paisagístico, a viabilidade do projeto como uma síntese de um plano de gestão pautado no dossiê de candidatura do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade da Unesco.

Um plano gestor é fundamental por diversas razões, mas um dos motivos que mais impulsionaram este tópico da pesquisa foi o recente caso do Cais do Valongo em sua presente ameaça da perda do título de patrimônio da humanidade.



Figura 107- Matéria O Globo, 01/04/2022. Fonte: O Globo



Figura 108 - Cais do Valongo inundado por falta de manutenção. Foto: Cleber Mendes / Agência O Dia

Torna-se importante olhar para a Pequena África como um espaço, não só de reafirmação histórica e cultural, mas como um lugar de bens materiais de valores imensuráveis. Nesse sentido, o trabalho se direciona nesta etapa a contribuir para o

pensamento sustentável dos bens materiais do sítio arqueológico e da atual proposta de projeto.

No entendimento da titulação como patrimônio da humanidade, podemos considerar características, critérios e valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. E o Cais do Valongo é um dos maiores e mais completos no que tange a memória da escravidão, tornando-o um grande exemplar não só para a história brasileira, mas também para a história da humanidade. O Sítio é um monumento vivo, com muitas descobertas arqueológicas de grande importância, marcando não só historicidade, mas também carregando muitos significados imateriais.

Com isso, sua inscrição como Patrimônio Mundial foi enquadrada em dois critérios da UNESCO: Critério III - mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; Critério IV- ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana;

Além desses critérios, é importante considerar os aspectos sociais de representação de símbolos importantes para a construção de uma cultura, que se relaciona diretamente com o Cais do Valongo na configuração desse território.

Para a proposta, sistematizamos o plano de gestão em dois pilares de ação, sendo eles:

[1] Mobilização e integração continuada de instituições, órgãos de proteção e sociedade civil para discutir ações e propostas de forma constante, pois as demandas e problemas também se atualizam; Ações concernentes ao sítio propriamente dito e sua manutenção;

[2] Educação Patrimonial – Conscientização da importância do bem. Se refere as ações de valorização do sítio na sua perspectiva social e cultural, e especialmente na relação deste com a população local;

Para isso, foi desenvolvido a estrutura do Comitê de Gestor. Distribuindo de forma clara as funções e articulações de cada grupo envolvido na gestão das ações de preservação e salvaguarda da Pequena África.

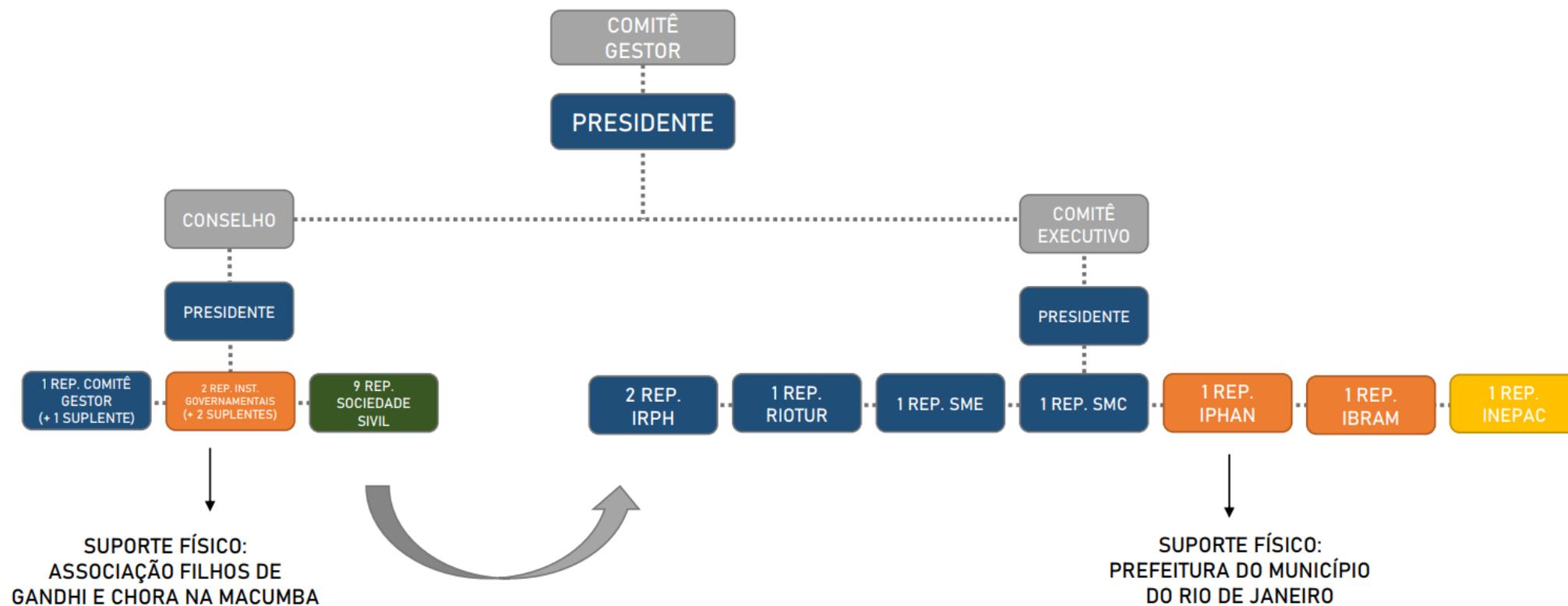


Figura 109- Estrutura do Comitê Gestor. Produção do autor (2023)

Esta estrutura é dividida em dois grupos de atuação, o Conselho - que objetiva inserir a sociedade civil nos planos de ação- e o Comitê Executivo- composto por seus representantes institucionais e governamentais. Cada grupo terá um presidente que responderá ao presidente geral do Comitê Gestor.

Além disso, nessa estrutura já é definido onde os encontros para debates e discussões da gestão acontecerão: o Conselho se reunirá nos espaços físicos das organizações culturais atuantes na região da Pequena África e o Comitê executivo nos espaços físicos do governo.

Neste plano, levantamos também os parceiros envolvidos que poderão contribuir nas ações de salvaguarda, são eles:

- Concessionária Porto Novo;
- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
- CDURP
- Light;
- Águas do Rio;
- Município e Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente
- SECONSERMA;
- IRPH, Iphan e Inepac;
- Sebrae;
- Quilombo Pedra do Sal;
- Afoxé Filhos de Gandhi;
- Instituto Pretos Novos;
- Territórios Negros;
- MUHCAB;
- Museu de Arte do Rio;
- Coletivos Negros e sociedade civil;

Além dos mobilizadores, é importante sistematizar os recursos. Sejam eles financeiros, institucionais e humanos. Nas tabelas abaixo é possível compreender essas articulações de recursos na sustentabilidade da região, além das expectativas esperadas.

RECURSOS		
FINANCEIRO	INSTITUCIONAL	HUMANO
<p>Concessionária Porto Novo; AEIU do Porto do Rio CEPAC'S PRONAC Lei Rouanet; Lei Aldir Blanc;</p>	<p>Prefeitura do Município do Rio de Janeiro Governo do Estado do Rio de Janeiro Iphan Inepac; Instituto Pretos Novos; MUHCAB; MAR; Universidades;</p>	<p>Conselho Municipal; Coletivos negros; Associação de moradores; Quilombo Pedra do Sal; Afoxé Filhos de Gandhi;</p>

Tabela 2 – Recursos. Produção do autor (2023)

CATEGORIA	CRITÉRIO	CASO	PROPOSTA	RECURSO	PRAZO
VIDA ÚTIL (Aspecto Material)	Materiais, técnicas e sistemas construtivos envolvidos estimando sua vida útil de acordo com os novos usos e apropriações;	Recuperação das edificações de relevância cultural na região da Pequena África; Conservação dos vestígios arqueológicos do Cais encontrados e manutenção do lugar como espaço público de estar e permanência;	Monitoramento regular dos bens edificados a fim de conservar e preservar a materialidade em sua autenticidade e integridade.	Concessionária Porto Novo; AEIU do Porto do Rio / CEPAC'S	CURTO
			Inventariação dos bens materiais e imateriais por meio da documentação; Inventariação dos achados arqueológicos no sítio e por seguinte usar como material expositivo para Instituições museais da região;	Iphan; PRONAC / Lei Rouanet; Lei Aldir Blanc	CURTO
			Projeto de Drenagem e Controle do lençol freático; Gestão de resíduos e conservação de áreas verdes; Limpeza e manutenção;	Concessionária Porto Novo; AEIU do Porto do Rio / CEPAC'S	CURTO
LOCALIZAÇÃO (Aspecto Econômico)	Densidade populacional; Proximidade com comércios e serviços; Infraestrutura de transporte; Acessibilidade/mobilidade; Exposição; Restrições do planejamento;	Lugar de grande relevância histórica e identitária. Proximidade com um intenso fluxo turístico e corporativo.	Projeto de recuperação urbana para a região portuária, incluindo os trechos dos morros.	Município; Concessionária Porto Novo; AEIU do Porto do Rio / CEPAC'S	MÉDIO
ADAPTAÇÃO (Aspecto Funcional)	Dinâmicas de ocupação; Condições de apropriação do espaço;	Lugar com caráter predominante de passagem, no entanto ocupado com atividades culturais em dias comemorativos;	Política e programas relacionados a apresentação e a promoção do bem e incentivos às atividades culturais a partir do contato com lideranças do local;	PRONAC / Lei Rouanet; Lei Aldir Blanc	MÉDIO
SENSO DE LUGAR (Aspecto Social)	Imagem/identidade; Estética; Paisagem urbana; História/autenticidade; Serviços e comodidades; Entorno/vizinhança.	Valorização da memória preta e africana da região	Educação Patrimonial nas Escolas Municipais; Projeto de recuperação urbana e paisagística de valorização da memória preta do lugar.	Município; Concessionária Porto Novo; AEIU do Porto do Rio / CEPAC'S	LONGO

Tabela 3 - Categorização e recursos. Produção do autor (2023)

Os resultados esperados estão distribuídos em 4 etapas de estruturação, considerando ações de curto, médio e longo prazo. Para isso, temos:

Etapa 01 | Criação de comitê - 2 a 5 meses

- Reunir equipe de coordenação para apoiar a estruturação do Comitê de Gestão;
- Especificar e definir as parcerias entre instituições;
- Organizar o Comitê de Gestão;
- Definição das atribuições dos agentes;

Etapa 02 | Coleta de dados - 6 a 9 meses

- Atualizar e/ou aprofundar os dados de: estado de conservação; programas e projetos em andamento e em planejamento;
- Fontes potenciais de recurso;
- Integrar informações e planos das várias instâncias de proteção do sítio;
- Coletar informações sobre problemas e áreas conflitantes existentes no território;

Etapa 03 | Elaboração de propostas – 10 a 15 meses

- Definir programas e projetos a serem desenvolvidos;
- Apresentar e discutir os programas e projetos;
- Mobilizar coletivos e associações na construção de novas propostas;
- Aprovação do Plano;

Etapa 04 | Execução – após 20 meses

- Plano de Gestão publicado;
- Reuniões mensais do Conselho: participação institucional e civil;
- Manutenção preventiva do sítio;
- Políticas de fomento e promoção da importância do bem;

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou fomentar o debate do esvaziamento da memória preta na cidade por meio das discussões acerca da perspectiva das diversas narrativas que estão omissas. Além de uma tarefa complexa no campo do patrimônio, foi vital trazer uma abordagem interdisciplinar que abarcasse história, sociologia, antropologia, arquitetura, tecnologia, entre outras áreas.

Inicialmente buscamos desvelar e compreender os conflitos sociais enfrentados pela população preta desde o início do século XIX até os dias atuais e, sobretudo, como esses conflitos impactam a salvaguarda e preservação do patrimônio na contemporaneidade.

Era ciente que estes conflitos se relacionavam e se relacionam ainda hoje com as reformas urbanas que aconteceram em diversos períodos desde o século XIX, no entanto, se debruçar nesses episódios a partir de uma perspectiva social e racializada, nos exigiu um esforço de análise não só historiográfico, mas também de viés antropológico.

Nesse sentido, a primeira parte do segundo capítulo nasceu da busca de uma compreensão de como as relações identitárias, a memória e a representação do espaço podem justificar a dominação dos corpos pretos. Além, claro, das brutais ações diretas da escravização.

Mobilizamos autores que, mesmo distante da contextualização do recorte racial da pesquisa, são referenciais teóricos importantes no Ocidente, dando suporte ao entendimento epistemológico de determinados termos.

Neste mesmo capítulo, na segunda parte da fundamentação, identificamos a necessidade de entender o patrimônio urbano, principalmente na compreensão dos circuitos como um dos formatos da museografia. Esta etapa da pesquisa auxiliou na busca das referências projetuais em distintas escalas e formatos, buscando criar um repertório de análise de projetos que visam valorizar o patrimônio urbano, além de entender de forma prática como a tecnologia digital pode ser suporte na preservação.

A salvaguarda patrimonial desempenha um papel crucial na preservação da história e da memória coletiva de uma sociedade. No entanto, é essencial que essa proteção vá

além de uma musealização simplista da história e se aproxime da necessidade de investigar e dar voz a narrativas apagadas.

Nesse sentido, no segundo bloco desta dissertação, sistematizamos a pesquisa por meio das ferramentas que nos auxiliaram em uma maior consciência do território, trazendo as análises a partir de um recorte historiográfico, documental e espacial.

Esta etapa do trabalho foi fundamental para compreender os diferentes vieses e narrativas, principalmente na junção dos materiais que auxiliaram a construir ludicamente o que foi o território no século XIX e XX a partir da perspectiva artística e cultural.

Em seguida, iniciamos o capítulo que traz a proposta projetual prática, embora tenha sido um desafio trazer esse tipo de estruturação, pois o projeto é lançado desde a introdução desta pesquisa. No entanto, decidimos trazer separadamente este capítulo por meio de uma exposição mais direta das diretrizes e os materiais gráficos que trazem a espacialização da proposta.

Portanto, a pesquisa buscou fomentar o debate do esvaziamento da memória preta na cidade, através da perspectiva das diversas narrativas que são omissas.

O trabalho levantou os conflitos sociais do início do século XIX até os dias atuais, no entendimento do reflexo da segregação urbana dentro do recorte racial como fruto desses acontecimentos. Como este fato pode influenciar na salvaguarda e preservação do patrimônio contemporâneo?

Em suma, este trabalho não visa omitir o passado escravagista da historiografia do lugar, no entanto busca dar protagonismo aos elementos que influenciaram e construíram a cultura afro-diaspórica brasileira, sobretudo sua influência no Rio de Janeiro. Essas narrativas, como exposto na pesquisa, foram constantemente apagadas. No entanto, está cada vez mais presente na academia e na política os debates da salvaguarda do patrimônio cultural preto.

Desde o início da pesquisa (2020) até o fim desta defesa, tivemos uma mudança expressiva na observação do patrimônio que se relaciona com as culturas de matriz africana, influenciando diretamente no olhar crítico da redação do trabalho. Dito posto,

assim como hoje esta pesquisa é o fruto de muitas outras, esperamos também que possa ser semente para novas proposições.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Andreza Rigo. **Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Departamento de História, 2005.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

AMELIO; ZARRI. **Conceptual encoding and advanced management of Leonardo da Vinci's Mona Lisa: Preliminary results**. Information (Basel), v. 10, n. 10, p. 321, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/info10100321>> Acesso em: 01 jul. 2023

BONDER + WODICZKO. **"Pomnik upamiętniający zniesienie niewolnictwa."** Disponível em: <<http://www.wodiczkobonder.com/>> Acesso em: 26 Jun 2023.

BRITTO, Fernanda. **"Memorial da Abolição da Escravatura / Bonder + Wodiczko"** 20 Ago 2012. ArchDaily Brasil. Acesso em: 24 Jun 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-65801/memorial-da-abolicao-da-escravatura-bonder-mais-wodiczko>> ISSN 0719-8906

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte e BOITA, Tony William. **Expografia: pesquisa e prática na formação universitária em museologia in Museografia e arquitetura de museus - pesquisa e patrimônio**. GUIMARAENS, Cêça e DIAS, Diego. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019, p. 22 a 38.

CANUTO, C. L.; MOURA, L. R.; SLAGADO, M. S. **Tecnologias digitais e preservação do patrimônio arquitetônico: explorando alternativas**. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, SP, v. 7, n. 4, p. 252-264, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8647456>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CARDOSO, ED et al. **História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo**. Rio de Janeiro: Índice, 1987.

CARERI, Francesco. **Walkscapes – O caminhar como prática estética**. Tradução Frederico Bonaldo. São Paulo: Editora G. Gili, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006

CLAVAL, P. **As Abordagens da Geografia Cultural**. In: CASTRO, I. E. , GOMES, P. C. C. e CORREA, R. L. (Orgs.) *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Otávio José Lemos. **Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares**. Espaço e Cultura (nº 15); p. 33-40, 2003.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados**. Rio de Janeiro, 1928-1949 – Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> > Acesso em: 25 mai. 2022.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Porto Maravilha, Renovação Urbana e o uso da Noção de Risco: Uma Confluência Perversa no Morro da Providência**. *Libertas* v.13 n.2. p. 1-31. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18270>. Acesso em: 15 jul. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 64 pp. ISBN 978-85-8316-007-6

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaide La Guardia Resende et. al.; 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

HISTÓRIA PRETA: **O Plano | 3. Sonhos perdidos**. 30 mar. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1K6WikHRg2IAfSz6mhrw4v?si=73023526b1a1416f>. Acesso em: 30 set. 2023.

ICOMOS. **Carta de Petrópolis**. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>> Acesso em: 8 jun. 2023.

ICOMOS. **Carta de Washington**. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>> Acesso em: 8 jun. 2023.

JESUS, Priscila Maria de. **Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais**. *Cadernos de sociomuseologia*, 2014.

JOAZE BERNARDINO-COSTA; NELSON MALDONADO TORRES; RAMÓN GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. Ed.; 3. Reimp.; Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

KANASHIRO, Milena. **A cidade e os sentidos: sentir a cidade**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. DOI: 10.5380/dma.v7i0.3051. 2004.

LIMA, Tania Andrade. **Valongo, o lugar do excluídos**. Livro Zona Portuária do Rio de Janeiro: múltiplos olhares sobre um espaço em mutação; Rio de Janeiro: Consequência Editora p. 329–344, 2022.

LUIZ EDMUNDO; JUNIOR, M. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Vol. 1. Rio De Janeiro Imprensa Nacional, 1938

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador: Edufba, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001

MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny Milena Quiñoes. **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista**. Educ. Foco, Juiz de Fora, v.21, n.3, set. / dez. 2016.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2 ed. rev. 1995. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural

MUSEU DE ARTE DO RIO. MAR (Rio de Janeiro). **Do Valongo à favela: imaginário e periferia = From Valongo to favela : the imaginary and the periphery**. Clarissa Diniz, Rafael Cardoso. Clarissa Diniz, Rafael Cardoso Clarissa Diniz *et al.* Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2015. 223 p., il. color., 28 cm. ISBN 9788568880012.

NAZKI, A.; KHAN, M. **Heritage Walks: As an innovative approach towards the preservation of Cultural Heritage**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://ijmess.org/assets/front_end/uplodes/gallery/JK2035_SS.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

NORA, Pierre. **O retorno do fato**. In: LE GOFF, J e NORA, P. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193. Disponível em: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). História. Novos Problemas : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive Acesso: 01 jul. 2023.

OLIVEIRA, Cristiane Moura de Oliveira. **A construção Identitária no Cais do Valongo: expressão de resistência social negra na região portuária carioca**. 2017. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. 2017.

PASSADOS PRESENTES. Memória da escravidão no Brasil. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PESSÔA, J. **Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 30, 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, v

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (Org.). **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

RODRIGUES, Júlia Vilhena. **Camadas de memória entre o Mar e o Morro: da pequena África ao Porto Maravilha**. 2013. 72 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Stéfany dos Santos. **Memória do Invisível: Interpretando territorialidades negras na Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 2018. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

SILVESTRE, Gabriel. **Zona portuária do Rio de Janeiro: entre modelos urbanos e paradigma de requalificação**. Livro Zona Portuária do Rio de Janeiro: múltiplos olhares sobre um espaço em mutação; Rio de Janeiro: Consequência Editora p. 35–66, 2022.

Sítio arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf . Acesso em: 08 jul. 2020.

TAVARES, Reinaldo Bernardes; RODRIGUES-CARVALHO; Claudia; LESSA, Andrea. **Da alfândega ao Valongo: A entrada dos cativos africanos no Rio de Janeiro no século dezanove sob uma nova perspectiva historiográfica**. *Antiguidade latino-americana*, 31 (2), 342-359. doi:10.1017/laq.2020.23. 2020

THOMPSON, Analucia. **Patrimônio cultural digital: comunicação e conhecimento in Museografia e arquitetura de museus - pesquisa e patrimônio**. GUIMARAENS, Cêça e DIAS, Diego. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019, p. 209 a 222.

ZARRI, G. P. NKRL. **A knowledge representation language for narrative natural language processing**. *Proceedings of the 16th conference on Computational linguistics - Anais Morristown, NJ, USA: Association for Computational Linguistics*, 1996. Disponível em: < <https://aclanthology.org/C96-2181>> Acesso em: 01 jul. 2023

ZHANG, X. et al. **Metaverse for cultural heritages**. *Electronics*, v. 11, n. 22, p. 3730, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.3390/electronics11223730>> Acesso em: 06 jun. 2023.

ZOHOUN, Gbègnidaho Achille. **O material e o imaterial no encontro individual no monumento: a Porta do Não Retorno na dimensão memorial do tráfico de escravos em Uidá (Benim)**. *Africanidades, Edição Especial: Além do Atlântico Negro, suas artes visuais / Beyond the Black Atlantic, Its Visual Arts / Par-delà l'Atlantique Noir, ses arts visuels*, v. 2 n. 2 (2023)

ZONNO, Fabiola do Valle. **O valor artístico na relação passado-presente. Modos de interpretação do lugar**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.00, Vitruvius, ago. 2016. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6171>. Acesso em: 18 mai, 2018.

ANEXOS

ANEXO I

DECRETO Nº 34.803 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CIRCUITO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE CELEBRAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA E O GRUPO DE TRABALHO CURATORIAL DO PROJETO URBANÍSTICO, ARQUITETÔNICO E MUSEOLÓGICO DO CIRCUITO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a importância histórica e cultural dos remanescentes revelados pelas pesquisas arqueológicas executadas na região Portuária do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região, notadamente o Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos;

CONSIDERANDO necessidade de criar um agenciamento urbano que defina os limites do sítio arqueológico do Cais do Valongo, promova sua segurança e conservação, e apresente sua história;

CONSIDERANDO a vinculação dos diversos sítios arqueológicos à Diáspora Africana e à Cultura Afro-Brasileira;

CONSIDERANDO que 2011 foi eleito pela ONU com "Ano Internacional dos Afrodescendentes"; e

CONSIDERANDO que em 2011 completa-se 200 anos da construção do Cais do Valongo,
DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, delimitado conforme ANEXO I do presente Decreto, que inclui os seguintes espaços vinculados à história e à cultura afro-brasileira:

I - Centro Cultura José Bonifácio;

II - Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos);

III - Cais do Valongo e da Imperatriz;

IV - Jardins do Valongo;

V - Largo do Depósito; e

VI - Pedra do Sal.

Art. 2º Fica instituído o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana com o objetivo apresentar em 30 dias o recorte conceitual, histórico-cultural, de abrangência do circuito e sua delimitação territorial.

§ 1º A Coordenação do Grupo de Trabalho ficará a cargo do Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito.

§ 2º Serão membros fixos do Grupo de Trabalho a Vice-Presidente do COMDEDINE- RIO, Dulce Mendes de Vasconcellos; o representante da CDURP, Alberto Gomes Silva; e o Coordenador Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (GP/CEPPIR), Amaury Oliveira da Silva.

§ 3º São membros convidados:

- Amaury Mendes Pereira
- Tania de Andrade Lima
- Giovanni Benigno Peirre da Conceição Harvey;
- Joselina Silva;
- Vailson Silva;
- Rubens Confete;
- Alberto Vasconcellos da Costa e Silva;
- Mãe Beata de Yemonjá - Beatriz Moreira Costa;
- Daniel Pereira;

§ 4º Os membros convidados poderão ser substituídos a pedido ou por incompatibilidade com o cronograma dos trabalhos, sendo os novos nomes indicados por consenso dos membros fixos, e ratificado pelo coordenador do Grupo de Trabalho.

§ 5º O Grupo de Trabalho poderá convidar técnicos e especialistas para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 3º Ao final dos trabalhos o Grupo de Trabalho deverá publicar suas conclusões no

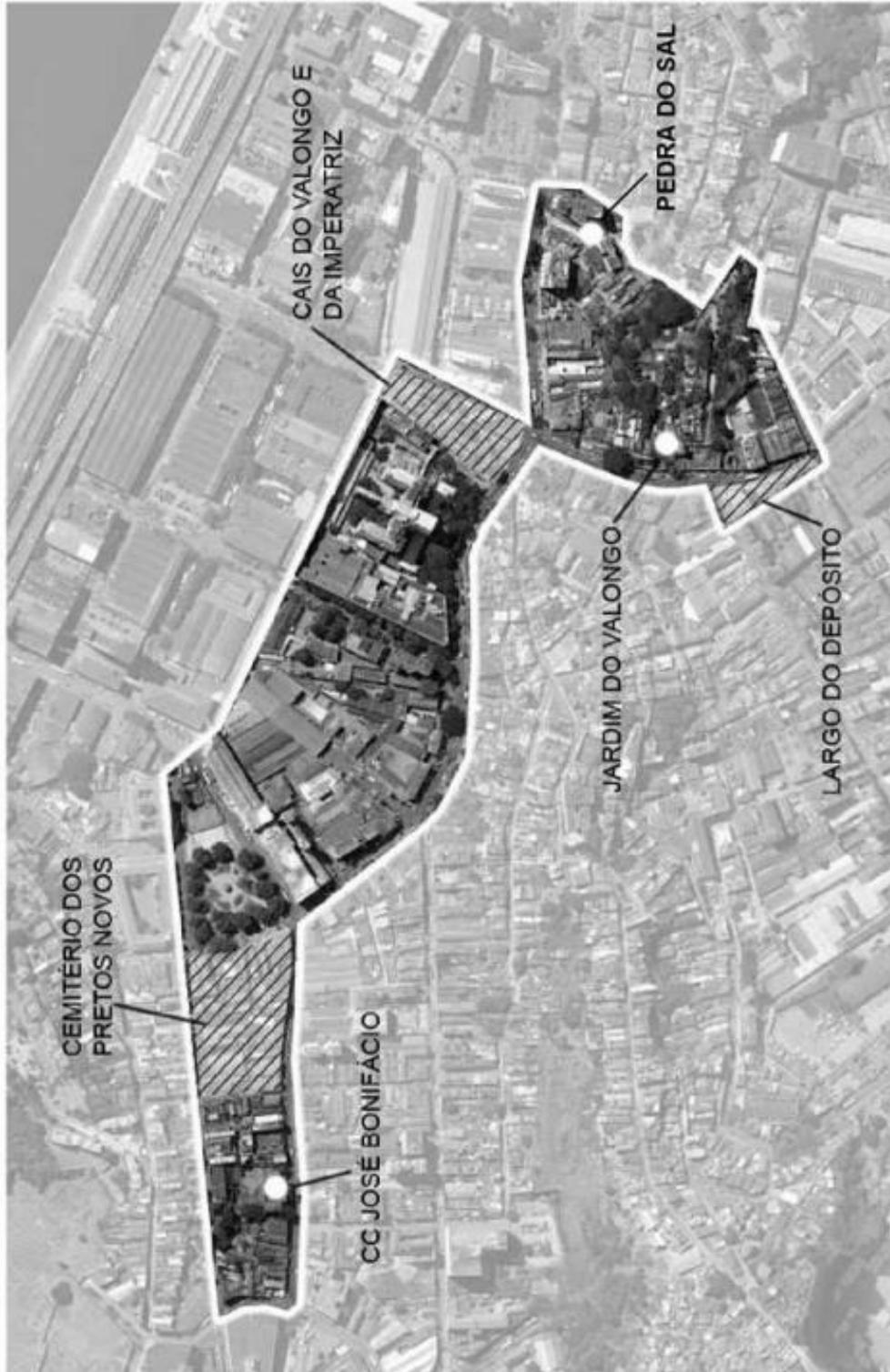
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2011, 447º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D. O RIO 30.11.2011



ANEXO II – Samba enredo do Salgueiro 1976

Salgueiro - Samba-Enredo 1976 -

Compositor: Djalma Sabiá

VALONGO

Lá no seio d'África vivia

Em plena selva o fim de sua monarquia.

Terminou o guerreiro

No navio negreiro,

Lugar do seu lazer feliz.

Veio cativo povoar nosso país,

Seguiu do cais do Valongo,

No Rio de Janeiro,

Com suas tribos chegando.

Foi o chão cultivando

Sob o céu brasileiro.

Nações Haussá, Gegê e Nagô,

Negra Mina e Ângela,

Gente escrava de Sinhô.

Foram muitas suas lutas

Para integração,

Inda hoje

Desenvolveu

Desenvolvendo esta Nação,

Sua cultura, suas músicas e danças

Reúnem aqui suas lembranças.

O negro assim alcançou

A sua libertação

E seus costumes, abraçou

Nossa civilização.

Ô-ô-ô-ô, quando o tumbeiro chegou,

Ô-ô-ô-ô, o negro se libertou

ANEXO III - História e Dores do Cais do Valongo – Edu Chagas

Histórias e Dores do Cais do Valongo

Edu Chagas

O céu testemunhou a imensidão do sofrimento

Não apenas um lamento

Estória que a história escondeu

Das mãos de Portugal, a dura sina

Que o solo brasileiro conheceu

Valongo era o porto do comércio dos escravos

Grilhões de sofrimento e terror

A marca estampada em cada pele

A pele face à força do opressor

São gritos de dor, ô, ô, ô

Cada chegada uma sentença

O destino, a servidão

Contra a humilhação

Oh, senhor, tenha clemência!

Cais da Imperatriz

Nobre nome não apaga tanta morte

Dos largados pela sorte

Nas terras tristes de São Sebastião

Hoje Porto das Maravilhas

O teu passado semeou este teu chão

Valongo, patrimônio da coragem

De quem sobreviveu a viagem

E tem coragem pra contar

Meu povo ergue as mãos

Com muito orgulho pra cantar

Sou filho de Congo, de Angola

O samba é o canto da nossa vitória

Sou negro, sou a voz da esperança

Valentia é minha herança

ANEXO V – Depoimento Hilário Jovino sobre a criação dos Ranchos

“Em 6 de janeiro de 1893, estava eu no botequim do ‘Paraíso’, na rua Larga de São Joaquim (hoje Marechal Floriano Peixoto), entre as ruas da Imperatriz e Regente, em companhia de vários baianos que costumeiramente ali se reuniam, quando lembrei-me da festa dos Três Reis Magos que na Bahia se comemorava naquele dia. Estavam presentes o Luiz de França, o Avelino Pedro de Alcântara, o João Cândia Vieira da Silva, e eu propus então a fundação de um rancho. Passando a ideia em julgado, ali mesmo eu dei o nome de “Rei de Ouro”! Na mesma hora, no armarinho de um turco fronteiro ao botequim, comprei meio metro de pano verde e meio metro de pano amarelo e fiz um estandarte no estilo da Bahia, para os ensaios. Ninguém mais descansou. O pessoal saiu avisando que à noite havia ‘um chá... dançante’ em minha casa” (...) “à hora aprazada, entre outros, lá estavam: Cleto Ribeiro, a Gracinda, que ainda hoje vende doces na Gruta Baiana, ao lado do frontão, e a Noelia, que eram duas baianas influentes. Às tantas da noite reuni o pessoal e disse qual o fim daquela brincadeira e então ficou definitivamente fundado o rancho, o primeiro rancho carioca, se bem que já existisse o ‘Dois de Ouros’, mas sem organização própria.” (...) “...o Rei de Ouro – Vagalume, quando se apresentou com perfeita organização de rancho, foi um sucesso! Nunca se tinha visto aquilo, aqui no Rio: porta-bandeira, porta-machado, batedores, etc.” (...) “Estas coisas eu costumo plantar e desde que pega de galho, eu solto nas mãos dos outros e vou fundar qualquer novidade (...) Assim é que, no terceiro ano, fundei a ‘Rosa Branca’ (...) Logo no ano seguinte fundei o ‘Botão de Rosa’...”